

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

ANA PAULA DE MATTOS CALICH

**O PAPEL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO MECANISMO
DE INSERÇÃO INTERNACIONAL E DE PROMOÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SADC**

Rio de Janeiro

2018

ANA PAULA DE MATTOS CALICH

**O PAPEL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO MECANISMO DE
INSERÇÃO INTERNACIONAL E DE PROMOÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SADC**

Trabalho de dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof. Dra. Cristina Soreanu
Pecequilo

Rio de Janeiro

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

C153 Calich, Ana Paula de Mattos.
O papel da Integração Regional como mecanismo de Inserção internacional e de promoção do Desenvolvimento: um estudo de caso sobre a SADC / Ana Paula de Mattos Calich. – 2018.
126 p. ; 31 cm.

Orientador: Cristina Soreanu Pecequilo
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.
Bibliografia: f. 103-108.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Inserção internacional. 3. Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral I. Pecequilo, Cristina Soreanu, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.9

ANA PAULA DE MATTOS CALICH

**O PAPEL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO MECANISMO DE
INSERÇÃO INTERNACIONAL E DE PROMOÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SADC**

Trabalho de dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 03 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Cristina Soreanu Pecequillo – Orientadora
UFRJ



Prof. Dr. Raphael Padula
UFRJ



Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio de Janeiro por terem me concedido a oportunidade de realizar esta dissertação em uma universidade pública e de qualidade. Gostaria de agradecer também à CAPES por ter me proporcionado a bolsa de estudos que possibilitou a execução deste trabalho.

Agradeço, a seguir, a minha orientadora, professora Dra. Cristina Pecequilo, por ter me guiado neste trabalho e pela diligência em fazê-lo, oferecendo valiosas contribuições para meu estudo. Agradeço, da mesma forma, ao corpo docente do PEPI, assim como aos servidores da Universidade. Sou muito grata aos meus colegas de mestrado, pelo compartilhamento de conhecimentos e pelos ótimos momentos juntos. Em especial, agradeço a Livi Gerbase, João Arthur Reis e Mirko Levis. Agradeço também à Bruna Jaeger pela grande ajuda, que possibilitou que este trabalho fosse entregue.

Sou imensamente grata ao Henrique Acosta, pessoa que esteve do meu lado não apenas durante a realização deste trabalho e que, apesar da distância, me acompanhou e me apoiou durante esta trajetória. Por fim, agradeço aos meus pais, Laura Mattos e José Carlos Calich, que sempre me incentivaram e me forneceram suporte durante este período.

“A humanidade nasceu na África. Todas as pessoas, em última análise, são africanas”.

Autoria Desconhecida

RESUMO

A intensificação dos processos de integração regional no pós-Guerra Fria e a ascensão de alguns países do Sul global trouxeram para o campo das Relações Internacionais o desafio da atualização do estudo acerca do tema. Partindo do entendimento que estas regiões periféricas possuem uma lógica singular, o presente trabalho busca ver os blocos de integração estabelecidos neste contexto como uma forma de modificar a inserção internacional desfavorável e promover desenvolvimento nos países-membros. Para validar tal análise, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi selecionada como estudo de caso, fazendo-se o esforço de correlacionar as políticas do bloco com as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram nos anos de vigência da integração.

Palavras-chave: Integração Regional. Desenvolvimento. Inserção Internacional. África Austral. SADC.

ABSTRACT

The intensification of regional integration in the post-Cold War period and the rise of some countries of the global South have brought to the field of International Relations the challenge of updating the study on the subject. Based on the understanding that these peripheral regions have a unique logic, the present work seeks to observe the integration blocs established in this context as a way of modifying an unfavorable international insertion and promoting development in the member-states. To validate such analysis, the Southern African Development Community (SADC) was selected as a case study, making an effort to correlate the policies of the bloc with the economic, political and social changes that occurred in the years of integration.

Keywords: Regional Integration. Development. International Insertion. Southern Africa. SADC.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Histórico de Votações na ONU 1995-2015.....	72
Gráfico 2: Indústria, Valor Adicionado por percentagem do PIB (%) por país	85
Gráfico 3: Indústria, valor adicionado por percentagem do PIB (%) SADC	85
Gráfico 4: Saldo da Balança Comercial por País (% PIB)	87
Gráfico 5: Saldo da Balança Comercial SADC (% do PIB)	88
Gráfico 6: Exportações de Produtos Não-Petrolíferos X Exportações de Petróleo- SADC	89
Gráfico 7: Melhora nas Instalações de Saneamento Básico por país (% de população com acesso).....	90
Gráfico 8: Melhora nas instalações de Saneamento Básico (% de população com acesso)- SADC	91
Gráfico 9: Mortes estimadas devido à AIDS por país	92
Gráfico 10: Mortes estimadas devido à AIDS- SADC	92
Gráfico 11: Taxa de mortalidade, abaixo de 5 anos (por 1000 habitantes) por países ...	93
Gráfico 12: Taxa de mortalidade, abaixo de 5 anos (por 1000 habitantes)- SADC	94
Gráfico 13: Melhora no Fornecimento de Água (% da população com acesso) por país	95
Gráfico 14: Melhora no Fornecimento de Água (% da população com acesso) SADC	95

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Estados-Membros da SADC	45
Mapa 2: Maiores Bacias da SADC.....	62
Mapa 3: Áreas de Preservação Transfronteiriças	62
Mapa 4: Corredores de Desenvolvimento na África Austral	64
Mapa 5: Projetos Regionais de Interconexão do Setor Energético no âmbito da SADC	65
Mapa 6: Infraestrutura de cabos submarinos	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados Gerais dos Países da SADC.....	56
Tabela 2: Produção Mineral SADC 2006-2015	61
Tabela 3: Projetos Prioritários de Infraestrutura no Setor de Água.....	66
Tabela 4: IDH por país	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM-	Comando dos Estados Unidos para a África
AGONU-	Assembleia Geral das Nações Unidas
CEPAL-	Comissão Econômica para a América Latina
CNA-	Congresso Nacional Africano
CUF-	Frente Unida Cívica
FAO-	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FLEC-	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI-	Fundo Monetário Internacional
FNLA-	Frente Nacional de Libertação de Angola
GATT-	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GUN-	Governo de União Nacional
IED-	Investimento Externo Direto
IDH-	Índice de Desenvolvimento Humano
MDC-	Movimento pela Mudança Democrática
MPLA-	Movimento Popular pela Libertação de Angola
NEPAD-	New Partnership for Africa's Development
OEA-	Organização dos Estados Americanos
ONU-	Organização das Nações Unidas
OUA-	Organização da Unidade Africana
PAE-	Programas de Ajuste Estrutural
PIB-	Produto Interno Bruto
PNB-	Produto Nacional Bruto
RISDP-	Regional Indicative Strategic Development Plan
SACU-	União Aduaneira da África Austral
SADC-	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADCC-	Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
SIPO-	Strategic Indicative Plan for the Organ on Defence, Politics and Security
UA-	União Africana
UE –	União Europeia
UNITA-	União Nacional para a Independência Total de Angola
ZANU-	União Nacional Africana do Zimbábue

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CONTEXTO DE SISTEMAS REGIONAIS PERIFÉRICOS	16
2.1 OS POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA OS PAÍSES PERIFÉRICOS.....	20
2.1.1 Aspectos Econômicos.....	21
2.1.2 Aspectos Políticos.....	23
2.2 DO QUE DEPENDE O CARÁTER DE UM EMPREENDIMENTO INTEGRACIONISTA?	26
2.2.1 Considerações sobre o Papel do Estado.....	26
2.2.2 O Caráter do Bloco.....	28
2.2.3 Assimetrias e o Caráter da Liderança Regional.....	30
2.3 CONCRETIZANDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL: OBJETIVOS E INSTRUMENTOS	31
2.3.1 Industrialização	32
2.3.2 Integração Física e Fatores Geopolíticos	34
2.3.3 Atuação Política Conjunta.....	37
2.4 CONCLUSÃO PRELIMINAR	39
3 A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC): CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO	40
3.1 A FORMAÇÃO DA SADC	45
3.1.1 Características Gerais do Funcionamento da SADC	49
3.1.1.1 Mecanismos Internos e Tratados	49
3.1.1.2 A Liderança da África do Sul	51
3.2 OS MEMBROS DA SADC.....	55
3.3 A GEOGRAFIA E OS RECURSOS NATURAIS DA SADC	59
3.4 PROJETOS E POLÍTICAS DA SADC	63
3.5 CONCLUSÃO PRELIMINAR	69
4 ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA, SECURITÁRIA E SOCIOECONÔMICA DA SADC: DE 1995 A 2015	70
4.1 HISTÓRICO DE VOTAÇÕES NA ONU.....	71
4.2 ESTABILIDADE POLÍTICA	72
4.2.1 Guerra Civil em Angola (1975-2002) e Separatismo de Cabinda (1975-)	73

4.2.2 Guerra na República Democrática do Congo (1996-1997, 1998-2003).....	75
4.2.3 A Questão do Zimbábue – da Reforma Agrária ao Golpe (1998-)	76
4.2.4 Separatismo na Tanzânia (1995-).....	79
4.2.5 Suazilândia e a Questão Democrática (1973-).....	79
4.2.6 Lesoto e a Operação Boleas (1998).....	80
4.2.7 Xenofobia.....	81
4.2.8 Compêndio acerca da Estabilidade Política.....	82
4.3 EXERCÍCIOS MILITARES	83
4.4 INDUSTRIALIZAÇÃO	84
4.5 TÓPICOS DE COMÉRCIO EXTERIOR	86
4.6 ÍNDICES DE QUALIDADE DE VIDA	89
4.7 CONCLUSÃO PRELIMINAR	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE A- GRÁFICOS DO HISTÓRICO DE VOTAÇÕES DA SADC NA AGONU POR QUINQUÊNIO.....	109
APÊNDICE B- TABELA DO HISTÓRICO DE VOTAÇÕES NA AGONU DOS PAÍSES DA SADC	111

1 INTRODUÇÃO

O período de término da Guerra Fria trouxe para o Sistema Internacional a intensificação dos processos de integração regional, que acabaram por influir de maneira significativa nas políticas interna e externa dos países envolvidos. O avanço de tais processos mesclou-se com a ascensão econômica de alguns países da periferia e com iniciativas de cooperação Sul-Sul em diversos níveis. Assim, fortaleceram-se os ímpetus integracionistas nos países menos desenvolvidos que, para além de seguir a tendência global de interdependência, também se beneficiariam de uma agenda política voltada ao desenvolvimento conjunto, representando uma resposta a impasses políticos e econômicos compartilhados.

O presente trabalho pretende analisar tais sistemas regionais à luz do desenvolvimento dos mesmos em regiões periféricas, as quais se encontram em uma lógica diferenciada e configuram um padrão de interação próprio, distanciando-se dos estudos das Grandes Potências e dos ciclos hegemônicos. Dessa forma, afastar-se-á da visão dominante acerca do tema- mais vinculada a questões de liberalização, em especial comercial- buscando observar a integração regional sob um prisma que preze pelo desenvolvimento e pela melhora da inserção internacional dos países em voga. A integração, assim, não é vista como um fim em si mesmo, mas como um meio de mudança socioeconômica para os Estados envolvidos, que buscam desenvolvimento endógeno e soberania.

Atentando às questões supracitadas, selecionou-se como estudo de caso a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), processo que tem origem no final dos anos 1970 e que hoje é um dos mais bem-sucedidos do continente africano. Esta escolha deveu-se, em grande medida, pela compreensão de que o bloco tem como pretensão atingir objetivo de modificar a posição periférica dos países que o compõe e de promover desenvolvimento.

Assim, o problema de pesquisa está centrado na questão de como a integração regional influencia o desenvolvimento e a inserção internacional dos países envolvidos em tal processo. Dessa forma, a hipótese principal do trabalho é de que os processos de integração regional no contexto de regiões periféricas podem ser mecanismos de promoção de desenvolvimento conjunto. Como hipóteses secundárias, assume-se que o desenvolvimento possibilitado pelo processo de integração regional e a própria

iniciativa integracionista podem alterar a inserção internacional dos países envolvidos e que os países-membros da SADC têm se beneficiado das iniciativas do bloco, apresentando ganhos referentes ao desenvolvimento econômico, e melhora na sua inserção internacional.

O trabalho tem como objetivo principal analisar como os processos de integração regional influenciam a inserção internacional e o desenvolvimento de países periféricos, em especial no caso dos países membros da SADC. Quanto aos objetivos secundários, propõe-se apresentar um referencial teórico dos processos de integração regional no contexto de países periféricos focando em aspectos relacionados ao desenvolvimento conjunto dos Estados envolvidos e a mudanças em seus padrões de inserção internacional; fazer um estudo de caso sobre a SADC, buscando verificar possíveis alterações no desenvolvimento nacional e na inserção internacional dos países-membros a partir das iniciativas do bloco; e realizar uma análise de variáveis dos países integrantes da SADC comparando o período pré e pós a vigência do processo de integração, tentando relacioná-las a políticas ou projetos do bloco já implementados.

Destarte, a pesquisa justifica-se pela a necessidade de uma análise dos sistemas regionais direcionada para as regiões periféricas, que se encontram em uma lógica diferenciada e configuram um padrão de interação próprio, e que, ao mesmo tempo, não pode ser negligenciada no campo das Relações Internacionais. Assim, a importância da pesquisa reside na atualização dos estudos de integração para as regiões do Sul global, tentando as correlacionar com a própria mudança na dinâmica nos países periféricos nas últimas décadas. Tendo isso como base, o estudo da SADC fundamenta-se em ser um dos blocos de integração regional mais consolidados do continente africano, podendo seu estudo ser utilizado com a finalidade de compreender melhor tal processo, como também permitir o maior conhecimento da região austral da África, que compõe o entorno estratégico brasileiro, e cujo estudo ainda é extremamente negligenciado em muitas instituições de ensino superior no Brasil. Ademais, esta análise tenta delinear os possíveis paralelismos entre integração regional e desenvolvimento, algo importante não apenas para o conhecimento acadêmico, mas também para pautar a política externas dos países envolvidos em processos similares.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa será de caráter hipotético-dedutivo, partindo de uma análise teórica da integração e da empiria do processo em vigor na África Austral, notadamente a SADC. Com este objetivo, partir-se-á da escolha

de uma base teórica de integração que se enquadra aos processos vigentes em países periféricos- em especial à SADC-, fazendo um esforço na direção de correlacionar integração regional, desenvolvimento conjunto e inserção internacional, tendo como foco principal as análises de tais processos em países subdesenvolvidos. Para tal, fez-se o levantamento de bibliografia especializada. Far-se-á, então, através de uma abordagem histórico-descritiva, a análise da SADC e de seus integrantes, especificando os mecanismos que podem ter contribuído para a mudança na situação internacional e no desenvolvimento endógeno dos países-membros. Por fim, será feita uma análise de variáveis comparando o período pré e pós a vigência do processo de integração, tentando relacioná-las a políticas ou projetos do bloco já implementados. Para tal, serão utilizadas bases de dados disponíveis com o objetivo de fazer uma análise qualitativa de dados quantitativos. A pesquisa bibliográfica-documental dará ênfase para conceitos e ideias-principais de autores renomados. Além disso, após a seleção de bibliografia mais qualificada, foram realizados fichamentos de todas as leituras. Como parte do esforço de pesquisa, também se destacam reuniões periódicas com a orientadora do trabalho. Tais ferramentas tem como finalidade a organização de uma análise qualitativa sobre o tema abordado.

Para atingir o que foi proposto, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar a perspectiva teórica acerca do tema integração regional que será utilizada para analisar o caso da SADC, discutindo alguns aspectos relevantes desses processos no contexto de regiões periféricas. Para tanto, primeiramente serão debatidos quais os possíveis benefícios da integração regional para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Na seção seguinte, serão discutidos os atributos necessários a um empreendimento integracionista. Por fim, serão apresentados os objetivos e instrumentos de um processo de integração conforme a abordagem teórica utilizada.

O segundo capítulo busca fazer um compêndio da trajetória política-histórica da SADC desde suas origens até os dias atuais. Assim, apresentará a formação da SADC, abordando também as características gerais de seu funcionamento, os membros da SADC, a geografia e os recursos naturais do bloco e projetos e políticas da organização.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se a uma análise de variáveis tendo em vista examinar a efetividade das políticas da SADC, tanto em termos políticos como securitários e socioeconômicos, entre os anos de 1995 e 2015. Os indicadores selecionados para as questões políticas e securitárias foram o histórico de votações na

ONU, fatores de estabilidade política e exercícios militares conjuntos. Já para as questões socioeconômicas, serão analisados o nível de industrialização, tópicos de comércio exterior e índices de qualidade de vida.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CONTEXTO DE SISTEMAS REGIONAIS PERIFÉRICOS

Região é um conceito socialmente construído e, na maioria das vezes, embasado na crescente interação social e/ou econômica entre os Estados a ela pertencentes. Ainda que essa interação possa ser informal, a formalização de um caráter cooperativo entre os Estados, em especial através da institucionalização da mesma, e a consequente construção de acordos ou regimes interestatais (HURRELL, 1995) é o que molda o objeto deste trabalho, notadamente a integração regional institucionalizada. Como lembra Hurrell (1995), outrossim, tais processos cooperativos mostram a disposição por ceder certa liberdade de ação que os Estados possuem em troca de coordenação de políticas e gestão de problemas comuns.

A primeira “onda regionalista” com preponderância no cenário internacional contemporâneo teve início no pós- Segunda Guerra, quando houve o início da conformação da União Europeia (HURRELL, 1995; PADULA, 2010). Este primeiro movimento foi marcado por uma agenda importante de segurança internacional, uma vez que o Sistema Internacional se via englobado pela bipolaridade decorrente do início da Guerra Fria, havendo grande influência da política externa estadunidense de contenção ao comunismo. Em termos econômicos, em contraste com o que seria a próxima onda regionalista, caracterizou-se pelo “regionalismo fechado”, que diversos países buscaram como estratégia de desenvolvimento econômico. Também nos anos 1950 surgiram, no âmbito na Organização das Nações Unidas (ONU), organizações regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a (CEPAL). No continente africano, ainda compondo esse primeiro impulso em direção a maior aproximação dos Estados no contexto regional, foi criada em 1963 a Organização da Unidade Africana (OUA)¹.

Os anos 1970, por sua vez, apresentaram um esmorecimento dos processos de integração, que teriam novo fôlego na década seguinte. A década de 1980, então, foi marcada pela segunda “onda regionalista”, esta por sua vez muito influenciada pelas políticas liberalizantes em voga. Nesta fase, a maioria dos processos de integração passou a se voltar a objetivos comerciais, sendo influenciados pelas diretrizes do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) (PADULA, 2010), vinculados ao “regionalismo aberto” ou “novo

¹ Atual União Africana (UA).

regionalismo”, além de apresentar diferentes níveis de institucionalização (HURRELL, 1995). O período pós-Guerra Fria, por sua vez, foi marcado pela intensificação dos processos de integração regional, com o estabelecimento de blocos de cooperação em diversas zonas influenciando as políticas internas e externas dos países envolvidos. Ainda que a maioria destes tenha continuado a seguir as ideias vinculadas ao neoliberalismo e ao regionalismo aberto, houve um movimento, em especial a partir dos anos 2000, de aproximação destes processos com uma visão de integração baseada em cooperação e desenvolvimento conjunto, em especial nos blocos de integração vigentes na América Latina e na África.

A visão dominante teórica acerca dos processos de integração regional consolidou-se principalmente durante esta segunda “onda regionalista”. Muito centrada na experiência histórica da União Europeia, é em grande medida influenciada por uma visão etapista, na qual o fim seria a construção de instituições supranacionais. Aqui está se referindo tanto à visão de integração econômica pautada por trabalhos como, por exemplo, o de Bela Balassa, que desenvolve as etapas da integração (zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total) quanto à visão de integração política no campo das relações internacionais que pregam como objetivo final dos processos integracionistas a supranacionalidade, assim como ideias das abordagens funcionalista e neofuncionalista.

A visão monetarista também impera, sendo acompanhada geralmente de políticas de liberalização na região e tendo como propósito a implementação de uma moeda única. Entende-se por visão monetarista a perspectiva que prega a união monetária e a convergência macroeconômica entre os países membros de um bloco de integração, sendo influenciada por uma visão neoliberal no âmbito econômico (PADULA, 2010). Englobando tais perspectivas, a teoria econômica vinculada ao neoliberalismo, que ganhou enorme força a partir dos anos 1990, prega que a integração regional nos países periféricos deveria servir para que os mesmos se inserissem nas cadeias globais de valor, em uma visão que tal processo deveria ser orientado para o mercado. De acordo com esta perspectiva, os processos de integração seriam estabelecidos com o objetivo de superar falhas de mercado, resolver problemas de coordenação ou eliminar outros obstáculos à cooperação econômica (GILPIN, 2001). Estas ideias estão inseridas na visão predominante no debate acadêmico cada vez mais identificado com tais princípios, que tem como sua forma mais recente os trabalhos

vinculados à Nova Economia Institucional, que vem pautando também a discussão a respeito do desenvolvimento nas nações.

O avanço de tais processos mesclou-se com a ascensão econômica de alguns países da periferia no início do século XXI e de iniciativas de cooperação Sul-Sul em diversos níveis. Para compreender a cooperação Sul-Sul é importante lembrar que Sistema Internacional é marcado por uma assimetria de riqueza e poder que divide o mundo entre países centrais e periféricos. As relações Norte-Sul foram, ao longo da história, marcadas por um desequilíbrio que favoreceu os países centrais e o subdesenvolvimento dos países do Sul global, o que se mostra claro na análise da história dos países da África Subsaariana.

Ainda assim, desde meados do século XX, com início na Conferência de Bandung (1955), os países do Sul- em especial Estados africanos e asiáticos- começaram a questionar a lógica desigual imposta a eles pelo sistema e a pensar conjuntamente alternativas para que estes laços assimétricos fossem rompidos. Em um contexto de Guerra Fria, a Conferência marcou a emergência do Terceiro Mundo e o estabelecimento de uma agenda da periferia (PEREIRA; MEDEIROS, 2015), seguida pela conformação do grupo dos Não-Alinhados². Em 1964, também foi criado o G-77, que junto com o Movimento dos Não-Alinhados, pode ser considerado o pontapé inicial das relações Sul-Sul (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). Dessa forma, surgiu a ideia de cooperação Sul-Sul, interação caracterizada por laços horizontalizados. Uma projeção mais significativa ocorreu também no período subsequente ao fim da ordem bipolar quando, devido ao desengajamento das potências³, pareceu possível uma rearticulação dos países a partir de forças locais (VISENTINI, 2004). A integração regional, neste contexto, passa a ser estimulada a partir de alguns fatores: a emergência de novas potências econômicas simultaneamente à intensificação da competição internacional e rápido desenvolvimento tecnológico (GILPIN, 2001).

Assim, fortificam-se os ímpetus integracionistas nos países menos desenvolvidos, que ainda que tenham apresentado uma tendência inicial de aplicação de políticas neoliberais, seguindo a tendência global de interdependência, também se beneficiaram de uma agenda política voltada ao desenvolvimento conjunto,

² O Movimento dos Não-Alinhados, por sua vez, surgiu a partir do “espírito” de Bandung, que teve continuidade com a Conferência de Belgrado (1961), durante a qual o Movimento foi formado, marcando a afirmação de caráter mais formal de descontentamento com a dicotomia imposta pela ordem bipolar.

³ A partir de então, o engajamento das potências não cessa, mas passa a ter um caráter mais volátil e efêmero (CASTELLANO, 2015).

representado uma resposta a impasses políticos e econômicos compartilhados em um segundo movimento. Destarte, como lembra Gilpin, “todo o arranjo regional [idealmente deveria representar] um esforço cooperativo de Estados individuais para promover tanto objetivos nacionais quanto coletivos” (2001, p. 357, tradução nossa⁴). Além disso, as crescentes orientações protecionistas dos países mais desenvolvidos impulsionaram a aproximação política e econômica dos países periféricos, tendo em vista beneficiar-se dos ganhos dos processos integracionistas e, ao mesmo tempo, permitir o arrefecimento das tendências das trocas desiguais características do comércio Norte-Sul. Deve-se mencionar, outrossim, que o estudo das regiões está atualmente adquirindo um valor crescente nas Relações Internacionais devido a fatores empíricos e teóricos configurando-se, assim, uma nova forma de regionalismo - que busca estudar as regiões não apenas como parte do Sistema Internacional, mas também como um sistema próprio (CASTELLANO, 2015). Segundo Castellano (2015):

Sob perspectiva teórica, o valor crescente do regionalismo nas RI deve-se às respostas que estudos de regiões buscam dar (i) aos limites decorrentes da excessiva parcimônia nas teorias da disciplina; (ii) às insuficiências teóricas de explicações globalistas da política internacional, as quais supervalorizam mecanismos de *overlay* das ações de potências globais em outras regiões; (iii) à demanda por esforços lakatosianos de progresso da disciplina, mediante novos estudos, empíricos que avaliem teorias existentes e procurem gerar bases para a sua melhoria; e (iv) à escassez de estudos que relacionem a estrutura do sistema internacional com as estruturas de poder regionais.

O presente trabalho pretende se afastar da visão pregada pela segunda onda regionalista no debate sobre integração, buscando abordar o assunto sob outro prisma. Esta escolha deve-se, primeiramente, ao objeto do trabalho serem processos de integração regional no contexto de países periféricos. Destaca-se, portanto, a necessidade de uma análise dos sistemas regionais direcionada às regiões periféricas que, como mencionado, encontram-se em uma lógica diferenciada e configuram um padrão de interação próprio, afastando-se dos estudos das Grandes Potências e dos ciclos hegemônicos. Analisa-se que, dada a conjuntura dos países subdesenvolvidos, a aplicação de políticas liberalizantes pode ir de encontro a sua visão estratégica para o desenvolvimento do país, assim como uma visão etapista que visa o estabelecimento de instituições supranacionais pode ser contrária aos fins buscados por estes Estados em um empreendimento integracionista, em especial no processo analisado, notadamente a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

⁴ Do original em inglês.

Considera-se que SADC representa uma destas formas de integração de países periféricos, que não adere aos preceitos neoliberais, percebidos como dominantes. A SADC é um bloco de integração regional da região Austral da África criado em 1992, e suas origens datam dos anos 1980. No Capítulo II, esta trajetória será tratada em maior detalhamento.

Busca-se aqui, portanto, aproximando-se do que Padula (2010) intitulou de visão política-estratégica, relacionar os processos de integração regional à busca de desenvolvimento conjunto dos países envolvidos e a uma mudança na inserção internacional dos mesmos. Para isso, abandona-se a ideia de instituições supranacionais e encara-se a integração não como um fim em si mesmo, mas como um meio de mudança socioeconômica para os Estados envolvidos, que buscam desenvolvimento endógeno e soberania. Assim:

Partimos da premissa inicial de que o objetivo de um processo (ou um projeto) de integração regional deve ser que os países partícipes se desenvolvam economicamente e socialmente, reduzam sua dependência e vulnerabilidade externa, ganhem autonomia estratégica e projeção de poder no sistema internacional (PADULA, 2010, p.67).

Dessa forma, acredita-se que integração regional seria, como lembra Couto (2013), a transformação de um “espaço geográfico num ambiente de integração política, econômica e social”, sendo parte de um processo de desenvolvimento holístico e conjunto.

Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar a perspectiva teórica acerca do tema integração regional que será utilizada para analisar o caso da SADC, discutindo alguns aspectos relevantes desses processos no contexto de regiões periféricas. Para que tal objetivo seja atingido, primeiramente será debatido quais os possíveis benefícios da integração regional para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Na seção seguinte, serão discutidos os atributos necessários a um empreendimento integracionista. Por fim, serão apresentados os objetivos e instrumentos de um processo de integração conforme a abordagem teórica utilizada.

2.1 OS POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA OS PAÍSES PERIFÉRICOS

A integração regional, quando em sua forma multidimensional (GUDYNAS & BUONOMO, 2007) – ou seja, englobando tanto aspectos econômicos quanto políticos,

estratégicos e sociais-, pode representar uma ferramenta de recuperação do dinamismo econômico para os países envolvidos, além de possibilitar a absorção de economias de escala, sendo uma influência positiva na atração de investimentos e no aumento da eficiência econômica (GONÇALVES, 2004). Desta forma, os processos de formação de blocos regionais podem ser uma ferramenta para a articulação de estratégias de desenvolvimento econômico conjunto, implicando, outrossim, ganhos sociais. Nesta seção buscar-se-á elencar alguns dos possíveis benefícios advindos da integração em países periféricos, tanto no âmbito econômico quanto no político.

2.1.1 Aspectos Econômicos

A literatura sobre os benefícios da integração em termos econômicos é extensa em quase todas as vertentes que defendem projetos integracionistas, mesmo as de cunho mais liberal. Nesta subseção, no entanto, pretende-se elencar alguns ganhos que os processos de integração podem trazer especificamente considerando a dinâmica de países periféricos. Como lembra Guimarães, a “integração regional não pode ser exclusivamente comercial e passiva, mas deve ser parte de uma vigorosa estratégia comum de desenvolvimento” (2005, p. 369).

A concepção de desenvolvimento conjunto aqui adotado baseia-se em um processo de interação fundamentada na percepção de que países de uma mesma região enfrentam problemas econômicos e sociais muitas vezes similares e algumas vezes justapostos, além de, enquanto países periféricos, se depararem com a mesma geopolítica global que implica na sua inserção externa desfavorável. Assim, devido a tais similaridades, a ideia de um projeto conjunto de desenvolvimento parece uma tentativa de resposta a sua inserção em uma divisão internacional do trabalho que lhes prejudica. Inserção internacional também é essencial para explicar a taxa potencial de crescimento, devido à existência da restrição externa⁵. Dessa forma, o país pode ser privado de algumas formas de financiamento e/ou de expansão das suas exportações. Integração regional poderia ser uma maneira de reverter a restrição externa. Gilpin (2001) também lembra que os Estados subdesenvolvidos, inseridos então em um sistema assimétrico, que queiram mudar sua condição de vulnerabilidade e de

⁵ Restrição externa seria quando um país enfrenta escassez de divisas para pagar suas exportações, ou seja, é um problema no Balanço de Pagamentos.

dependência não podem deixar de desafiar as regras impostas pelas potências. A integração, portanto, poderia servir como um mecanismo de convergência estrutural.

Neste ponto, se está de acordo com a visão de que os efeitos propulsores do comércio internacional são muito mais fracos do que os regressivos (MYRDAL, 1960). Ou seja, de acordo com a visão de Myrdal, as livres forças de mercado tendem a acentuar a situação em que um país ou uma região se encontram. É através dessa discussão que Myrdal adentra a questão da causação cumulativa, que seria a ideia que efeitos regressivos levam a desequilíbrios sucessivos que tendem a se sobrepor, causando mais efeitos regressivos. O mesmo ocorre, em direção inversa, com os efeitos propulsores. Sob a ótica de Myrdal, portanto, devemos entender o subdesenvolvimento como uma sequência de desequilíbrios. Dessa forma, percebe-se que o bloco de integração pode ser um instrumento de tentativa de reversão destes efeitos regressivos, mudando a inserção de “soma zero” imposta pelo Sistema Internacional, para somar forças no âmbito da região. Como lembra Gilpin (2001), portanto, “a busca por autonomia nacional envolve a inevitável coalizão entre a lógica do mercado e a lógica do Estado”.

A integração regional, então, quando vista sob a ótica econômica, pode ser um instrumento interessante de criação de comércio, a qual seria derivada dos fluxos intrabloco, podendo inclusive incentivar a industrialização dos Estados, via ‘efeito aprendizagem’⁶. Além disso, os produtos comercializados na região tendem a ser mais intensivos em tecnologia do que os exportados para o resto do mundo (GONÇALVES, 2004), permitindo, portanto, uma redução da vulnerabilidade externa, o que pode propiciar a diversificação da estrutura produtiva nacional. Nesta lógica, é possível que haja também *spill over* de P&D, devido à maior interação econômica entre os países membros- o que seria especialmente importante para os países menores ou menos desenvolvidos.

Neste sentido, adota-se a ideia de Medeiros (2008) de “comércio estratégico”, segundo a qual a regionalização possibilitaria a industrialização devido à “expansão dos mercados nacionais e do comércio intrarregional” (p. 222) e requereria “cooperação especial entre os países da região de forma a estabelecer as políticas comuns e os

⁶ Entende-se, portanto, que o comércio regional se diferencia do comércio internacional explicitado por Myrdal, uma vez que a disparidade nas regiões tende a ser menos acentuada do que no âmbito global, há maior possibilidade de agregar valor aos produtos comercializados e, no âmbito de um acordo de integração regional, as regras comerciais tendem a ser mais específicas e explícitas, levando em conta as particularidades dos países envolvidos no processo.

investimentos em infraestrutura e a compensar, sobretudo, os desequilíbrios intrarregionais” (p. 222). Como lembra Gonçalves (2004):

Os benefícios da integração podem ainda ser extensivos ao conjunto do sistema econômico de cada país, uma vez que o próprio aumento do volume de transações demanda ajustes em termos institucionais e de infraestrutura⁷. Assim, a integração regional tem sido vista como uma ferramenta adicional de reforço aos processos de reforma interna que buscaram elevar a competitividade das economias em desenvolvimento (p.117).

Além destes possíveis ganhos econômicos mais imediatos, é importante ter em mente a ideia de List que uma nação não deve se preocupar apenas com a acumulação de riqueza imediata, mas deve pensar em desenvolver suas forças produtivas (LIST apud COUTO, 2013). No mesmo sentido, como lembra Hans Singer, mais importante do que o estoque de riqueza é a capacidade de criação de riqueza (HO, 2012). Assim, “ainda que algum sacrifício fosse necessário em termos de ganhos materiais imediatos, deveria se investir em cultura, habilidade profissional e força de produção” (COUTO, 2013, p. 49). Destarte, desenvolvimento econômico inclui aumentar os bens tangíveis, mas também os intangíveis- a exemplo de saúde, educação, cooperação social, eficiência governamental, instituições, etc. (SINGER apud HO, 2012). Dessa forma, a integração não pode ser pensada somente como um instrumento de vantagens instantâneas, e sim inserida em um projeto maior que englobe o desenvolvimento nacional e o desenvolvimento conjunto do bloco, podendo, então, se considerar que a política externa é passível de ser subordinada a uma estratégia de desenvolvimento nacional (COUTO, 2013).

2.1.2 Aspectos Políticos

Ainda que os aspectos econômicos sejam de importância inegável no contexto de um processo de integração regional, Gilpin recorda que

⁷ Aqui se destacam os ganhos que a integração física e energética, principalmente, traz aos países partícipes.

teorias econômicas não fornecem uma explicação satisfatória da integração econômica. Isso é porque analistas econômicos geralmente presumem que uma decisão política foi feita para criar uma entidade econômica maior, e que os economistas precisariam somente analisar as consequências de bem-estar dessas decisões e se preocupar com apenas alguns aspectos do processo de integração econômica (2001, p.346, tradução nossa⁸).

Ou seja, falar de integração regional abordando somente os aspectos econômicos é simplificar um processo muito mais complexo e amplo, em que os aspectos políticos são essenciais para a compreensão integral. Neste sentido, este trabalho se propõe a analisar também os ganhos e implicações políticas de um processo de integração regional, mesmo quando este envolve em grande medida ações no âmbito da economia.

Partilhando desta acepção, Samuel Pinheiro Guimarães (2005) expressa que a integração é intrinsicamente conectada à questão da soberania territorial e, portanto, engloba aspectos políticos, sociais e culturais; esferas estas que adquirem grande relevância. Ainda assim, os defensores de um projeto de integração aos moldes do funcionalismo e sob o prisma do neoliberalismo “procuram apresentá-los [estes projetos] como fenômenos puramente econômicos e técnicos e, portanto, isentos de raízes e consequências políticas. Todavia, os processos de integração têm implicações políticas e a não-atenção a elas pode vir a resultar em dificuldades na execução desses projetos” (GUIMARÃES, 2005, p. 376).

Dessa forma, entende-se que a “política externa de uma nação é um elemento indissociável de sua estratégia nacional” (COUTO, 2013). Assim, podem ser destacados os ganhos políticos derivados de uma postura negociadora comum e do aumento do poder de barganha, em direção a esforços de reforço do multilateralismo a nível internacional. Atuar conjuntamente permite multiplicar o poder no Sistema Internacional, o que vai de acordo com a ideia de Krasner de que os países periféricos buscam também, assim como as potências, aumentar seu poder no tabuleiro mundial (KRASNER apud PADULA, 2014). Ou seja, ainda de acordo com Padula (2010) a integração é uma maneira de aumentar o *policy space* dos Estados, contribuindo então para sua projeção de poder internacional. A obtenção desses objetivos geopolíticos permite maior capacidade de moldar o Sistema Internacional. Padula (2010) lembra, ainda que “o poder, neste processo, não deve ser encarado somente como um fim, mas também por sua relação fundamental e recíproca com a geração de riqueza, o

⁸ Do original em inglês.

desenvolvimento e a justiça social; e, em última instância, para um processo civilizatório mais amplo (p. 77)”.

O aumento do poder de barganha permite que ocorram negociações e contratos em melhores termos, possibilitando a reivindicação de demandas de conteúdo local, de transferência tecnológica e de criação de empregos (GILPIN, 2001)⁹. Os ímpetus integracionistas servem, ademais, como instrumento para diminuir a interferência externa na região, possibilitando maior autonomia. Como lembra Padula (2010), a integração deve servir para que os países “resolvam seus problemas internos e externos dentro de um amplo projeto comum de emancipação, que não poderiam resolver separadamente” (p.7). Padula (2010) destaca, igualmente, a importância da integração para a própria legitimidade dos Estados-membros, atendendo também a questões políticas internas aos mesmos. Como expressa Guimarães, portanto

a possibilidade de cooperação duradoura e ativa alteraria de forma significativa a correlação internacional e regional de forças e, por essa razão, outras potências tendem a desestimular e a dificultar sua concretização na prática apesar de elogios retóricos (GUIMARÃES, 2005, p. 374).

A coesão política, em termos de tipo de regime ou ideologia (HURRELL, 1995), também pode beneficiar a coordenação de políticas sociais intrabloco e mesmo a coordenação entre governos fazendo que com a iminência de relações conflituosas seja menos presente. Da mesma forma, a coesão organizacional, que seria existência de instituições regionais formais (HURRELL, 1995), contribui de forma correlata com o apaziguamento de possíveis hostilidades, além de implicar constrangimentos para o rompimento de relações, favorecendo o estabelecimento de políticas, acordos e conexões de longo prazo. Ainda assim, vale lembrar que instituições regionais também não são isentas de interesses políticos subjacentes às mesmas, uma vez que refletem a estrutura de poder que as originou (PADULA, 2010). Dessa forma, os ganhos políticos também dependem do caráter do bloco implementado.

É importante, outrossim, fazer um breve comentário sobre os possíveis ganhos securitários advindos de um processo de integração. Em especial para países periféricos, cuja vulnerabilidade territorial e a interferência de potências externas mostram-se como

⁹ Segundo a abordagem eclética de Gilpin (2001), ainda, vale ressaltar a importância de lideranças individuais na promoção da integração e do interesse nacional.

questões constantes, a implementação de uma agenda de segurança comum pode ser determinante para a manutenção da soberania em tais Estados¹⁰. Essa cooperação pode ocorrer em diversos níveis, envolvendo desde exercícios militares conjuntos a colaboração nas indústrias de segurança e defesa. A cooperação, portanto, nestes países em que as forças armadas e a capacidade estatal no âmbito securitário são reduzidas, pode ser fator chave para a manutenção da integridade territorial.

Dessa forma, a integração regional não constitui um fim em si mesmo, sendo ela um meio para atingir os ganhos anteriormente elencados, servindo, portanto, a um objetivo maior: a transformação da região em um polo econômico e político, reforçando a tendência mundial à multipolarização nucleada regionalmente (GUIMARÃES, 2005). Assim, pode-se evidenciar as vantagens socioeconômicas e políticas que a integração regional traz para os Estados, conformando-se a afirmação política soberana da região.

2.2 DO QUE DEPENDE O CARÁTER DE UM EMPREENDIMENTO INTEGRACIONISTA?

Um processo de integração regional pode se conformar de distintas maneiras. Alguns blocos têm um viés mais associado a incentivos ao mercado, enquanto outros se inserem em um plano mais voltado ao desenvolvimento conjunto. Remetendo à concepção de Milward (2000) de plano das ideias, em que a ideologia dominante pode determinar os destinos do bloco, analisa-se algumas questões centrais para que as características da integração sejam definidas. Aqui destacam-se três: o papel do Estado, o caráter do bloco e o papel exercido pela liderança regional.

2.2.1 Considerações sobre o Papel do Estado

Como mencionado, os aspectos políticos são essenciais para a compressão da integração regional. Além disso, como também fora citado, o desenvolvimento de um

¹⁰ Neste sentido, como será abordado adiante, a construção de infraestrutura também se coloca como fator essencial.

país ou região depende enormemente de aspectos vinculados à agenda pública, uma vez que aqui se assume que o “desenvolvimento econômico tem que ser promovido por interferências políticas” (MYRDAL, 1960, p.73), afastando-se, assim, da conceituação liberal, na qual a competitividade e o foco nas forças locais são os cerne do processo (COUTO, 2013). Dessa forma, o Estado ganha papel central para entender a dinâmica do bloco integracionista, assim como a direção e o arcabouço do mesmo irão depender dos Estados nele envolvidos. Como lembra Padula (2010) o Estado é o lócus do processo de integração. Ou seja, ele decide a forma como o regionalismo irá se desenvolver, podendo direcioná-lo para políticas mais voltadas ao regionalismo aberto ou, ao contrário, impulsioná-lo em direção a propulsão do desenvolvimento conjunto do bloco.

A importância do Estado na concepção de um projeto de integração regional, portanto, residiria, em grande medida, em conciliar os interesses do capital e a redução das desigualdades, alocando, assim, espacialmente os recursos tendo em vista a diminuição das disparidades. O Estado também seria responsável por promover uma política de desenvolvimento que tente assegurar a alta rentabilidade dos investimentos (MYRDAL, 1960). Aumento de investimento em capital fixo e em conhecimento poderiam levar a um aumento da renda, da produtividade e da competitividade (COUTO, 2013). Há, portanto, a necessidade de enquadrar a estratégia de integração regional em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento nacional- por este motivo o Estado tem papel central.

Como lembra Couto (2013), outrossim, o Estado tem um papel central no financiamento de obras de interconexão continental. Da mesma forma, o Estado se mostra fundamental no direcionamento das forças de investimento privado para que as mesmas visem setores e projetos estratégicos. Ademais, setores que exigem escala mínima e que são centrais para o dinamismo econômico, como é o caso da infraestrutura- que será abordada mais a fundo adiante- fazem que o papel da demanda efetiva estatal seja central.

O Estado também tem o papel central de alocação dos recursos para as áreas mais carentes. Como lembra Myrdal (1960), as forças de mercado quando livres tendem a acentuar desigualdades, uma vez que há uma tendência de concentração de investimentos nas zonas mais desenvolvidas, drenando a oferta de outras regiões.

Ademais, para que os efeitos propulsores superem os efeitos regressivos, Myrdal acredita que é necessário o planejamento estatal¹¹.

Para Milward (2000), por sua vez, não devemos esquecer que a integração regional e a definição de seus objetivos passa também por questões vinculadas às coalizões internas de poder vigentes em cada Estado. Assim, existe um nível intraestatal que é também de extrema relevância. Esse tópico deve ser destacado em especial quando estuda-se países periféricos, uma vez que a capacidade das elites de influenciar a agenda estatal pode ser extremamente significativo. Ademais, em muitos Estados subdesenvolvidos verifica-se que há a percepção das elites de que a maximização de seus lucros vai ao encontro de sua maior inserção nas cadeias globais de valor, o que poderia significar uma agenda contrária à da integração regional como aqui exposta. Da mesma forma, outro aspecto intraestatal impreterível de ser memorado é o fato de que a mudança de governos pode gerar abalos no processo integracionista, modificando sua direção. Ainda assim, na medida que mais tratados e normas são firmados, um custo cada vez maior haverá de rompê-los (MILWARD, 2000). Dessa forma, deve-se fazer a ressalva de que a agenda de integração regional está sempre em disputa.

2.2.2 O Caráter do Bloco

Os processos de integração regional podem se dar de maneira muito distintas a depender de como foi composto e quais interesses predominaram na sua conformação. Os interesses subjacentes presentes na conformação do bloco e o sentido que os Estados derem ao processo integracionista mudam de maneira definitiva o perfil a ser implementado (PADULA, 2010). Segundo a visão aqui abordada, o bloco integracionista tem o papel basilar de coordenação das atividades econômicas entre os países membros e de oportunizar possibilidades de financiamento que sejam comuns ao bloco, tendo em vista mudanças qualitativas na estrutura produtiva regional. Entender suas regras e objetivos, portanto, é central para analisar o seu sucesso em prover desenvolvimento conjunto.

¹¹ Myrdal cita alguns instrumentos, como o estímulo ao investimento, financiamento barato, subsídio, oferta de infraestrutura, qualificação de mão-de-obra e regime fiscal diferenciado.

O caráter do bloco depende, primeiramente, dos interesses políticos vigentes quando foi formado. Isso pode implicar, por exemplo, que um bloco tenha um viés mais pró-mercado ou mais pró-desenvolvimento. Geralmente, processos de integração pró-mercado tendem a ter foco comercial, pregando a liberalização econômica. Blocos mais atrelados a ideias desenvolvimentistas tendem a focar em questões de resolução de problemas conjuntos, como a mudança na estrutura produtiva dos países-membros, além de ter um caráter importante de reivindicação da soberania.

Essa multiplicidade de características as quais o bloco pode adquirir faz com que o processo de integração possa afetar de forma diferenciada o capital, o trabalho e as regiões dos países partícipes. Tendo isso em vista, um dos instrumentos mais relevantes para um bloco que vise o desenvolvimento conjunto é, como lembra Guimarães, “dispor de mecanismos compensatórios para reduzir os desequilíbrios e as tensões que gera em distintos setores da economia e para promover o desenvolvimento mais acelerado das regiões afetadas de forma desfavorável, de modo a reduzir os desníveis regionais e suas repercussões na esfera política” (2005, p. 372). Neste sentido, destaca-se aqui a importância vital que, por exemplo, um Fundo de Convergência Estrutural viria a adquirir.

Por fim, é válido ressaltar que a integração econômica e política são partes integrantes de um mesmo caminho. Existe uma relação de complementariedade entre ambas, o que implica que quanto mais profundos sejam os laços políticos, maiores possibilidades e sincronias também virão na área econômica, e vice-versa. Esta complementariedade entre o viés político e o econômico também permite que o planejamento do processo integracionista seja feito de maneira holística. Assim, ambos os processos devem ser fomentados com a mesma intensidade, de forma que o bloco se torne coeso e possa seguir o rumo de objetivos comuns.

No caso da SADC, seu tratado constitutivo de 1992 coloca como objetivos primários da organização:

Atingir desenvolvimento e crescimento econômico, aliviar a pobreza, elevar o padrão e a qualidade de vida das pessoas na África Austral e auxiliar os socialmente desfavorecidos por meio da Integração Regional; Desenvolver valores políticos, sistema e instituições comuns; Promover e defender a paz e a segurança; Promover desenvolvimento autossustentado na base da autoconfiança coletiva e da interdependência dos Estados-Membros; Atingir complementariedade entre estratégias e programas nacionais e regionais;

Promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização dos recursos da região; Atingir utilização sustentável dos recursos naturais e proteção efetiva do meio-ambiente; Fortalecer e consolidar os vínculos históricos, sociais e afinidades culturais entre os povos da região (SADC, 2016c, tração nossa¹²).

Tais objetivos dão indícios de como o bloco irá se articular uma vez que configuram a primeira demonstração, ao menos retórica, de como se formulará o caráter do bloco, sendo a princípio as diretrizes que serão utilizadas pelo mesmo a partir de sua constituição. Neste excerto podemos verificar, por exemplo, algum ímpeto desenvolvimentista e o caráter social e securitário, algo que será aprofundado no capítulo II.

2.2.3 Assimetrias e o Caráter da Liderança Regional

Para entender o andamento e a dinâmica de um empreendimento integracionista, é essencial a análise do comportamento do líder regional, principalmente se os países-membros apresentarem grande assimetria econômica e social entre si. As assimetrias entre países da região devem ser vistas como um obstáculo central para a afirmação de um projeto integracionista. Parte, portanto, da superação das mesmas o sucesso do bloco nos moldes aqui propostos. As lideranças regionais devem conduzir idealmente o processo no sentido de redução das assimetrias uma vez que são o polo natural de atração de investimentos. Lembramos novamente o pensamento de Myrdal de que zonas mais desenvolvidas tendem a concentrar os investimentos, drenando-os de outras áreas. O caráter da liderança regional e sua postura importa enormemente para que essa tendência seja interrompida, direcionando investimentos para outros países que não só o país líder e mais desenvolvido.

Assim, depende do caráter dessa liderança, assim como do caráter do próprio bloco, a alocação de recursos estratégica para que a iniciativa de integração vise o desenvolvimento conjunto. Padula (2010) propõe que uma liderança regional pode ser exercida de quatro formas, sendo elas:

¹² Do original em inglês.

- (i) Uma liderança expansiva e assimétrica, concentrando ganhos políticos e econômicos no líder em detrimento do desempenho político e econômico dos demais países.
- (ii) Uma liderança em que a expansão do líder favoreça a expansão econômica e política dos demais países, mas que ainda assim, em última instância, concentre ganhos políticos e econômicos no líder, não combatendo assimetrias pré-existentes.
- (iii) Uma liderança em que a expansão do líder favoreça a expansão econômica e política dos demais países e do conjunto, mas que ainda trabalhe para manter sua posição privilegiada em termos de concentração regional de poderes político e econômico; assim, podendo até combater em grande medida as assimetrias estruturais pré-existentes entre os países da região e o líder, não visa comprometer a hierarquia regional estabelecida.
- (iv) Uma liderança cooperativa, na qual a expansão do líder impulsiona ganhos políticos e econômicos recíprocos dos países e do conjunto, reduzindo as assimetrias pré-existentes, na medida do possível. (p.79)

O sucesso do empreendimento integracionista, então, depende em grande medida da postura do país líder, que idealmente deve apresentar déficits comerciais com os países menores, para que o desenvolvimento conjunto dos países seja possibilitado. Como lembra Padula (2010), ademais, a liderança regional tem um papel central no impulsionamento de iniciativas e acordos regionais, tendo importância especial na promoção da construção de uma malha de infraestrutura regional.

A África do Sul pode ser considerada a líder “natural” da SADC, uma vez que corresponde a 33% da população do bloco e a 70% do seu PIB (SOKO, 2007), o que evidencia a sua importância como potência regional e a significância de seu ativismo diplomático e político para o progresso do bloco. Além disso, tem um dos parques industriais mais pujantes da região e do continente, sendo o principal parceiro comercial de muitos dos países da SADC. Da natureza de sua liderança, portanto, dependem os rumos das políticas de integração e a redução da assimetria entre os países. Esse tópico será tratado mais a fundo no próximo capítulo.

2.3 CONCRETIZANDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL: OBJETIVOS E INSTRUMENTOS

Observando os elementos apresentados, a efetivação de um projeto de integração regional aqui destacada como de caráter político-estratégico perpassaria pela definição de alguns objetivos e de instrumentos específicos para ser bem-sucedido. Estes, de acordo com a perspectiva teórica selecionada, apresentam-se como de suma importância

para a consumação de um projeto de desenvolvimento conjunto. Dentre eles destacam-se a industrialização, a construção de infraestrutura física, o comércio simétrico e a postura política comum no âmbito internacional. Dentro dessas grandes áreas, outros instrumentos mais específicos serão destacados.

2.3.1 Industrialização

Ressalta-se aqui a importância da industrialização para o desenvolvimento, em especial no estudo de países que se encontram marginalizados no sistema internacional. Como lembra Padula (2010), as atividades industriais “são atividades específicas com capacidade de irradiar sinergias e efeitos sistêmicos por toda economia, sendo causadoras de ciclos virtuosos desenvolvimentistas” (p. 99). Além disso, são atividades com características de propensão à inovação, exigem a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e aumentam a possibilidade de investimentos. A inserção desses aspectos na economia regional permite que aumente o valor agregado das exportações e diminua a vulnerabilidade externa a qual, principalmente as economias basicamente agrárias, estão sujeitas. Os mercados regionais e os acordos de preferência comercial permitem que os países envolvidos instalem indústrias mais avançadas tecnologicamente tendo em vista a comercialização na região. Idealmente, as indústrias devem ser distribuídas pelo espaço regional. Ressalta-se, ainda, que a industrialização oportuniza a diversificação da pauta exportadora,

a diminuição do coeficiente de importações, redução da necessidade de divisas internacionais e dos problemas de balanço de pagamentos, o aumento de sua autonomia, superando sua dependência econômica e tecnológica dos países centrais e dos ciclos econômicos (PREBISCH, 1959¹³ apud PADULA 2010, p. 107).

Ademais, eficiência econômica e tecnologia moderna exigem escala mínima de produção industrial (GUIMARÃES, 2005) que muitos países periféricos não conseguem atingir somente com seu mercado interno. Segundo Guimarães, o mercado

¹³ PREBISCH, Raúl (1959). “El Mercado Común Latinoamericano”. In Adolfo Gurrieri, La Obra de Prebisch en la CEPAL. México: Fondo de Cultura Económico, 1982.

regional apresenta mais estabilidade do que o mercado mundial. Além disso, no contexto da industrialização em um ambiente em que vigora um processo de integração regional, a implementação de indústrias pode ser planejada e dividida regionalmente, de forma a beneficiar todos os países do bloco.

Neste momento, então, vale ressaltar a importância da industrialização nos países periféricos para a visão estruturalista¹⁴, sendo ela a maneira de promoção de mudanças estruturais em um contexto de divisão do mundo entre centro e periferia. Para superar esta situação de subdesenvolvimento a qual a periferia está exposta, argumenta-se que a industrialização é a forma necessária, e espontânea, de desenvolvimento periférico (RODRÍGUEZ, 2009). Esta fase industrializante é muitas vezes chamada de “desenvolvimento para dentro”. O conceito de “desenvolvimento para dentro”, fase em que haveria um aumento da produção industrial, foi criado como contrapartida ao conceito de “desenvolvimento para fora”, que é quando o crescimento do país é pautado pelas exportações. O “desenvolvimento para fora” implica que determinado país terá seu crescimento dependente da demanda externa.

Essa situação pode ser revertida, então, quando há uma mudança na estrutura produtiva, sendo a industrialização um indicativo de uma mudança no padrão de crescimento do polo periférico (RODRÍGUEZ, 2009). Para Prebisch, a “industrialização é a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico” (PREBISCH 2000b, p. 181). Para Tavares (1972), neste momento ocorre uma mudança das variáveis dinâmicas da economia, que resultam em perda de importância relativa do setor externo no processo de formação da renda e um aumento do dinamismo da capacidade interna.

A implementação de um bloco integracionista poderia, outrossim, facilitar o estabelecimento de barreiras comerciais regionais, que aumentam o poder de barganha das firmas e dos governos locais em negociações com o exterior (GILPIN, 2001). Além disso, a implementação de mecanismos protecionistas a nível regional poderia proteger as indústrias nascentes da competição externa. A própria abertura dos mercados regionais, como explica Guimarães (2005), traz menor risco de desindustrialização, devido a não haver concorrência com países com uma produtividade muito elevada, como seria o caso de uma abertura completa ao mercado mundial.

¹⁴ A visão estruturalista, ou visão cepalina, parte da ideia de um modelo dual em que a divisão interacional do trabalho conformaria a divisão do mundo entre centro e periferia, sendo a periferia caracterizada por produzir alimentos e matérias primas destinadas aos grandes centros industriais. Esta vertente teórica acreditava que a industrialização poderia dinamizar as economias da periferia e romper alguns dos laços de subordinação estabelecidos com o centro. Alguns de seus principais autores são Raul Prebisch e Celso Furtado.

Tendo elencado alguns motivos da centralidade da industrialização para os países periféricos, é importante então ressaltar que a indústria teria uma função para além de somente gerar riqueza, “implicando a ativação de forças produtivas nacionais que, de outra forma, permaneceriam adormecidas” (COUTO, 2013, p. 49). Dito isso, é importante notar a relação simbiótica entre determinados tipos de indústria e infraestrutura regional. Quando mais integrado um território for fisicamente, maiores as possibilidades de crescimento da indústria local.

Por fim, vale fazer a ressalva que, ao analisarmos a estrutura produtiva, para um país, o que importa é o valor adicionado, e não o bem em si. Isso significa que a pauta de exportação nem sempre representa a capacidade industrial real de um país, pois ele pode ser apenas montador de partes cujo valor foi adicionado em outra localidade¹⁵.

2.3.2 Integração Física e Fatores Geopolíticos

Os estudos geopolíticos têm como basilar o entendimento de que a geografia é um saber estratégico. Sendo assim, os Estados que compõem o Sistema Internacional seriam vistos como um organismo geográfico, em que sua posição no espaço determina fatores políticos e econômicos. Ideias como estas são vinculadas a trabalhos seminais para tal área do conhecimento, como os de Yves Lacoste, Robert Kaplan e Friedrich Ratzel. Este último já nos mostra no final do século XIX como quanto mais homogêneo for um espaço territorial, menos serão as ameaças internas e externas as quais este está sujeito.

Por meio dessas ideias-chave, podemos perceber como a construção e a distribuição de infraestrutura em uma região são essenciais para a segurança e mesmo o domínio de um território, possibilitando o controle político dos recursos. Como lembra Padula (2010),

A dimensão geopolítica da integração sempre representa um objetivo defensivo ou expansivo de um Estado ou grupo de Estados frente a outros Estados. Como projeto geopolítico de segurança, é importante ocupar, desenvolver e integrar toda unidade territorial, espalhando núcleos desenvolvidos, principalmente nas regiões fronteiriças e estratégicas (p.77).

¹⁵ Caso mais notório deste fenômeno é o México.

A gestão do território, em sentido amplo, portanto, é essencial para a redução da vulnerabilidade territorial. Yves Lacoste (1976) relembra, neste sentido, como a geografia serve para organizar territórios e para melhorar o controle da população que está submetida à autoridade do aparelho estatal. Essa questão se mostra fundamental principalmente no contexto de Estados periféricos que, devido à sua própria condição socioeconômica, apresentam maiores debilidades nas áreas de segurança territorial e de articulação infraestrutural. Entende-se, portanto, que vulnerabilidade territorial está intrinsecamente ligada à condição periférica a qual muitos Estados estão submetidos. Isso implica que o Estado acaba tendo pouca capacidade de controle da sociedade, de seus recursos e de contenção de interferências externas, o que ocasiona uma fraqueza endêmica. Neste sentido, concorda-se aqui com a ideia de Myrdal (1960) de que há, historicamente, uma tendência de concentração de investimentos e infraestrutura em certas áreas geográficas. Assim, a redução da vulnerabilidade territorial se torna ímpar para que os Estados periféricos reduzam ameaças e a integração regional é um instrumento-chave para que isso ocorra.

Um projeto de integração com foco na infraestrutura idealmente deve ser concebido sempre considerando os aspectos políticos e econômicos da região. Dessa forma, deve visar, em primeiro lugar, diminuir as disparidades entre os países-membros do bloco, integrando-os de maneira a favorecer a indústria e os ramos de comércio chave para cada país, assim como o deslocamento de pessoas. Esta infraestrutura, então, não pode ser meramente caracterizada por corredores de exportação que favoreçam os parceiros comerciais externos dos países envolvidos, e sim ser um fator de dinamismo regional que interconecte áreas e favoreça a diminuição dos desequilíbrios regionais, podendo contribuir decisivamente para a construção de um projeto de desenvolvimento conjunto. Parte-se da ideia, então, de um sistema de desenvolvimento articulado, para o qual a infraestrutura é uma peça chave.

É importante, neste sentido, salientar a importância da mencionada construção de infraestrutura regional, que se mostra essencial para o sucesso de um empreendimento de integração, em especial no contexto de países periféricos. A integração física da região se mostra primordial para que o comércio seja possibilitado, proporcionando diminuição dos custos de transporte e ligando áreas menos desenvolvidas aos centros regionais, impulsionando a produção da coletividade.

Infraestrutura permite o próprio dinamismo industrial, uma vez que é essencial para a comercialização e transporte dos bens produzidos internamente. Assim,

Um adequado sistema de infraestrutura é fundamental para que uma economia opere de forma eficiente, liberando recursos (capital e energia, por exemplo) para serem empregados em outros setores e objetivos estratégicos, em favor do bem coletivo e em função especificamente da expansão do sistema econômico. Ao contribuir da mesma forma que o progresso tecnológico, diminuindo custos e aumentando a produtividade e os recursos disponíveis através de sua eficiência, os investimentos no setor de infraestrutura não geram produtos, geram a própria produtividade - de forma não-linear e geralmente incomensurável. (PADULA, 2010, p. 138-139).

Ademais, destaca-se, além da importância da infraestrutura de transportes, a essencialidade de elaboração de uma infraestrutura energética, fundamental para a indústria, permitindo que se explorem as complementariedades regionais. Estes projetos, como lembra Padula (2010) são “estruturantes, sinérgicos e fundamentais à integração”. Principalmente no que tange a indústria, a construção de grandes projetos tem um papel central, como explorado por List:

Somente agora comecei de fato a considerar isso do ponto de vista da teoria das forças produtivas e no seu efeito total como um sistema de transportes, conseqüentemente, de acordo com sua influência sobre a totalidade da vida mental e política, relações sociais, a produtividade e o poder das nações. Somente agora eu reconheço a relação recíproca que existe entre poder industrial e o sistema nacional de transportes, e que um nunca pode se desenvolver ao seu máximo sem o outro (LIST, 1841 apud COUTO, 2013, p. 49).

A infraestrutura também é essencial para a segurança regional, uma vez que implica em domínio do território, sendo que espaços mais homogêneos em termos de infraestrutura- com todos os seus efeitos dinamizadores de outras áreas- são menos vulneráveis a ameaças externas. Entende-se, assim, que um território sem infraestrutura é mais vulnerável a intervenção externa e mesmo a atividades ilegais. Destaca-se, neste sentido, a elementaridade da construção de uma infraestrutura fronteiriça para a segurança nacional e regional. Além disso, pode se mostrar essencial para o maior aproveitamento das possibilidades de recursos (tanto naturais, quanto humanos) intrínsecas ao território em questão. Assim, seria possível um “maior aproveitamento das potencialidades geográficas (especialmente os recursos naturais) em favor do desenvolvimento socioeconômico dos países da região” (PADULA, 2014).

Adicionalmente, infraestrutura regional pode ter um caráter significativo na melhora da qualidade de vida da população, especialmente quando engloba obras de provimento de saneamento básico ou de disseminação da rede elétrica, por exemplo.

A integração física, por conseguinte, conforma um vínculo mais permanente do que a integração comercial. Assim “a integração física depende de considerável poder infraestrutural do Estado e capacidade de coordenação da ação coletiva dos agentes públicos e privados envolvidos” (LIMA, 2007, p. 25 apud COUTO, 2013, p. 51). Como lembra Couto (2013) a integração física tem a potencialidade de diminuir a desigualdade entre os países, promovendo a distensão do projeto integracionista e trazendo estabilidade regional, sendo importante na abrangência áreas subdesenvolvidas e aproveitamento de recursos estratégicos. Myrdal (1960) também recorda em sua obra a importância da construção de infraestrutura para o impulsionamento dos espaços subdesenvolvidos.

2.3.3 Atuação Política Conjunta

Como mencionado, o estreitamento da cooperação política é um dos objetivos mais marcantes e relevantes de um processo de integração regional. Esta subseção busca mostrar alguns instrumentos pelos quais a cooperação política é colocada em prática, assim como alguns espaços em que se mostra mais visível a coordenação política entre diferentes nações.

Primeiramente, destaca-se a atuação diplomática conjunta em organizações internacionais. A mesma é um indicativo importante de coordenação de política externa dos países tanto estrategicamente, preocupando-se especialmente com inferências diretas ou indiretas para a região das decisões tomadas nestes órgãos, quanto de uma visão comum acerca de forma de encaminhamento ou resolução de conflitos internacionais. Idealmente, países que compõe um bloco de integração apresentariam um histórico de votação idêntico ou similar e teriam uma atuação coesa nos mesmos. Esta harmonia traz a vantagem de o interesse da região ganhar expressão no resultado de uma votação, facilitando uma possível vitória. Contudo, em alguns fóruns ou na discussão de alguns tópicos os países pertencentes a um mesmo bloco podem não votar

conjuntamente por terem discrepâncias nas diretrizes de suas políticas externas. Algumas organizações em que se pode verificar a atuação de Estados e de seus pares no processo integracionista são a Organização das Nações Unidas (ONU), o G-20 ou órgãos continentais, a exemplo da União Africana (UA). No terceiro capítulo dessa dissertação será analisado o histórico de votação dos membros da SADC na ONU, tendo em vista verificar o grau de sua articulação política.

Outra questão relevante para analisar a atuação política do bloco é a própria estabilidade regional. A inexistência de golpes de Estado, de rebeliões ou de processos disruptivos, por exemplo, de sistemas democráticos, mostram paralelamente a maturidade do bloco- cujas políticas poderiam estar contribuindo para promover tal estabilidade- e a capacidade de resolução de conflitos internos do mesmo, uma vez que muitos projetos integracionistas contam com mecanismos para intervir nas disputas regionais. Além disso, entender-se-á no âmbito deste trabalho estabilidade política também como a não propensão à interferência de potências externas, sendo o bloco um mecanismo forte e eficaz o suficiente para resposta de embates regionais. É evidente que quanto mais coeso for o bloco e mais articuladas as políticas externas dos seus membros constituintes, melhor estes dispositivos irão funcionar. Ainda assim, considerando que envolve por vezes a interferência direta na soberania dos Estados, nem sempre estas práticas vão ser vistas consensualmente entre os países-membros, além de existirem interesses intrínsecos complexos de cada país nestes movimentos. Também no capítulo três será feita uma análise da situação de estabilidade política dos países da SADC e de como o bloco teve influência na mesma.

Outro aspecto importante para ‘medir’ a colaboração entre países de um bloco é a postura comum na resolução de questões securitárias. Neste âmbito, destacam-se os exercícios militares conjuntos como um indicador importante da coesão do bloco. A cooperação na área militar é de extrema importância para a segurança regional, em especial para países periféricos sujeitos a interferências externas. Exercícios conjuntos permitem maior sincronia na região, mostrando-se para o resto do mundo como um espaço coeso, reafirmando sua soberania territorial. Além disso, como lembra Padula (2010), a utilização dos espaços, em especial dos espaços fronteiriços, é uma ferramenta geopoliticamente estratégica para a defesa do território. É interessante notar, como veremos mais profundamente no último capítulo deste trabalho, que a SADC realiza vários exercícios de cooperação militar.

2.4 CONCLUSÃO PRELIMINAR

Como mencionado, o objeto desse trabalho será a análise de processos de integração regional institucionalizados, mais especificamente da SADC. Assim, como já citado, SADC enquadra-se em um contexto de países periféricos e busca uma forma de integração sem o foco nos preceitos neoliberais, que hoje imperam como teoria dominante, as considerações teóricas aqui elencadas buscaram aproximar-se de uma visão política-estratégica da integração regional. Isso implica que análise será feita de maneira a avaliar questões políticas, sociais e econômicas, com foco no desenvolvimento conjunto que pode ser propiciado por um processo nestes moldes.

Dessa forma, elencaram-se os ganhos econômicos e políticos derivados desse processo, perpassando questões de desenvolvimento, comércio estratégico, inserção internacional, poder de barganha, dentre outros. Tentou-se mostrar, outrossim, como é importante para a formação do caráter de um bloco de integração o papel exercido pelo Estado, a maneira que o bloco se formou e as instituições nele atuantes. Da mesma forma, destaca-se a importância da supressão da assimetria entre os países-membros e o papel da liderança regional.

Para que o bloco seja bem-sucedido, no entanto, são necessários objetivos e instrumentos, dentre os quais se destacaram os que foram julgados mais importantes para uma integração de caráter político-estratégico. Notadamente, a industrialização, a integração física e os fatores geopolíticos e a atuação política conjunta foram vistos como centrais para o progresso do bloco. Usando esses parâmetros aqui discutidos teoricamente, buscamos no capítulo III fazer uma análise empírica de alguns indicadores da SADC. Em especial, foram escolhidos os seguintes fatores: histórico de votação conjunta na ONU, estabilidade política desde a formação do bloco, exercícios militares conjuntos, valor adicionado da indústria no PIB, índices de qualidade de vida (saneamento básico, acesso à água, mortalidade na infância, etc.) e balança comercial.

3 A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC): CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Na África, os desdobramentos verificados no Sistema Internacional elencados no capítulo anterior foram acompanhados do chamado Renascimento Africano, processo de recuperação econômica que visa promover o crescimento autossustentado, utilizando-se da integração regional e da cooperação Sul-Sul para atingir seus objetivos. Começaram a surgir, então, várias organizações continentais e regionais, que foram transformando-se e consolidando-se na medida em que os países obtinham sua independência. O processo, então, que se denomina Renascimento Africano tem como marco inicial as independências, por volta dos anos 1960, mas se estende para além delas, perpassando pela consolidação dos Estados no continente.

Para compreender a importância do Renascimento e do estabelecimento dos processos de integração no contexto africano é imprescindível recordarmos alguns dos desafios enfrentados por esses países desde sua formação. De modo geral, os países africanos enfrentam três questões estruturais que comprometeram, e comprometem, seu desenvolvimento: a pobreza, a transformação estrutural e a dependência. Parte dessas disfunções advém da herança colonial, que moldou estruturalmente as economias africanas, influenciando a distribuição setorial na economia, o investimento em capital humano e o investimento em infraestrutura (CHAZAN et al., 1999). Chazan et al. (1999) também lembra a importância do papel das elites e das coalizações sociais como elementos dinâmicos das configurações gerais que influenciaram o desenvolvimento econômico. Vale ressaltar aqui a influência perene que as elites ligadas aos interesses coloniais têm na maioria dos países africanos, não tendo havido uma transferência total do poder- em alguns casos político, em outros econômico- aos novos governos.

A construção das sociedades independentes foi marcada por um panorama internacional conturbado, no contexto da Guerra Fria, e por cenários nacionais também desfavoráveis, havendo a necessidade de reconstrução quase total de alguns Estados, principalmente aqueles que passaram por guerras civis. Tal padrão fica claro nos países da África Austral, com destaque para Moçambique e Angola. Outra adversidade é o fato de que, logo após os períodos das independências, muitos países africanos obtiveram empréstimos tendo em vista financiar a consolidação dos novos Estados. Estes empréstimos foram necessários particularmente devido à deterioração dos termos de troca e à baixa dos preços de produtos primários em vigência naquele período. Isso

implicou em dificuldades quase constantes no balanço de pagamentos, que se traduziram no desequilíbrio estrutural fundamental centro-periferia e na transferência de valor sistemática da periferia para o centro (AMIN, 1975). Esses acontecimentos deram-se em um contexto de transição para o padrão dólar-flexível, quando a volatilidade dos preços aumentou consideravelmente (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008).

As dificuldades econômicas enfrentadas por governos por toda a parte a partir dos anos 1970 fez com que fosse extremamente difícil para estes Estados, mesmo os governados por antigos movimentos anti-sistêmicos, resistir às pressões do ajuste estrutural e de abertura de fronteiras. Neste período, então, as grandes dívidas africanas foram fortemente sentidos, chegando a representar 90% do PIB na África subsaariana, o que engessou a economia (THOMPSON, 2010). Com a incapacidade de gerir os Estados, ocorreram os Programas de Ajuste Estrutural (PAE) promovidos pelos fundos financeiros internacionais, nomeadamente o FMI¹⁶, e que visavam à reestruturação da economia mundial. No entanto, os PAEs impunham condicionalidades, dentre as quais constava uma agenda liberalizante, inserindo, então, muitos destes países novamente na lógica desigual Norte-Sul. Assim, tais interações eram marcadas pelo

[...] assistencialismo permeado por interesses de natureza política, estratégica e comercial. Além disso, eivado de condicionalidades, esse assistencialismo deixa de contemplar as reais prioridades nacionais dos Estados receptores, o que leva à perpetuação da dependência ante os países centrais (ALVES, 2013, p.14).

Essa liberalização precipitada e desregulada, que se apresentou como única alternativa para muitos Estados, acabou por implicar desastre social que gerou ainda mais atraso no continente africano. Esses programas, que subordinaram as economias aos interesses Ocidentais, também tinham como uma de suas condições básicas o favorecimento da produção agrícola e, conseqüentemente, ampliaram as trocas desiguais, além de muitas vezes desestabilizarem as moedas nacionais, gerando inflação. Ademais, a abertura financeira tende a aumentar a diferença entre os juros internos e os externos, o que dificulta ainda mais o pagamento da dívida externa (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008). Esse cenário acarretou altos níveis de desemprego e diminuição dos gastos públicos e, uma vez que o Estado é fundamental para a alocação de recursos e encontrava dificuldades para arrecadar, pode-se dizer que

¹⁶ Samir Amin ressalta que a função do FMI é manter os comportamentos monetários da periferia dentro do marco das necessidades do Sistema Internacional (AMIN, 1975, p.119).

os programas mudaram o *status quo* do continente (THOMSON, 2010). Desse modo, a abertura econômica criou dependência da importação de capital. Como lembra Amin (1975)

se não atuam em tempo certos meios de controle dessas relações exteriores e de orientação e estratégia de transição, a crise permite às potências e às instituições internacionais que dependem delas, intervir para impor uma “estabilização” que sempre sacrifica deliberadamente os objetivos de desenvolvimento e as exigências de solvência a curto -prazo (p. 122, tradução nossa¹⁷).

Constata-se, portanto, que a ajuda externa recebida neste período e nos períodos subsequentes é superada pela transferência de valor da periferia para o centro por meio do mecanismo das trocas desiguais, além de grande parte do orçamento dos países devedores acabarem sendo direcionados para a amortização da dívida, criando um déficit tendencial crônico.

Como nos mostra Ha-Joon Chang é importante lembrar que os períodos de estagnação na África não podem ser somente atribuídos a fatores estruturais internos, estando altamente vinculados à adoção de uma agenda liberalizante em países ainda debilitados, o que reforça a lógica centro-periferia. Os PAEs, portanto, fizeram com que estes países acentuassem sua especialização em matérias-primas, tornando o problema da balança comercial ainda maior (CHANG, 2010). Como lembra Hobsbawm (2011), as metrópoles “tornaram um complexo de territórios coloniais que crescentemente evoluíram em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes” (p. 109). O resultado mais expressivo dessa especialização é a complementaridade econômica criada obrigatoriamente com os países com processos de produção mais desenvolvidos, o que permite a dominação da periferia até os dias atuais (AMIN, 1975).

Todo esse complexo cenário no continente intensificou-se com o fim da Guerra Fria, quando a ausência de um contrapeso aos Estados Unidos tornou os países mais vulneráveis aos mecanismos financeiros. Além disso, como houve uma perda de importância estratégica, ocorreu uma maior marginalização continental. Em tendência contrária, com o afastamento das potências, uma vez que o engajamento anterior era devido, em grande medida, à estabilização da correlação de forças entre URSS e EUA,

¹⁷ Do original em espanhol.

pareceu possível uma rearticulação dos países a partir de forças locais (VISENTINI, 2004).

Em contraposição a estas condições históricas, já no período imediato após as independências, a necessidade da integração africana para fortalecer os novos Estados e para uma adquirir uma melhor inserção no Sistema Internacional foi anunciada por muitos teóricos, com destaque para Kwame Nkrumah¹⁸. Nkrumah entendia que a independência de Gana não fazia sentido se não fosse relacionada à independência de toda a África, prevendo que a “a unificação total da economia africana à escala continental é o único meio de que dispõem os Estados africanos para atingirem um nível que se assemelhe ao dos países industrializados” (NKRUMAH apud M´BOKOLO, 2011). Assim criou-se a percepção, que levaria muito tempo para ser colocada em prática, da necessidade de uma solução africana para problemas africanos e de uma forma de desenvolvimento endógeno e autossustentado.

Nesta conjuntura, os Estados procuraram afirmar sua necessidade de obtenção de objetivos vinculados ao desenvolvimento e a uma inserção internacional mais autônoma (CHAZAN et al., 1999). O Renascimento Africano, como mencionado, é um processo de renovação que visa a superação do subdesenvolvimento na África através de práticas endógenas, e está atingido seu ápice no início do século XXI. Para que este movimento atinja seus objetivos, que incluem coesão social, reinserção internacional e mudança no padrão econômico, algumas iniciativas são fomentadas interna e externamente. O Renascimento é um processo de construção nacional (M´BOKOLO, 2011). Sendo assim, deve ser um processo endógeno.

Por meados da década 1990, quando parecia que os Estados da África Austral, região que por anos foi uma das mais turbulentas do continente, estavam encontrando meios para a paz, outras zonas de conflito começaram a surgir, como o Chifre da África¹⁹, devido à mudança na conjuntura internacional. Mesmo que os conflitos se limitassem à área de um só Estado acabavam comprometendo a estabilidade também dos Estados vizinhos devido ao movimento dos refugiados e às rotas de suprimento. “Foi essa situação que estimulou a procura à escala regional e continental das soluções coletivas para os conflitos e, simultaneamente, reativou as dinâmicas pan-africanas” (MBOKOLO, 2011).

¹⁸ Primeiro presidente de Gana (1965-1966). Foi líder do processo de independência do país.

¹⁹ Região do leste da África que engloba países como Somália e Etiópia.

Assim, neste novo contexto de aspirações sociais, mudança no panorama dos conflitos intercontinentais e rápido reordenamento da economia mundial, há uma aceleração dos processos de integração, que vem mudando o *status quo* dos países africanos. Os processos de integração, na medida que revigoram os Estados e tonificam sua posição no Sistema Internacional, devem ser vistos como um meio de afirmação de soberania estatal (VISENTINI, 2010).

Como lembra Diallo (2011), o Renascimento, ainda que um movimento contínuo, teve algumas fases que podem ser pontuadas, tais como “o período das independências, principalmente no ano de 1960, depois tivemos a criação da OUA em 1963, num terceiro momento a libertação do líder Nelson Mandela, em 1990 e subsequente fim do Apartheid, e por fim a criação da União Africana em 2002” (p.93).

A União Africana (UA) representa uma tentativa de integração continental, buscando, através de similaridades históricas e culturais unir o continente e promover o desenvolvimento. A UA propõe-se a ser uma união dos povos africanos, e não uma mera união entre Estados. Desse modo, ela apresenta uma ameaça aos interesses ocidentais no continente, uma vez que se opõe às tentativas de exploração e apresenta uma política comum de defesa e segurança, debilitando o papel das milícias financiadas pelo exterior²⁰. A UA também representa uma objeção à AFRICOM²¹.

Outra iniciativa no âmbito continental é a *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) que intenta, através de práticas pan-africanistas, promover desenvolvimento socioeconômico, que tem como base a autoconfiança do continente e crescimento integrado, em uma marcha para a desmarginalização da África. O grupo propõe uma nova dinâmica para o desenvolvimento, estabelecendo uma barganha com o Ocidente: promove práticas políticas e econômicas em troca de ajuda internacional e investimentos (VISENTINI, 2010)

Na região da África Austral, destaca-se neste sentido a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), um dos processos mais promissores do continente, e que tem como Estados-membros Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. A

²⁰ Grupos de milícias financiados principalmente pelos EUA, França e Inglaterra que fazem saques a alguns recursos naturais e os vendem a preços mais baratos. São uma importante força de desestabilização política e econômica

²¹ Comando militar dos EUA na África que pretende impor os interesses ocidentais no continente, com destaque para a livre circulação dos recursos energéticos.

seguir, então, será melhor explorado esse bloco e sua relação com os processos acima descritos.

Mapa 1: Estados-Membros da SADC



Fonte: SADC (2016a)

Este capítulo, então, busca fazer um compêndio da trajetória política-histórica da SADC desde suas origens até os dias atuais. Assim, apresentará a formação da SADC, abordando também as características gerais de seu funcionamento, os membros da SADC, a geografia e os recursos naturais do bloco e projetos e políticas da organização. Por fim, será apresentada uma conclusão preliminar.

3.1 A FORMAÇÃO DA SADC

Os países da África Austral seguiram, de modo geral, as etapas históricas destacadas acima. Como mencionado, no entanto, a história da região foi marcada

sobremaneira pela existência de regimes racistas que, até pela própria longa duração temporal, fizeram com que alguns destes Estados adentrassem este processo de Renascimento tardiamente. Essa situação também engendrou um quadro em que as lutas de contra insurgência acabavam por envolver todos os países da região, sendo notável a participação de Tanzânia e Zâmbia a favor desses movimentos muito precocemente. A isso, se relaciona as próprias origens históricas da SADC, que remetem à formação da Linha de Frente- composta por Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, além de movimentos nacionais de libertação que não tinham status de governo em seus países- que tinha como objetivo lutar contra os regimes racistas, principalmente o da África do Sul²², “harmonizar as estratégias de desenvolvimento” (M'BOKOLO, 2011, p. 706) dos países envolvidos e coordenar-se politicamente.

Em grande medida, a formação deste grupo foi reativa à política de desestabilização implementada pela África do Sul na região, que visava garantir a hegemonia política e econômica que o país tinha na África Austral, além de combater os movimentos anti-Apartheid no território dos países vizinhos. Esta prática levou a um atraso nas independências e comprometeu economicamente outros Estados, bloqueando o processo de desenvolvimento. Como lembra Chazan et al. (1999), todo o subsistema da África Austral estava dominado pelo jugo militar sul-africano até 1994, o que deu a ele características singulares no continente africano, notadamente uma ênfase muito grande em questões de segurança e de descolonização. Mais tarde, a implementação da “Estratégia Total”²³ fortaleceu a ideia de desestabilização dos vizinhos. Os países que compunham a Linha de Frente eram os alvos mais visados nestes ataques (PEREIRA, 2012). Segundo Schütz (2014), inclusive, as políticas do Apartheid estão nas raízes do processo de integração na África Austral. É interessante notar, outrossim, como a conformação de uma estrutura regional deu-se quase que simultaneamente com a criação dos próprios Estados na região, sendo assim, “no caso da África Austral, os processos de integração constituem um mecanismo de afirmação de soberania” (SCHÜTZ, 2014, p. 73).

²² Vale lembrar, no entanto, como apontado por Chazan et al. (1999) que muitas vezes os diferentes países divergiam em como lidar com o “problema da África do Sul”, sendo defendidas diferentes estratégias para enfrentar a questão.

²³ A ascensão de Pieter Botha ao poder, em 1978, marcou uma maior militarização do regime e um incremento da repressão. Foi colocada em prática neste período a chamada “Estratégia Total”, que consistia em uma tentativa de exterminar todas as ameaças internas e externas ao regime do Apartheid (PEREIRA, 2012).

Paralelamente à Linha de Frente, e mais abrangente que a mesma, formou-se a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em 1979, com o intuito de diminuir a importância econômica do vizinho sul-africano, do qual muitos Estados da região eram profundamente dependentes, por meio do incremento do intercâmbio comercial entre os membros. Assim, a Linha de Frente abriu espaço para uma organização com caráter mais formal e com preocupações notadamente na área econômica, passando os dois movimentos a coexistirem, sendo fortalecidos com o fim do regime racista no Zimbábue, em 1980. A estratégia de diminuir a importância econômica da África do Sul, no entanto, não se mostrou tão exitosa quanto o esperado, o que significou a manutenção da dependência do regime racista, com mudanças significativas nas relações apenas após o término do Apartheid. Vale lembrar que a África do Sul no período colonial e no regime do Apartheid experimentou um crescimento econômico muito acima do verificado nos Estados em seu entorno. A dependência econômica derivava tanto da migração de mão-de-obra para o trabalho nas minas e plantações, quanto do pequeno desenvolvimento dos portos e linhas férreas dos países da Linha de Frente (M'BOKOLO, 2011). Este último fator será importante para a compreensão da dinâmica regional pós-independências e para a importância da SADC.

Vale ressaltar também que o contexto pós-Guerra Fria na África Austral diferiu enormemente do que se desenrolou no restante do continente. Enquanto a África de modo geral viu o colapso de alguns Estados, como Libéria e Somália, e a ascensão de novos focos de conflito, a região meridional avançou para um ambiente de maior segurança. Em grande medida, isso se deveu à atenuação dos conflitos em Moçambique e Angola (cuja influência do conflito bipolar era expressiva), à independência da Namíbia, ao fim do Apartheid e, manifestadamente, à própria formação da SADC (CHAZAN e tal., 1999).

Em um contexto de mudanças na região, a exemplo da independência da Namíbia, houve a transformação da SADCC em SADC em 1992, e, posteriormente, com fim do Apartheid, em 1994, o bloco passou a incluir a África do Sul, país que se tornou o seu centro dinâmico. A inclusão da África do Sul marcou uma mudança radical nas linhas do que historicamente se conhecia como a união destes países, uma vez que as questões de segurança e de submissão econômica ganharam um novo significado. Um ano depois, houve a entrada das Ilhas Maurício e, em 1997, passaram a compor

também o bloco a República Democrática do Congo²⁴ e Seicheles, seguidos de Madagascar, já em 2005. A opção pela SADC, então, ocorreu devido à percepção de que o bloco seria uma importante ferramenta de articulação de estratégia de desenvolvimento conjunto para a região, buscando, com a entrada da África do Sul, rearticular o subsistema regional de maneira que objetivos estratégicos, políticos, econômicos e sociais fossem atingidos de forma paralela por todos os países envolvidos. Dessa forma, houve a percepção dos benefícios de um processo de integração regional a estes países periféricos, tais quais elencados no primeiro capítulo deste trabalho.

Como lembra M´Bokolo (2011), a conjugação entre países com forte base industrial- como a África do Sul e, à época, o Zimbábue-, países mineiros e países de base agrícola fizeram com que o futuro do bloco fosse promissor. Vale ressaltar, no entanto, que em um primeiro momento as iniciativas de desenvolvimento conjunto foram deixadas em segundo plano em virtude de preocupações políticas, advindas especialmente do período de consolidação dos regimes democráticos. Ao longo da década de 1990, a SADC deparou-se com outros importantes entraves políticos, que dividiram as opiniões de seus membros. Notadamente, as guerras na República Democrática do Congo²⁵, a questão fundiária no Zimbábue²⁶ e os desafios advindos da epidemia de AIDS, que serão mais explorados no capítulo seguinte. Do fim destes conflitos²⁷ adveio a proliferação do tráfico de armas e a deslocamento de um grande contingente de refugiados na região²⁸ (PEREIRA; VISENTINI, 2010), mostrando-se

²⁴ Vale destacar que a entrada da RD Congo foi bastante controversa, pois críticos alegavam que o país não fazia parte da dinâmica da África Austral e que havia interesses dos outros países em seus recursos mais do que em uma proposta de desenvolvimento conjunto, em especial por parte da África do Sul. Além disso, afirmam que a entrada forneceu base para a intervenção em 1998 de Angola, Zimbábue e Namíbia no país (BAUER; TAYLOR, 2011).

²⁵ O Congo passou por duas guerras na década de 1990. A primeira delas (1996) foi gerada pelo colapso do regime de Mobuto e pelo apoio congolês aos grupos rivais aos governos de Ruanda, Burundi e Angola. A segunda (1998) foi gerada pela quebra da aliança vencedora da primeira guerra e envolveu um grande número de Estados africanos (CASTELLANO, 2011). Foi nessa ocasião que tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia adentraram o território congolês.

²⁶ A controversa questão fundiária no Zimbábue decorreu do programa de reforma agrária instituído, após pressão popular, no final dos anos 1990 pelo governo de Robert Mugabe. A expropriação de terras favoreceu o pequeno produtor e foi prejudicial aos fazendeiros brancos, gerando contestação internacional.

²⁷ Vale lembrar que as guerras de independência, como as de Angola e Moçambique, também contribuíram para este quadro.

²⁸ O descolamento de refugiados na região tem gerado várias reações xenófobas, sendo muito expressivas na África do Sul. A intensificação da xenofobia é um grande desafio para a SADC.

cada vez mais imperativo uma estratégia de segurança conjunta e o reforço de dinâmicas regionais²⁹.

Hoje, a comunidade tem como meta principal a integração e o desenvolvimento econômico, seguidos da segurança regional e do incentivo à utilização de produtos nacionais, visando, assim, o fortalecimento global dos países-membros (SADC, 2017). Importante destacar que o bloco tem caráter desenvolvimentista, pregando o dirigismo econômico e a presença estatal (VISENTINI, 2010). O bloco se baseia na complementaridade econômica e nas obras de infraestrutura (PEREIRA; VISENTINI, 2010), como será visto adiante.

3.1.1 Características Gerais do Funcionamento da SADC

Para um entendimento abrangente a respeito de um bloco de integração é essencial conhecer algumas de suas dinâmicas internas. Nesta seção, procurou-se elencar alguns elementos básicos a respeito dos mecanismos internos e dos tratados da SADC, tendo em vista obter uma visão geral do seu funcionamento. Além disso, no que tange o andamento do bloco, acredita-se essencial uma breve análise do país que ocupa posição de liderança, no caso a África do Sul.

3.1.1.1 Mecanismos Internos e Tratados

O tratado de constituição da SADC foi firmado em 17 de agosto de 1992 em Winkhoek, na Namíbia, estabelecendo os principais objetivos da organização, sendo eles:

Atingir desenvolvimento e crescimento econômico, aliviar a pobreza, elevar o padrão e a qualidade de vida das pessoas na África Austral e auxiliar os socialmente desfavorecidos por meio da Integração Regional; Desenvolver valores políticos, sistema e instituições comuns; Promover e defender a paz e a segurança; Promover desenvolvimento autossustentado na base da autoconfiança coletiva e da interdependência dos Estados-Membros; Atingir complementariedade entre estratégias e programas nacionais e regionais; Promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização dos recursos da região; Atingir utilização sustentável dos recursos naturais e proteção efetiva

²⁹ Outro aspecto interessante advindo deste contexto foi a implementação de grandes reservas naturais nas regiões fronteiriças, a exemplo do Kruger Park-Chimanimani (PEREIRA, VISENTINI, 2010).

do meio-ambiente; Fortalecer e consolidar os vínculos históricos, sociais e afinidades culturais entre os povos da região (SADC, 2016c, tradução nossa³⁰).

O tratado constituinte, ademais, estabeleceu uma série de mecanismos institucionais que dariam forma ao bloco e guiariam seu funcionamento. Um desses mecanismos é a Cúpula da SADC, órgão responsável pela diretriz política e pelo controle funcional do bloco. É composta pelos chefes de Estado da SADC e é controlada pela Troika, que compreende o presidente atual, o próximo presidente (que tem o cargo de vice) e o presidente anterior do bloco (SADC, 2017). Todas as decisões da Cúpula ocorrem por consenso (SCHÜTZ, 2014).

Ademais, a SADC conta com um Conselho de Ministros, que tem como função supervisionar o desenvolvimento e o funcionamento do bloco de integração, assegurando a implementação adequada das políticas adotadas. É composto por ministros dos governos dos diferentes países e tem encontros bianuais (SADC, 2017). Outro órgão importante é o Comitê Permanente de Oficiais Sênior, que teria a função de fornecer conselhos técnicos ao Conselho dos Ministros.

O Secretariado, por sua vez, é a principal instituição executiva da SADC, responsável pelo planejamento estratégico, pela coordenação, pela gestão dos programas e pela implementação das decisões dos demais órgãos do bloco. É coordenado por um secretariado executivo cuja sede fica em Gaborone, em Botsuana. Sua estrutura inclui o Tribunal da SADC, que tem como função assegurar a adesão e a interpretação correta do Tratado, assim como de seus instrumentos subsidiários, e julgar disputas neste âmbito. É importante ressaltar que após diversas decisões contra o governo zimbabuano, o Tribunal foi suspenso em 2010. Dois anos depois, no entanto, foi reinstituído após negociações, sendo reforçado que sua jurisdição seria confinada ao que tange aspectos do Tratado da SADC e seus protocolos somente (SADC, 2017). Ademais, a organização conta com um Setor de Gênero com o objetivo de estabelecer políticas comuns de gênero e de mulheres (SCHÜTZ, 2014).

Em 2001, a SADC passou por uma importante reforma visando reestruturar suas instituições frente a certas dificuldades e impasses, culminando em uma emenda ao Tratado. Assim, a reforma visou tanto a eficiência da formulação e implementação dos programas da SADC, quanto reafirmou a orientação do bloco para o desenvolvimento. Alguns novos mecanismos foram, então, instituídos. Dentre eles, destaca-se o Órgão de

³⁰ Do original em inglês.

Política de Defesa e de Cooperação Securitária, responsável pela paz e segurança na região e administrado pela Troika. Os comitês nacionais da SADC também foram constituídos, tendo como objetivo fornecer *inputs* a nível nacional para a formulação das políticas regionais, sendo formados pelos governos, setor privado e sociedade civil (SADC, 2017). Esta emenda também estabeleceu o *Regional Indicative Strategic Development Plan* (RISDP), que será visto adiante.

Além dos mecanismos já mencionados, em 2004 foram assinados os “Princípios e Diretrizes para Regar Eleições Democráticas”. Tal documento elenca princípios que os países devem seguir para a condução de eleições democráticas e institui as Missões de Observação Eleitoral (SCHÜTZ, 2014). Tais missões são formadas a pedido do país nas quais o processo ocorre, tendo como objetivo a apresentação de um relatório especificando se o país seguiu os princípios acordados. Essas missões já foram implementadas em alguns países, a exemplo da Suazilândia, Madagascar e Zimbábue.

Em 2006, foi feita a Declaração de Windhoek, afirmando um estreitamento da SADC com os seus ‘Parceiros de Cooperação Internacional’, que inclui organizações, como a FAO e a UE, e países, como a Alemanha e a Áustria, com o objetivo de prover ajuda à região. A parceria visa como objetivos gerais e principais reiterar a boa governança, fortalecer a capacidade regional e contribuir para paz e segurança duradouras na região (SADC, 2017).

3.1.1.2 A Liderança da África do Sul

O papel de líder regional exercido pela África do Sul é indissociável de sua história e as consequências que a mesma teve para os países da região. Como já mencionado, a África do Sul, entre 1910³¹ e 1994, esteve sob jugo de um governo segregacionista de minoria branca. Durante este período, a política externa sul-africana foi marcada pelo isolacionismo, beligerância política, militarização regional e agenda global defensiva (HABIB, 2013). Uma de suas principais características foi a configuração de uma aliança estável com o Ocidente que se baseava, principalmente, na

³¹ 1910 é o ano da independência oficial da Inglaterra e da formação da União Sul-Africana, nome dado à atual África do Sul. Neste período, políticas racistas já foram implementadas, a exemplo do *Native Land Act*, que previa a racialização da terra. O regime do Apartheid, no entanto, começou somente em 1948, quando o Partido Nacional (PN) chegou ao poder, implementando políticas racistas mais severas e disseminadas.

retórica anticomunista, configurando um alinhamento automático. Em 1975, o país invadiu Angola, marcando a primeira intervenção militar nos países vizinhos. A principal preocupação do governo racista no continente foi criar um ambiente regional estável que favorecesse os interesses econômicos e de segurança no país (PEREIRA, 2012).

As relações com os Estados africanos foram ficando escassas à medida que muitos deles conquistavam a independência, havendo alguns destes países se engajado na luta contra o regime sul-africano, a exemplo dos Estados da Linha de Frente. Como mencionado, utilizava-se de uma política de desestabilização contra os outros Estados da região, principalmente para garantir a hegemonia política e econômica que o país tinha na África Austral. Vale lembrar, também, que a África do Sul apoiou Portugal durante o período de descolonização e, posteriormente, envolveu-se nas lutas de contra insurgência em Angola e Moçambique.

No final da década de 1980, quando se iniciou o período de transição, foi colocada em prática a Nova Diplomacia, em especial no governo de De Klerk. Nesta nova ótica, a África do Sul não seria mais uma extensão da Europa no continente, mas a ideia de potência regional permanecia (HABIB, 2013). A projeção de poder no continente africano deveria ser exercida com limites, pois havia a partir de então uma preocupação em firmar relações amistosas com os vizinhos. A política, portanto, deveria ser implementada com instrumentos não coercitivos, ainda que a hegemonia geoeconômica permanecesse. A transição foi marcada no plano internacional pela retirada das tropas de Angola e, em um esforço diplomático, foi negociada a retirada das tropas cubanas de Angola em troca da independência da Namíbia, o que ocorreu em 1990 (PEREIRA, 2012).

O término do governo segregacionista representou uma mudança não só na política interna, como também na política externa da África do Sul. Como relata Chazan et al. (1999), o fim do Apartheid representou uma mudança na natureza das relações interafricanas, não só na África Austral, mas em todo o continente. Com a ascensão de Nelson Mandela ao poder, iniciou-se uma tentativa de reinserção do país na política mundial por meio da mudança de seu perfil internacional, assim como uma tentativa de normalização das relações exteriores (PEREIRA, 2012) por meio da doutrina da “universalidade” (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Nesta fase, Mandela contou com a importante ajuda dos Estados da Linha de Frente e da Organização da Unidade Africana (OUA). Houve, outrossim, uma maior participação da África do Sul em iniciativas de

promoção de paz no restante do continente, apresentando uma agenda que priorizava a África. Dentro dessa perspectiva, a África do Sul já participou desde 1994 de diversas comitivas de negociações, dando-se aqui destaque para as que envolveram países da SADC, estando presente em Angola, Lesoto, Moçambique e Zimbábue³². Além disso, enviou tropas para missões de paz para alguns países, sendo um deles do bloco, notadamente República Democrática do Congo³³.

Neste período, então houve a entrada na SADC, fato que marcou o novo delineamento da política sul-africana e sua nova postura frente aos vizinhos, que viria a ser de cooperação e parceria. A entrada da África do Sul na SADC, como mencionado, teve uma importância política muito grande para o bloco. Os governos pós-Apartheid comandados pelo CNA buscaram afirmar sua postura cooperativa com os países vizinhos para se diferenciar das atitudes do governo anterior, que promovia uma política de desestabilização. O processo de democratização, então, impulsionou a integração regional, que contava ainda com algumas heranças importantes do período colonial, como a integração infraestrutural (PEREIRA, 2012). Alguns países da SADC (África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia) são integrantes da União Aduaneira da África Austral (SACU)³⁴.

No âmbito da SADC, no governo de Thabo Mbeki, destacam-se as negociações com o Zimbábue, que no período sofria grande pressão internacional devido ao seu processo de reforma agrária, acusado de não respeitar os direitos humanos, e a importância do papel da África do Sul neste processo para que o bloco não sofresse maiores intervenções externas. Já o governo de Jacob Zuma³⁵ seguiu a linha de seu antecessor, ainda que dando mais ênfase ao desenvolvimento regional. Além disso, a África do Sul se destaca na região pelo IED em diversos países. Este é um dos aspectos em que a liderança sul-africana é mais contestada na região, uma vez que há discordâncias se o papel do capital corporativo, em especial das grandes empresas do país, inserido nos demais países seria benéfico para os mesmos. O questionamento tende a residir entre a prosperidade trazida pelo investimento na região e em que medida estes investimentos seriam voltados somente para proveito dos próprios empresários

³² Também esteve presente em Burundi, Costa do Marfim, Quênia, Serra Leoa, Sudão e Líbia.

³³ Enviou tropas também para Burundi, Comoros, Eritreia, Etiópia, República Centro Africana e Sudão.

³⁴ A SACU foi criada em 1910 e, na época, foi um instrumento importante de submissão econômica destes países à economia sul-africana. Hoje, a SACU é uma organização voltada para o comércio livre entre seus membros, havendo uma grande interdependência econômica.

³⁵ Em fevereiro de 2018, Jacob Zuma renunciou devido a acusações de corrupção e foi substituído por seu vice-presidente Cyril Ramaphosa.

sul-africanos sem benefícios para o país receptor. Outra questão controversa é a manutenção de grande proteção aos setores de agricultura e manufaturas do país (AMOS, 2010). Por outro lado,

O fato de que a África do Sul é muito meticulosa ao assinar seus próprios acordos com a UE, os EUA e outros grandes atores, pode ser usado como modelo pelos vizinhos. A SADC também deve insistir que a África do Sul sustente o Tratado da SADC em todos os seus acordos comerciais. A participação da África do Sul na SADC permite o acesso a um mercado de cerca de 140 milhões, o que deverá crescer a uma taxa anual de cerca de 3%. Isso significa que a SADC também pode barganhar com a África do Sul em direção a relações de integração regional que sejam mutuamente benéficas (AMOS, 2010, p 130, tradução nossa³⁶).

O bloco, então, herdou algumas assimetrias do período anterior, principalmente devido à magnitude da economia sul-africana frente aos outros países, ressaltando que a África do Sul corresponde a 33% da população da SADC e a 75% do seu PNB (M'BOKOLO, 2011), o que evidencia a sua importância como potência regional e a significância de seu ativismo diplomático e político para o progresso do bloco. Por esse ângulo, é importante salientar que a própria consolidação da integração passa pela superação da assimetria entre os países (COUTO, 2013), o que aponta também para o desenvolvimento conjunto do bloco. Aqui se destaca o papel que tem a África do Sul como impulsionadora de tal processo, tendo em vista que é o país mais desenvolvido. Neste sentido, pode se enquadrar a análise sobre o Brasil de Couto (2013) para o contexto sul-africano, pois este país também

faz [a integração] por realizar cálculo estratégico de diminuir a interferência externa na região e aumentar a confiança dos vizinhos frente à sua projeção internacional, garantindo uma relativa estabilidade em seu entorno imediato (p. 47).

Além disso, “quando a integração envolve países periféricos com significativas assimetrias, os ganhos políticos e econômicos conjuntos dependem assim da postura particular do(s) país(es) de maior peso político e econômico” (PADULA, 2010, p. 78). Ademais, vale ressaltar que, para além da vontade política e diplomática de promoção da SADC, a África do Sul após o fim do Apartheid enfrentou muitos problemas internos urgentes e de difícil resolução, o que muitas vezes teve precedência, ou mesmo foi incompatível, com a ratificação da agenda regional.

³⁶ Do original em inglês.

Assim, a atuação da África do Sul na região da África Austral modificou-se sobremaneira desde 1994, colocando-se uma postura muito mais cooperativa e igualitária na região. Ainda assim, as assimetrias ainda estão presentes, sendo sua liderança regional controversa e dependente da promoção de mecanismos compensatórios para que se possa afirmar que o país exerce, de acordo com as categorias elencadas por Padula (2010), uma liderança cooperativa na região. Fica claro, portanto, como postula Amos (2010), que a SADC precisa da África do Sul para sua efetividade e materialidade, ao mesmo tempo em que a África do Sul tem a liberdade de escolher como e quando direcionar a agenda do bloco.

Portanto, a relação da África do Sul como o bloco é por essência paradoxal, uma vez que, sendo o *hub* econômico regional, sua presença no bloco não pode ser descartada se o processo de integração for tomado a sério; concomitantemente, a presença do país no bloco lhe auferiu maior poder sobre os demais (AMOS, 2010), incluindo maior incidência de seu capital corporativo e dos produtos sul-africanos nos outros países-membros. Acredita-se, no entanto, que deste mal padecem todos aqueles processos de integração onde exista uma assimetria com o líder, não se podendo desqualificar o bloco por assimetrias preexistentes e tão dificilmente transpostas na história do Sistema Internacional. Dever-se-ia, ao contrário, utilizar e enxergar a SADC como fórum de negociação e instrumento barganha em que essas assimetrias poderiam ser diminuídas com o tempo, exigindo a medida do possível e cada vez mais a implementação de mecanismo compensatórios por parte da África do Sul. Como aponta Amos (2010), portanto, os benefícios da associação da África do Sul à SADC superaram as desvantagens. Importante mencionar também o crescente papel de Angola para a dinâmica regional, configurando-se como outro polo de liderança³⁷.

3.2 OS MEMBROS DA SADC

Para compreender a SADC enquanto bloco é indispensável conhecer um pouco das características socioeconômicas e históricas dos países que a compõem. Primeiramente vale ressaltar, como será reafirmado pelos dados abaixo, que os países

³⁷ Para um estudo mais detalhado sobre a ascensão da liderança angolana na região ver: CASTELLANO, Igor; BRANCHER, Pedro Txai. O Futuro da África Austral: consequências da expansão das fronteiras regionais e da bipolaridade. **Coleç. Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 34, p.21-37, jan. 2015.

que compõe a SADC são bastante heterogêneos, tanto em termos de situação econômica e social, quanto no que tange aspectos políticos e históricos. Ainda assim, é importante os compreendermos em sua totalidade, pois a própria composição desses países conforma as particularidades do bloco das quais dependem seu andamento e seu sucesso. Vale destacar, outrossim, como lembram Bauer e Taylor (2011) que, ainda que sejam países diversos, a África Austral foi sistematicamente tratada como uma região, havendo um senso de identidade social construída conjuntamente.

Tabela 1: Dados Gerais dos Países da SADC

Países / Indicadores	PIB	População	PIB per capita	Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa de Alfabetização (% adultos maiores de 15anos)	Regime Político
África do Sul	US\$ 314bi	55mi	US\$6,080	57,441	94,6%	Presidencialismo
Angola	US\$102bi	25mi	US\$4,180	52,666	71,2%	Presidencialismo
Botswana	US\$ 14bi	2mi	US\$ 6,460	64,487	88,2%	Presidencialismo
República Democrática do Congo	US\$35bi	77mi	US\$ 410	59,024	77,2%	Presidencialismo
Lesoto	US\$2bi	2mi	US\$1,280	49,961	79,4%	Monarquia Constitucional
Madagascar	US\$9bi	24mi	US\$420	65,483	64,7%	República Semi-presidencialista
Malauí	US\$6bi	17mi	US\$ 340	63,797	66%	Presidencialismo
Ilhas Maurício	US\$11bi	1mi	US\$ 9,780	74,353	90,6%	Parlamentarismo
Moçambique	US\$ 14bi	27mi	US\$ 590	55,371	58,8%	Presidencialismo
Namíbia	US\$11bi	2mi	US\$ 5,190	64,915	90,8%	Presidencialismo
Seicheles	US\$1bi	93mil	US\$ 14,	73,229	95,3%	Presidencialismo

			680			
Suazilândia	US\$4bi	1mi	US\$3,280	48.874	87,5%	Monarquia
Tanzânia	US\$45bi	53mi	US\$920	65,487	70,6%	Presidencialismo
Zâmbia	US\$ 21bi	16mi	US\$1,490	60,786	85,1%	Presidencialismo
Zimbábue	US\$ 14bi	15mi	US\$ 860	59,161	86,9%	Presidencialismo

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2015) e do Open Data for Africa (2015).

Para compreender melhor estes países é interessante dividi-los em grupos para explicarmos um pouco a trajetória histórica. Para tornar mais sucinta a análise, buscou-se dividir os países em grupos de acordo com a metrópole que os colonizou. Essa divisão, no entanto, é puramente didática e não se pretende aqui resumir a história de um país à forma com que foi colonizado, mas tão somente mostrar algumas características comuns legadas pelos sistemas de colonização que ali imperaram.

Um grande número de países da SADC foi parte constituinte do Império Britânico. África do Sul, Tanzânia³⁸, Malauí, Zâmbia, Lesoto, Zimbábue, Ilhas Maurício, Suazilândia, Seicheles e Botsuana foram submetidos ao jugo inglês, cujo grande interesse na região era extrativo, principalmente a extração de ouro. Por esse motivo, sua principal colônia era a África do Sul, e as economias dos demais domínios eram circundadas pela economia sul-africana. Muitos destes países tiveram uma independência relativamente prematura em comparação a outros países africanos, ocorrendo em meados dos anos 1960- com exceção de Seicheles. É notório que a Grã-Bretanha passou a coordenar o processo de independência de suas colônias de maneira gradual, o que a permitiu manter relativa influência nos países, principalmente nos que tiveram seu processo de independência pactuado.

Dois países que se tornaram independentes da Inglaterra, notadamente Zimbábue e África do Sul, não tiveram uma transição de poder para as mãos da maioria da população. Ao contrário, em ambos países regimes segregacionistas liderados por uma minoria branca foram instituídos, marcando sobremaneira a história desses países e o destino de seus povos. Paralelamente ao empobrecimento significativo da população negra durante o período, houve crescimento econômico e industrialização, em grande medida possibilitados pela ajuda externa com que contavam. Durante o século XX,

³⁸ É interessante notar a característica de política externa feita pela Tanzânia de se voltar para o subsistema sul-africano, uma vez que devido a sua posição geográfica também poderia fazer parte do Leste Africano (CHAZAN et al., 1999).

então, Zimbábue e África do Sul tornaram-se economias centrais para a região, tendo importância considerável para os rumos da SADC. Os zimbabuanos colocaram fim ao seu regime racista em 1980, quando Robert Mugabe, da ZANU, chegou ao poder, e sua luta por independência contou com grande apoio dos Estados da Linha de Frente. Os sul-africanos, por sua vez, conseguiram um governo de maioria somente em 1994, com a histórica eleição de Nelson Mandela, que marcou o fim do Apartheid. Vale ressaltar que os países que enfrentaram regimes de minoria branca tinham como característica uma população de colonos significativa, dentre os quais também podemos incluir a Namíbia, o que implicou em grande disparidade de renda e de recursos entre os mais ricos e os mais pobres, sendo um elemento persistente mesmo após as independências.

As colônias portuguesas, por sua vez, notadamente Angola e Moçambique, passaram por um processo de descolonização tardio. Os portugueses foram bastante inflexíveis, tentando manter suas colônias a todo custo, não estabelecendo um processo gradual como visto por parte de outras metrópoles no continente. Isto acarretou em guerras de independência prolongadas e extremamente violentas, que comprometeram a situação socioeconômica do país de maneira significativa. Angola e Moçambique obtiveram suas independências em 1975, mas as guerras civis nos países continuaram até 2002 e 1992, respectivamente, sendo um fator de desestabilização muito significativo para a região da África Austral comprometendo profundamente a qualidade de vida da população destes países, assim como a economia de modo geral.

O único país de colonização francesa pertencente à SADC é Madagascar, cuja colonização terminou na década de 1960, fazendo parte da primeira geração de países independentes do continente. A República Democrática do Congo, por sua vez, teve uma história singular na região, sendo o monarca belga, Leopoldo II, pessoalmente responsável por sua administração a partir da Conferência de Berlim. Em 1908, a posse da colônia foi oficialmente transferida para a Bélgica. O período de colonização no país constituiu um massacre à população congoleza, sendo a independência concedida em 1960.

A Namíbia também teve uma colonização *sui generis*. Em 1892, sob o nome de África do Sudoeste, passou a ser oficialmente uma colônia alemã. Com a assinatura de Tratado de Versalhes, em 1919, a Alemanha perdeu suas colônias e a Liga das Nações concedeu à União Sul-Africana (atual África do Sul) a administração da região. Para os sul-africanos o território da Namíbia se mostrava estratégico devido a suas fronteiras com Angola e Zâmbia, fato que contribuiu para que a África do Sul tardasse a ceder-lhe

a independência (CHAZAN et al., 1999). Com a criação da ONU, após a II Guerra Mundial, a forma de administração da África do Sul foi fortemente condenada, mas o país só se tornou independente em 1990, após anos de guerra civil.

Como lembram Bauer e Taylor (2011), é interessante verificar que dos países membros da SADC cinco- Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia e Zimbábue- tiveram movimentos de libertação nacional que passaram por uma fase de luta armada e que em alguma medida foram marcados por ideais socialistas. Esse cenário, em um contexto de Guerra Fria, significou que a presença externa na região no período foi contínua. Na Guerra Civil angolana atuaram- direta ou indiretamente- Portugal, Cuba, EUA, China, URSS e África do Sul, além de outros países africanos que se envolveram no conflito de alguma maneira, a exemplo da Argélia, um dos postos de treinamentos das guerrilhas do FNLA. Esses são condicionantes relevantes para a compreensão da região atualmente. É interessante notar, outrossim, que os países da região do sul da África têm como característica comum, com exceção da RD Congo, a baixa incidência de golpes de Estado, algo muito comum em outras regiões do continente.

3.3 A GEOGRAFIA E OS RECURSOS NATURAIS DA SADC

A região Austral da África é uma região muito rica em recursos naturais e tem uma posição global estratégica. Historicamente, foi muito importante durante a época das navegações, quando o contorno do Cabo da Boa Esperança- situado na África do Sul- era rota para chegada às Índias. A descoberta de grandes jazidas ouro e de diamantes na África do Sul no século XIX também foi relevante para a dinâmica colonial. Além da migração de mão-de-obra muito significativa que houve para o país, foi neste momento que muitas das economias nacionais tornaram-se vinculadas à sul-africana, devido ao grande investimento e desenvolvimento da região.

Hoje, os recursos minerais mais importantes são diamantes (Botsuana, Namíbia, Zimbábue, RD Congo e África do Sul), petróleo (Angola) e cobre (Zâmbia e RD Congo) (BAUER; TAYLOR, 2011); a tabela 2 fornece uma ideia mais ampla de quão rica a região é em recursos naturais. O território conta também com consideráveis reservas de água, com destaque a alguns rios, como o Orange e o Congo, e bacias (mapa

2). Além disso, a fauna e a flora são vastas e diversificadas, contando com áreas de preservação, tanto nacionais quanto transfronteiriças (mapa 3).

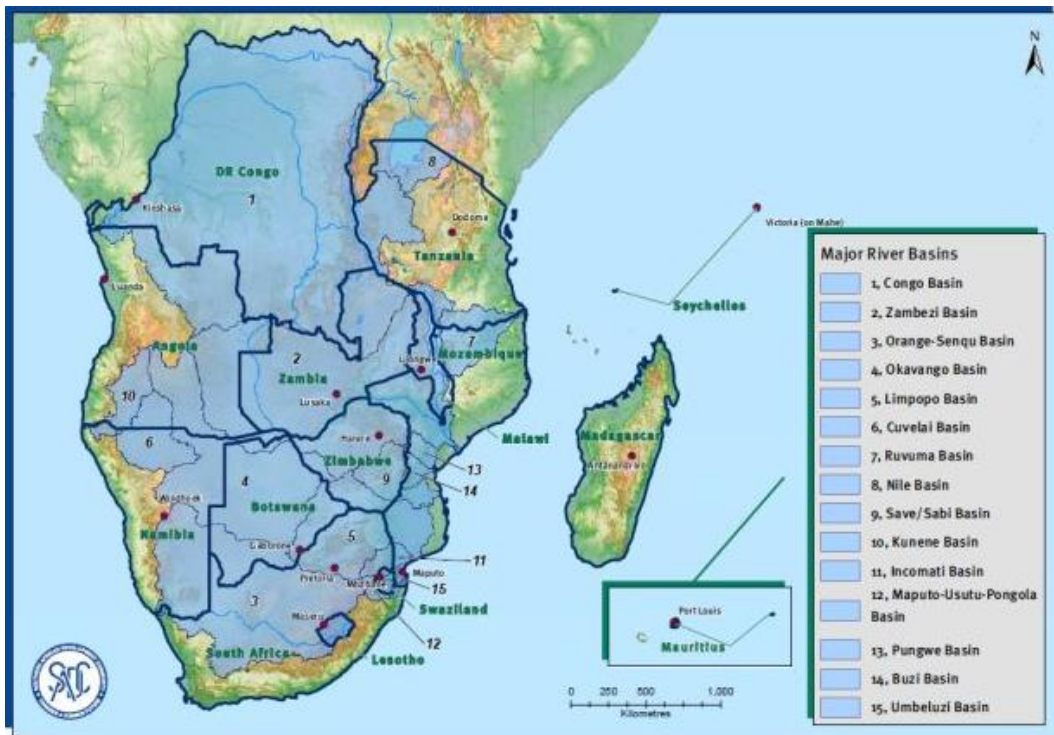
Tabela 2: Produção Mineral SADC 2006-2015

Country	Minerals	Unit of measurement	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	Diamond	000' s Carat	9 175	9 702	8 907	9 239	8 352	8 304	8 331	8 602	8 941	8 805
	Crude Oil	Metric Tonne	69 700 000	84 300 000	92 200 000	90 448 054	85 670 157	80 259 007	85 125 159	84 842 416	82 752 371	88 976 519
	Liquefied Petroleum Gas	Metric Tonne	n.a.	28 409	26 394	25 378	26 513	21 683	34 502	46 166	45 532	22 222
	Natural Gas	Million c.c.	680	830	680	690	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Botswana	Nickel	Contained Metal (T)	29 687	26 532	28 940	29 616	25 009	15 675	17 942	22 848	14 958	16 789
	Copper	Contained Metal (T)	26 201	22 589	23 146	24 382	22 750	16 105	17 620	21 300	14 628	13 888
	Cobalt	Contained Metal (T)	0	0	336	0	276	149	195	243	196	316
	Matte	Tonnes	55 888	49 121	52 422	53 998	48 035	31 929	35 757	44 391	29 782	30 993
	Gold	Kg	3 021	2 655	3 176	1 626	1 773	1 562	1 376	1 206	958	754
	Diamond	000' s Carat	34 293	33 639	32 595	17 733	22 019	22 903	20 619	23 134	24 658	20 824
	Coal	Tonnes	962 427	828 164	909 511	737 798	988 240	788 359	1 454 404	1 495 653	1 711 555	2 065 778
	Soda Ash	Tonnes	264 974	280 903	263 566	211 975	240 898	257 941	248 629	227 913	268 529	243 369
DRC	Diamond (artisanal)	000' s Carat	26 034	27 223	20 146	16 871	16 051	17 601	19 154	16 653	14 162	14 284
	Diamond (industrial)	000' s Carat	2 914	1 047	807	1 008	912	997	1 002	522	745	1 505
	Cassitérite	t.m	8 439	14 694	19 719	15 512	16 963	18 598	17 528	7 567	7 295	8 304
	Coltan	t.m	390	393	630	464	279	383	546	697	1 140	2 102
	Wolframite	t.m	1 312	1 194	715	352	77	45	71	60	16	106
	Cuivre	t.m	97 360	96 391	335 066	309 181	497 537	499 198	619 942	919 588	1 065 744	1 039 007
	Cobalt	t.m	15 384	17 886	42 461	56 258	97 693	99 475	86 433	76 517	76 475	83 529
	Zinc	t.m	33 784	33 809	15 465	19 636	9 223	14 758	10 572	12 114	12 737	12 602
	Or brut	Kg	254	122	150	220	178	414	4 529	8 429	23 248	31 791
	Crude Oil	brls	9 008 248	8 816 314	8 365 264	9 382 311	8 628 042	8 557 920	8 545 450	8 351 350	8 355 000	8 247 000
Lesotho	Diamond	000' s Carat	114	229	253	92	109	224	480	414	320	285
Madagascar	Gold	kg	185					1	157	n.a.	n.a.	n.a.
	Chrome	Metric Tonne	42	122				67	135	184	160	288
	Ilménite	Metric Tonne						490	530	439	261	164
Malawi	Coal	Tonnes	60 408	58 550	60 000	60 000			70 552	67 024	63 673	60 674
	Cement	Tonnes	188	185	237	232	188	203	172	135	171	155
	Limestone	Tonnes							22 389	21 269	20 206	27 206
	Gemstones	Tonnes							122	116	110	210
	Quarry Stone	Tonnes							1 150 325	1 092 808	1 038 168	1 111 478
	Phosphate	Tonnes							12 403	11 783	11 194	12 184
	Uranium Concentrates	Tonnes							1 180	1 347	1 065	n.a.
Mozambique	Bauxite	Metric Tonne	11 069	8 650	5 443	3 612	8 556	10 352	8 633	6 190	3 325	4 985
	Aluminium	Metric Tonne	564 000	559 900	536 000	544 700	583 950	560 736	575 751	559 542	564 815	559 381
	Coal	Tonnes (000' s)	41	24	38	26	38	658	4 583	4 710	5 699	5 934
	Natural Gas	terajoule (000' s)	102	105	117	108	125	132	147	164	162	190
Namibia	Uranium	short tons	3 666	3 923	6 157	5 521	5 808	4 359	5 541	5 158	n.a.	n.a.
	Copper	Tonne metal content	4 162	5 638	7 471	0	-	-	4 886	5 145	n.a.	n.a.
	Zinc	Tonne metal contained	112 225	141 109	120 543	96 895	93 829	89 488	144 564	173 889	n.a.	n.a.
	Gold	kilogram metal content	2 790	3 167	3 338	2 057	2 190	2 112	2 289	1 968	n.a.	n.a.
	Diamond	Carat	2 356 285	2 348 909	2 224 897	939 916	1 475 610	1 344 932	1 665 684	1 776 290	n.a.	n.a.
	Manganese	Tonnes metal content	13 648	47 620	86 874	51 471	126 448	41 876	188 863	133 473	n.a.	n.a.
	Lead	Tonnes concentrate	14 785	21 759	26 722	20 262	18 365	15 514	17 557	21 409	n.a.	n.a.
Country	Minerals	Unit of measurement	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
South Africa	Diamond	000' s Carat	15 154	15 250	12 895	6 113	8 871	7 118	7 245	8 143	8 061	8 233
	Gold	1000 kg	272	253	213	198	189	180	154	159	152	145
	Platinum Group Metals	1000 kg	309	304	276	271	287	254	264	289	188	276
	Silver	1000 kg	87	70	75	78	79	73	67	69	37	52
	Chromite	kt	7 426	9 665	9 683	7 561	10 871	11 865	11 310	13 644	14 037	15 656
	Cobalt	1000 kg	267	293	244	238	840	862	1 102	1 294	1 332	1 362
	Copper	kt	110	117	97	93	84	89	70	81	79	77
	Iron ore	kt	41 372	42 083	48 983	55 313	58 709	58 057	67 100	71 534	80 759	72 806
	Lead Concentrate	kt	48	42	46	49	51	54	52	42	29	35
	Manganese ore	kt	5 213	5 996	6 807	4 576	7 172	8 652	8 943	11 056	14 051	15 952
	Nickel	kt	42	37	32	35	40	43	46	51	55	57
	Uranium oxide	1000 kg	639	619	654	629	682	656	551	626	668	528
	Zinc	kt	34	31	29	28	36	37	37	30	26	29
	Coal	kt	244 832	247 666	252 699	250 538	257 206	250 706	258 576	255 019	261 399	252 176
	Natural Gas	kt	1 327	1 243	1 154	973	1 222	1 078	934	660	938	1 050
Crude Petroleum	1 000bbl	4 442	2 559	1 976	1 070	1 358	591	343	139	0	0	
Swaziland	Iron Ore	Metric tons (000' s)	80	1 032	1 259	603	...
	Coal	Metric tons (000' s)	311	241	175	130	146	121	152	257	178	142
Tanzania	Diamond	000s Carat	272	283	238	182	81	28	127	180	253	216
	Gold	Kgs	39 750	40 193	36 433	39 112	39 448	37 085	39 012	42 534	40 481	43 293
	Gemstone	Tons	2 499	1 858	1 059	2 646	1 242	1 238	1 692	3 084	1 873	1 873
	Salt	000 Tons	35	35	26	27	35	32	34	36	55	92
	Gypsum	000 Tons	33	53	56	8	27	9	92	172	200	239
	Limestone	Tons	1 608	1 322	1 282	1 284	1 437	202	12 224	35 529	873	2 945
	Pozzolana	Tons	129 295	184 070	260 403	61 501	60 320	113 489	75 193	79 452	68 825	342 628
	Coal	000 Tons	18	27	15	1	180	80 710	78 672	84 772	246 128	257 321
	Tanzanite	Kilogram	5 504	8 187	11 770	10 012	12 774	14 974	12 677	27 366	14 592	8 202
	Phosphate	Tonnes	2 881	8 261	28 684	752 000	17 180	848 512	570 626	397 020	738 000	222 800
Copper	000 Pounds	7 242	7 222	6 289	4 452	11 742	7 531	12 426	12 750	14 027	14 252	
Zambia	Copper	000 Tons	515 618	560 731	575 037	698 646	767 008	739 759	719 732	763 805	708 259	710 560
	Cobalt	000 Tons	4 649	4 414	4 053	3 660	2 128	2 137	771	176 088
	Gold	Kg	964	1 269	1 693	2 833	2 199	5 418	4 807	0
	Coal	Tonnes	64 849	14 058	14 000	14 000	159 151	71 818
Zimbabwe	Asbestos	t	96 956	84 520	11 489	4 971	2 031	0	30	377	0	0
	Chrome	t	700 001	614 559	442 584	193 674	516 776	599 079	408 476	355 142	356 005	356 869
	Coal	t	2 107 115	2 080 221	1 509 080	1 667 346	2 668 183	2 562 054	75 769	90 823	81 930	4 200
	Cobalt	t	26	29	28	39	58	174	195	319	377	355
	Copper	t	2 581	2 681	2 827	3 572	4 629	6 555	6 665	8 285	7 756	8 262
	Gold	kg	11 354	7 018	3 579	4 966	9 620	12 949	14 743	14 001	12 562	20 200
	Graphite	t	6 588	5 418	5 134	2 463	741	7 252	7 022	6 934	7 708	6 362
	Nickel	t	8 825	8 582	6 354	4 858	6 133	7 992	10 414	13 570	15 252	16 109
	Palladium	kg	4 022	3 999	4 274	5 354	6 916	8 422	8 136	9 643	9 078	10 138
	Phosphate	t	65 838	46 106	21 051	0	56 656	46 047	17	0	0	6 200
	Platinum	kg	4 998	5 086	5 495	6 849	8 639	10 827	10 524	13 066	12 160	12 564
	Rhodium	kg	410	414	444	568	727	940	891	1 146	1 079	1 147
	Ruthenium	kg	317	318	333	413	555	823	787	1 012	963	989

Source: National Statistical Offices of Member States, November 2016

Fonte: SADC Annual Report (2015)

Mapa 2: Maiores Bacias da SADC



Fonte: SADC, 2017c

Mapa 3: Áreas de Preservação Transfronteiriças



Fonte: SADC, 2017b

3.4 PROJETOS E POLÍTICAS DA SADC

A estratégia econômica atual da SADC foi firmada no *Regional Indicative Strategic Development Plan* (RISDP) em 2001, com os objetivos principais de acelerar a integração econômica e atingir metas econômicas e não-econômicas de desenvolvimento entre os anos de 2005 e 2020 (SADC, 2016b). As prioridades foram definidas centradas na erradicação da pobreza, modernização de técnicas agrícolas, promoção de políticas de industrialização, coordenação das políticas econômicas dos países membros, promoção de democracia, aprimoramento dos mecanismos de resolução de conflitos, além de combate a epidemias e melhora nas condições de vida da população como um todo (SCHÜTZ, 2014). O RISDP surgiu como uma tentativa de coordenar os diversos programas de desenvolvimento dos diferentes Estados, conduzindo-os para um programa estratégico e verdadeiramente regional (SCHÜTZ, 2014)³⁹.

O RISDP, juntamente ao *Strategic Indicative Plan for the Organ on Defence, Politics and Security* (SIPO), compõe as estratégias basilares da organização. Ambos os documentos têm como propósito a implementação e articulação setorial de programas que têm como finalidade a obtenção dos objetivos primários da SADC, como já vistos, que compõe seu Tratado constituinte. O SIPO adquire uma grande importância para a organização e também para este trabalho, uma vez que expressa a relação existente entre segurança e desenvolvimento, indicando preocupação com soberania e integridade territorial, assim como com a segurança da população e com o estabelecimento de um ambiente propício para que o desenvolvimento econômico possa ocorrer (SCHÜTZ, 2014). Esse último fator é essencial para pensarmos as políticas de desenvolvimento regional, uma vez que é vital para uma região- que como foi visto até muito recentemente estava cercada por diversos elementos de fragilidade política e econômica-, que se instaure uma situação de estabilidade para que o desenvolvimento possa ser propiciado. Vale destacar, neste momento que, apesar de ter havido esforços no sentido de estabilizar a região, algumas áreas seguem conflituosas, o que pode significar desafios para a SADC, como será explorado no capítulo III.

³⁹ Esta foi uma das dificuldades que levou à organização a implementar a reforma de 2001, ou seja, a ausência de programas de desenvolvimento de caráter verdadeiramente regional.

A questão do desenvolvimento da infraestrutura, então, se mostra primordial para o processo de integração vinculado ao desenvolvimento dos diferentes Estados. Vale ressaltar que a região da África meridional herdou da época colonial uma malha importante que permitia a integração dos países da região, tendo como núcleo a África do Sul, devido ao ciclo do ouro. Hoje, uma das iniciativas mais importantes no âmbito da SADC- e em consonância com projetos do Banco de Desenvolvimento Africano e do NEPAD a nível continental- é a elaboração dos chamados “corredores de desenvolvimento”. Estes corredores têm permitido a integração dos diferentes polos produtivos da região- maximizando a produtividade-, a ligação de portos de países produtores de matérias-primas ao *hinterland* sul-africano e a ligação da produção de países sem saída para o mar aos portos mais importantes da região, propiciando o maior fluxo de comércio entre os países. Os principais corredores da região da SADC são o Corredor de Nacala (ligando a Zâmbia e o oeste de Moçambique ao porto de Nacala), o Corredor de Beira (ligando o Zimbábue ao porto de Beira e ao Malauí), o Corredor de Maputo (ligando Moçambique à África do Sul) e o Corredor de Mtwara (ligando o norte da Tanzânia a Moçambique e à Zâmbia), que podem ser observados na imagem a baixo:

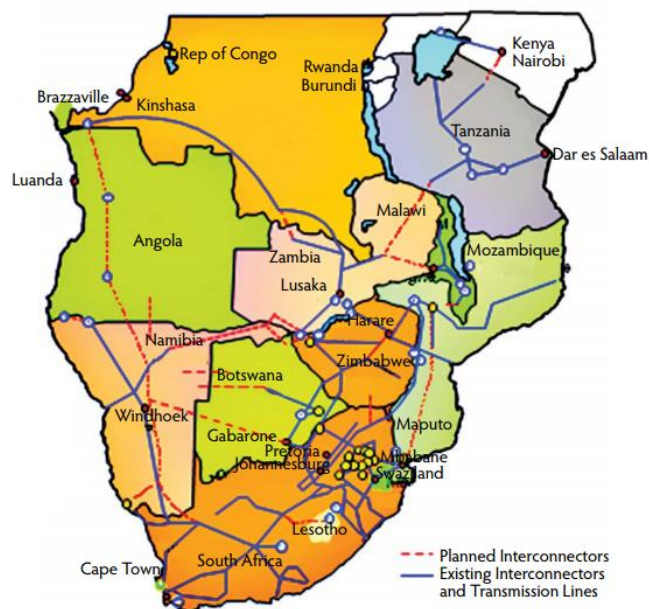
Mapa 4: Corredores de Desenvolvimento na África Austral



Fonte: UN HABITAT (2010).

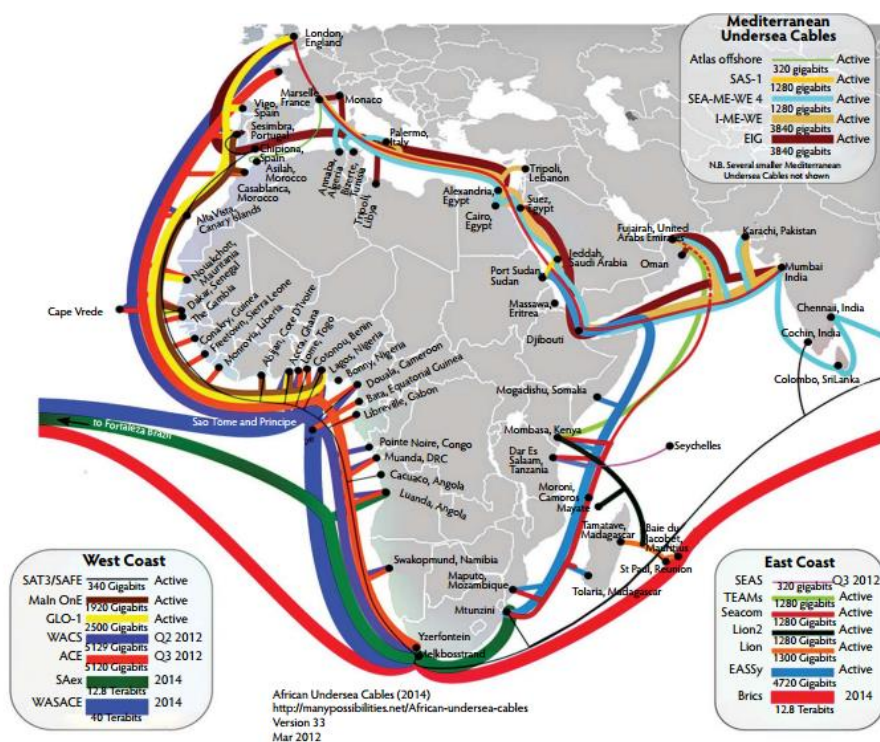
Além dos corredores, as demais iniciativas de desenvolvimento de infraestrutura na região foram delineadas no *Regional Infrastructure Development Master Plan (2007)*, que tem como objetivo a confecção de uma estratégia de construção de infraestrutura transfronteiriça até 2027. O documento apresenta seis pilares a serem priorizados, sendo eles: energia, transporte, tecnologias de informação e comunicação, meteorologia, recursos de água transfronteiriços e áreas de conservação transfronteiriças. A articulação do desenvolvimento desses seis setores é vista como essencial para a melhoria socioeconômica da região, permitindo diminuir os custos de produção (possibilitando que o fornecimento de energia seja suficiente para a região), diminuindo o custo de transporte e do acesso à informação, melhorando os serviços meteorológicos tendo em vista melhor planejamento logístico, levando saneamento básico e água tratada para as populações- permitindo também a melhora do sistema de irrigação nas zonas rurais- e aumentando a capacidade de resposta para oportunidades com turismo (SADC, 2012).

Mapa 5: Projetos Regionais de Interconexão do Setor Energético no âmbito da SADC



Fonte: SADC (2012).

Mapa 6: Infraestrutura de cabos submarinos



Fonte: SADC, 2012.

Tabela 3: Projetos Prioritários de Infraestrutura no Setor de Água

Project #	Project Name	Countries
Regional Projects		
1	Inga 3 Hydropower	DRC-shared Regional Electricity
2	Lesotho Highlands, Phase II	Lesotho, South Africa
3	Batoka Gorge Hydropower	Zambia, Zimbabwe
4	Songwe River Basin Development Programme	Malawi, Tanzania
Cross Border Projects		
1	Food Security - Upper Okavango	Angola, Namibia
2	Vaal-Gamagara Water Supply	Botswana, South Africa
3	Ressano Garcia Weir - Water Supply	Mozambique, South Africa
4	Lomahasha/Namaacha Water Supply	Swaziland, Mozambique
5	Cross border locations - Water Supply & Sanitation	Zam-Ang-Bot-DRC-Mal-Moz-Tan-Zim
National Priority Projects		
1	Lubango - Phase 2: Water Supply & Sanitation	Angola
2	Limpopo Basin Joint Water Monitoring	Bot, Moz, RSA, Zim
3	Kinshasa - Water supply & Sanitation	DRC
4	Lesotho Lowlands Water Supply Scheme - Zone 1	Lesotho
5	Pending	Madagascar
6	Mombezi Dam - Multipurpose	Malawi
7	13 Housing Estates - Water Supply	Mauritius
8	Movene Dam - Multipurpose	Mozambique
9	Windhoek - Managed Aquifer Recharge	Namibia
10	Non-revenue Water and use efficiency	Seychelles
11	Water demand Management	South Africa
12	Nondvo Dam - Multipurpose	Swaziland
13	Ruhuhu Valley Irrigation	Tanzania
14	Climate Change Adaption AER 1	Zambia
15	Bulawayo Water Supply from Zambezi River	Zimbabwe

Fonte: SADC, 2012

Outro documento de vital importância foi lançado em 2015, sendo ele o *SADC Industrialization Strategy and Roadmap*, que traçou metas até o ano de 2063⁴⁰. Lançado após a Cúpula de Harare, em abril de 2015, o documento visa a transformação estrutural da região por meio de um plano de industrialização e de modernização através do aprimoramento do processo de integração regional, chegando a mencionar um processo de regionalismo desenvolvimentista (SADC, 2015). Dois princípios básicos citados para a implementação dessa estratégia foram o beneficiamento, a adição de valor agregado nos produtos da região e a diversificação, aumentando as vantagens comparativas e competitivas, em uma aposta de colaboração estreita entre os setores público e privado. O ponto central residiria na mudança da infraestrutura industrial com foco nos setores de média e alta tecnologias, aumentando também o nível de emprego industrial, assim como a transformação socioeconômica tanto a nível nacional quanto regional (SADC, 2015). “Três trajetórias de crescimento mutuamente compatíveis são priorizadas—processamento agrário, beneficição mineral e aumento da participação nas cadeias de valor a nível nacional, regional e global” (SADC, 2015, p. 16)⁴¹.

A importância deste documento reside no reconhecimento da industrialização como prioridade e como meio para o desenvolvimento conjunto dos Estados-membros, tanto social como econômico, tendo como premissa que uma região industrializada tem maior capacidade de aumentar a qualidade de vida de sua população, gerar empregos, aliviar a pobreza extrema e mitigar choques externos (SADC, 2015). O documento menciona explicitamente a necessidade de intervencionismo deliberado e induzido para que tais propostas possam ser atingidas (p. II). Como mencionado na declaração, o papel do Estado deveria ser o de criação de um ambiente propício, tanto político quanto regulatório, para a aceleração da industrialização, abordando principalmente às restrições vinculadas à infraestrutura, desenvolvimento de habilidades e financiamento, tendo um papel central na promoção de P&D (p. 20). Menciona-se também a importância da inclusão de mulheres e da juventude na implementação da política, assim como o incentivo ao pequeno e médio negócio e o crescimento sustentável.

Além disso, adquire importância na medida em que se distancia da ideia de que a modernização das economias africanas poderia ocorrer por meio da exportação de

⁴⁰Essa iniciativa ocorreu em consonância com a *African Union's Accelerated Industrial Development of Africa* e com a Agenda 2063, ambos vinculados à União Africana.

⁴¹ Tradução nossa, do original em inglês.

matérias-primas de alto valor agregado, como minerais, ideia esta adotada por muitos países no pós-independência e que se mostrou desastrosa para a maioria dos projetos de desenvolvimento nacional da região. Este segundo documento se relaciona a questão da infraestrutura pois acredita-se que exista uma relação simbiótica entre indústria e infraestrutura regional. Quando mais integrado um território for fisicamente, maiores as possibilidades de crescimento da indústria local. Destaca-se, também, a centralidade da diminuição das disparidades setoriais e regionais para a implementação exitosa dessa estratégia.

Deve ser frisada, em especial, a importância derivada da diversificação econômica e do maior fluxo de comércio com os países vizinhos. A diversificação mostra-se essencial uma vez que muitos destes países têm sua pauta exportadora essencialmente composta de produtos primários. Tal estrutura decorre da antiga relação colonial, na qual as metrópoles buscaram o monopólio das economias africanas e a produção de *commodities* mais baratas, com produtos direcionados especialmente aos Estados europeus e com altos níveis de produtividade. Neste sentido, a busca por complementaridade econômica iniciou um processo de especialização da produção colonial, que tem impactos nocivos nestes países até os dias atuais (AMIN, 1975). O maior fluxo com os vizinhos, por sua vez, revela-se importante por permitir o rompimento do padrão de dependência das relações Norte-Sul que, em grande medida, são responsáveis pela situação de subdesenvolvimento (WALLERSTEIN, 2007) na qual se encontram muitos dos países-membros da SADC.

Ainda que muitos projetos estejam em fase de execução, os benefícios da construção de infraestrutura já podem ser sentidos. Melhoras infraestruturais implicaram na impulsão do crescimento na SADC a uma taxa de 1,2% per capita entre os anos de 1995 e 2005 (RANGANATHAN; FOSTER, 2011). Como mencionado, a infraestrutura da região já é uma das mais desenvolvidas do continente, contando com uma rede de transporte, energética e de telefonia. A ligação que está sendo feita através dos corredores de desenvolvimento pode se mostrar essencial para a prosperidade dos países menores. Ainda que os ganhos sejam inegáveis, o atual projeto de interconexão regional da SADC apresenta diversos desafios. Indubitavelmente, em primeiro lugar, o fato do financiamento para projetos de tal porte serem de grande escala e dependentes do líder regional, notadamente a África do Sul, o que pode representar um problema na medida em que transtornos políticos e ideias diferentes de desenvolvimento estão em disputa no

país. Ademais, ressalta-se a importância de não permitir que os corredores virem meras vias de exportação de produtos de baixo valor agregado, repetindo o padrão histórico, sendo essencial para a região que estes sejam polos de desenvolvimento endógeno. Por fim, as diferentes estratégias dos países quanto à implementação de uma agenda de integração podem também vir a barrar alguns projetos.

3.5 CONCLUSÃO PRELIMINAR

Neste breve compêndio da SADC, pôde-se inferir que a heterogeneidade de seus membros, a imensidão territorial que a engloba e as peculiaridades históricas que a constituem fazem do bloco um objeto de estudo ao mesmo tempo intrigante e desafiador. Como mencionado, no entanto, ainda que a composição de países seja bastante diversa, existe uma identidade regional importante entre os países que compõe a África Austral.

Um dos fatores mais relevantes da conformação dessa identidade e que se mostra como elemento fundador do bloco é sua origem histórica. A ideia de uma causa comum contra os governos racistas da região no período da conformação dos Estados da Linha de Frente e a tentativa de se desvincular do gigantismo econômico da África do Sul foram as pedras angulares da SADC.

Atualmente, o bloco investe em políticas importantes visando principalmente o desenvolvimento conjunto, buscando estratégias econômicas e sociais para melhor a inserção internacional e econômica de seus membros. Dentre esses mecanismos destacam-se o RISDP e o SIPO, assim como diversas iniciativas de construção de infraestrutura, como o *Regional Infrastructure Development Master Plan*, e de industrialização, como o *SADC Industrialization Strategy and Roadmap*. Ainda assim, o bloco ainda apresenta alguns desafios, que serão abordados no próximo capítulo.

4 ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA, SECURITÁRIA E SOCIOECONÔMICA DA SADC: DE 1995 A 2015

O presente capítulo dedica-se a uma análise de variáveis tendo em vista examinar a efetividade das políticas da SADC, tanto em termos políticos como securitários e socioeconômicos. Os dados selecionados buscaram englobar aspectos que foram ressaltados no primeiro capítulo deste trabalho, sendo eles, na interpretação adotada, relevantes para a conformação de um projeto de integração político-estratégico. A compreensão temporal deste capítulo foi estabelecida entre 1995 e 2015, ainda que alguns fatos mais recentes também tenham sido incluídos devido a sua relevância. O ano de 1995 foi escolhido, e não o ano de fundação do bloco, em razão de marcar a entrada efetiva da África do Sul, acontecimento que, como já explicado, influenciou sobremaneira a estrutura e a divisão de poder do mesmo.

Os três primeiros indicadores visam, de modo geral, avaliar o andamento político-securitário do bloco, em especial se houve convergência nestas áreas. Como mencionado, aspectos políticos e securitários são extremamente relevantes, em especial em um projeto de integração em países periféricos. O primeiro item a ser avaliado é o histórico de votações da ONU no período supracitado, com o objetivo de demonstrar se há convergência política em assuntos internacionais, em especial em tópicos sensíveis para a região. No item seguinte, que compreende fatores de estabilidade política, faz-se uma análise histórico-factual sobre questões que influenciam na estabilidade regional, tendo sido selecionados tópicos que influíram na dinâmica do bloco durante o período de vigência da SADC. A seguir, é feita uma breve exposição dos exercícios militares conjuntos entre os países-membros, com o objetivo de apreciar o nível de cooperação securitária.

Os três itens seguintes destinam-se a avaliar o andamento socioeconômico da SADC em algumas áreas. O quarto tópico analisa o crescimento do nível de industrialização dos países da SADC ao longo dos anos, através do exame do valor adicionado da indústria sobre o PIB. Na quinta seção, apresentam-se alguns tópicos de comércio exterior, a exemplo da balança comercial dos países-membros e da SADC como um todo, tendo em vista analisar a inserção internacional comercial do bloco. Por fim, tenta-se congregiar índices considerados primordiais para a avaliação da qualidade de vida dos Estados em questão, sendo eles: melhora nas instalações de saneamento básico, mortes estimadas devido à AIDS, taxa de mortalidade na infância, melhora no fornecimento de água e IDH.

4.1 HISTÓRICO DE VOTAÇÕES NA ONU

O primeiro índice selecionado para analisar a efetividade das políticas do bloco foi o histórico de votação dos países da SADC na Assembleia Geral das Nações Unidas. O histórico de votação, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, é um dado relevante uma vez que mostra a coesão dos países nos mais diferentes temas internacionais, em especial aqueles que concernem mais diretamente à região, apresentado, assim, o grau de articulação política dos mesmos.

Intentou-se, aqui, buscar as votações de uma gama de temas diversificada, tendo em vista avaliar a convergência na maior série de assuntos possível. Deve-se considerar que a divergência de percentuais ao longo das décadas não significa necessariamente um distanciamento dos países-membros, uma vez que os temas analisados não são os mesmos, havendo alguns mais sensíveis para certos países do que para outros⁴². Foram analisadas 21 sessões da ONU (50^a- 70^a), compreendendo os anos de 1995 até 2015, sendo selecionadas cinco votações em cada um destes anos para a obtenção dos dados apresentados, compreendendo, portanto, 105 votações de temas variados. Para ponderá-los, foi estabelecido o critério de que quando 2/3, ou mais, dos países do bloco votassem juntos, poderia se considerar que há uma convergência de votos em determinada matéria. Assim, o percentual apresentado representa a quantidade de votações em que 2/3 ou mais dos países tiveram o mesmo voto⁴³. O histórico de votações detalhado, com todos os temas votados e os votos de cada país se encontra em anexo.

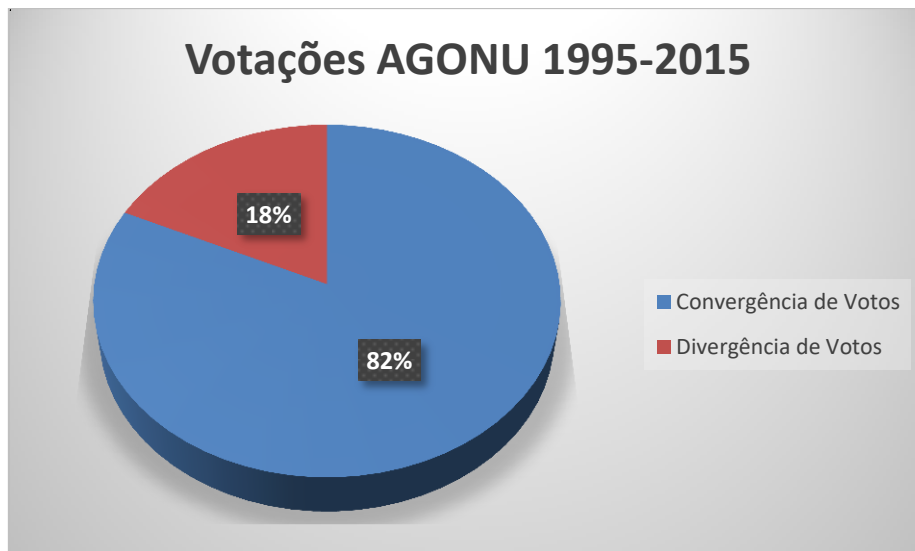
Alguns exemplos de temas em que houve convergência foram a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul- da qual fazem parte África do Sul, Angola, Namíbia e RD Congo-, o direito ao desenvolvimento, direitos humanos e medidas coercitivas unilaterais, medidas econômicas unilaterais como meio de coerção política e econômica contra países em desenvolvimento, promoção da paz como requisito vital para o pleno gozo de todos os direitos humanos por todos, o respeito pelos princípios da soberania nacional e da diversidade dos sistemas democráticos nos processos eleitorais como elemento importante para a promoção e proteção dos direitos humanos, o direito do povo palestino à autodeterminação, cooperação Sul-Sul, dentre outros. Nota-se, assim,

⁴² Os gráficos que apontam o padrão de votação por quinquênio estão no anexo deste capítulo.

⁴³ Aqui vale lembrar que foram analisados somente os países membros da SADC nos respectivos anos. Ou seja, como R.D. Congo e Seicheles só aderiram ao bloco em 1997 e Madagascar em 2005, os votos dos mesmos passaram a ser contabilizados a partir do ano de sua entrada.

uma afinidade política importante desses países em temas diversificados, ressaltando-se temas essenciais para países periféricos.

Gráfico 1: Histórico de Votações na ONU 1995-2015



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ONU (2017a, 2017b).

Pela análise do histórico de votações, tanto por quinquênio quanto nos primeiros 21 anos de vigência da SADC, o que pode se notar é uma grande convergência de votos. Como se observa no gráfico acima, 2/3 ou mais dos países-membros tiveram votações idênticas em mais de 82% dos temas apresentados na Assembleia Geral da ONU, havendo harmonia tanto em temas internacionais como regionais. Desta forma, pode-se afirmar que há um padrão de articulação política substancial na região.

4.2 ESTABILIDADE POLÍTICA

Como mencionado, este tópico tem como objetivo fazer uma análise histórico-factual de alguns elementos que influenciaram ou influenciam na estabilidade regional, tendo sido selecionados questões que influíram na dinâmica do bloco durante o período de vigência da SADC. Assim, serão consideradas, nos diferentes países, questões como eleições regulares, presenças de golpes de Estado ou de ruptura na ordem democrática, conflitos, guerras, dentre outros assuntos sensíveis para a situação regional.

Para que tal análise seja feita, é importante ressaltar, primeiramente, que a SADC foi criada em um momento de celebração da eminência do fim dos regimes segregacionistas na região. Além disso, concomitantemente à criação da SADC, também em 1992, houve o fim da Guerra Civil em Moçambique, um dos grandes focos de desestabilização. Anos antes a Namíbia havia se independizado da África do Sul e logo o Apartheid neste país veio ao fim. A formação do bloco ocorreu em um momento em que a África Austral, que por anos foi uma das regiões mais turbulentas do continente africano, estava a caminho da paz e de uma maior estabilidade política, sendo a SADC um dos fatores de facilitação de articulação na região.

É possível se dizer, então, que, desde a criação do bloco, os países mostraram-se relativamente estáveis politicamente tanto pelo período histórico propício quanto pelo próprio papel da SADC em promover mecanismos que possibilitassem a paz. A África Austral também é hoje uma das regiões do continente que menos presenciou golpes de Estado a partir do momento das independências, algo que em outras regiões da África é muito comum⁴⁴.

Ainda assim, focos de instabilidade puderam e podem ser verificados durante a vigência da SADC. Estas fontes de insegurança não correspondem a uma ameaça tradicional, ou seja, ao conflito entre dois Estados, mas geralmente são derivadas de desafios de reconstruir a estabilidade e a segurança dos Estados e de sua população, originando-se muitas vezes dos conflitos de descolonização (NGUBANE, 2004 apud SCHUTZ, 2014). A seguir, serão analisados alguns destes cenários que trazem fragilidade à dinâmica regional e, quando factível, qual o papel da SADC nos mesmos. As questões analisadas serão guerra civil em Angola e separatismo de Cabinda, guerra na República Democrática do Congo, a questão do Zimbábue – da reforma agrária ao golpe de 2017, separatismo na Tanzânia, Suazilândia e a questão democrática, Lesoto e a Operação Boleas e xenofobia.

4.2.1 Guerra Civil em Angola (1975-2002) e Separatismo de Cabinda (1975-)

A Guerra Civil em Angola teve início logo após a independência de Portugal, em 1975, e perdurou até 2002, havendo desestruturado de maneira decisiva o país e

⁴⁴ Vale ressaltar que durante a elaboração deste trabalho o Zimbábue, depois de 37 anos sendo governado por Robert Mugabe, sofreu um golpe militar, que será brevemente discutido a seguir.

tendo impactos notáveis na região. Na década de 1950, intensificaram-se os movimentos de contestação à Portugal, principalmente devido à crescente migração de fazendeiros brancos para as áreas rurais e ao uso de trabalho forçado, além das políticas segregacionistas dos colonizadores (DICKOVICK, 2013). Em 1956 foi criado o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), com ideais socialistas, que buscava a autodeterminação de seu povo e que tinha como líder Agostinho Neto. Esse movimento foi seguido pela criação da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)⁴⁵, liderada por Holden Roberto. De uma dissidência da FNLA, teve origem a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi, e que em um primeiro momento virou-se para os chineses para conseguir ajuda. Após a Revolução dos Cravos⁴⁶, em 1974, o processo de independência teve início, e iria finalizar-se em 1975. Neste momento, as forças e os recursos portugueses já haviam sido drenados, havendo perdido mais de 11mil soldados (DICKOVICK, 2013).

O MPLA, que comandava Luanda⁴⁷, declarou a independência e instaurou seu governo, chefiado por Agostinho Neto. Houve a tentativa de formar um governo de coalizão entre os três movimentos angolanos, o que não se mostrou um processo fácil ou eficiente. Mesmo após os esforços da Organização da Unidade Africana (OUA) de firmar uma Constituição envolvendo o MPLA, a FNLA e a UNITA no processo, devido às diferentes visões, principalmente sobre como dividir o poder e os recursos no país, não foi possível criar um governo de coalizão, o que deu início à guerra civil, quando a UNITA e o FNLA tentavam derrotar o MPLA, que representava uma força militar muito maior (DICKOVICK, 2013). Neste íterim, a intervenção externa no conflito aumentou consideravelmente. A aliança FNLA-UNITA declarou governar a República Democrática Popular de Angola, mas alguns anos depois a FNLA foi derrotada militarmente, deixando a UNITA como principal oposição ao MPLA. A luta intensificou-se ao longo dos anos subsequentes. Os conflitos só cessaram completamente em 2002, quando Savimbi, líder da UNITA, foi morto em combate e houve um acordo de cessar-fogo. A guerra, que durou 27 anos, foi devastadora,

⁴⁵ A FNLA instaurou o Governo Revolucionário de Angola no Exílio, na atual RD do Congo, e dizia representar os interesses do povo angolano.

⁴⁶ Movimento que depôs o regime ditatorial de Marcelo Caetano, sucessor de Antônio Salazar, e instaurou a democracia em Portugal.

⁴⁷ O MPLA era um partido majoritariamente urbano, enquanto a UNITA tinha suas bases na área rural. Isso fez com que o MPLA tivesse dificuldade de implementar suas políticas no interior do país ao longo dos anos.

deixando mais de 500 mil mortos e deslocou mais de 3 milhões de pessoas de sua área de origem, além de ter resultado em uma queda de 48% do PIB (DICKOVICK, 2013). Pode-se inferir que a longa duração da guerra, assim como a grande incidência de intervenção externa, foram, em parte, decorrência da grande quantidade de recursos minerais e energéticos no país.

Outra questão importante para a região envolvendo Angola são os ímpetus separatistas de Cabinda. Em 2005 houve um pedido de independência da província de Cabinda, que é rica em petróleo, e há anos tenta se desvencilhar do governo de Angola. Estima-se que os campos de exploração *off-shore* de Cabinda sejam responsáveis por cerca de 70% do petróleo angolano (DICKOVICK, 2013). Cabinda é uma pequena província que se situa ao norte de Angola; seu território não é contíguo, sendo separado do país por uma faixa da RD do Congo⁴⁸. Com a guerra contra os portugueses criou-se a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), que ainda vigora devido ao sentimento que não é repassado à província valor proporcional a suas riquezas pelo Estado angolano. Em 2006, chegou-se a um acordo com a FLEC, em que se concedeu o status de designação especial para a região. Ainda assim, os movimentos separatistas realizaram um atentado quando Angola estava hospedando a Copa Africana de Nações⁴⁹, em 2010, e no mesmo ano, atestaram a autoria de um atentado a mineiros chineses, mostrando que a questão ainda não está resolvida.

4.2.2 Guerra na República Democrática do Congo (1996-1997, 1998-2003)

A Guerra do Congo tem suas origens na descolonização do país, quando o General Mobuto Sese Seko chegou ao poder após a morte de Patrice Lumumba. Em 1996, Laurent Kabila- apoiado por forças de Ruanda e Uganda- começou um movimento para retirar Mobuto do poder, dando início à Primeira Guerra do Congo. Em meio ao conflito, a República Democrática do Congo passou a integrar a SADC. A organização, então, enviou uma operação de paz para o território congolês, denominada *Operation Restore Sovereignty*, da qual participavam Angola, Zimbábue e Namíbia. Essa operação foi justificada pela interpretação de que Uganda e Ruanda haviam

⁴⁸ A separação territorial data do período colonial, quando o rei Leopoldo II, que controlava o que hoje é a RD Congo, queria uma saída para o mar para seus domínios africanos, ocasionando a quebra territorial da área de colonização portuguesa.

⁴⁹ Campeonato de futebol.

invadido o Congo, e, portanto, uma resposta regional era necessária. Ainda assim, houve divergência dentro do bloco sobre o envio de tropas, colocando sua legitimidade em pauta. A África do Sul inclusive recusou-se a enviar combatentes (SCHUTZ, 2014). Em 1999, o acordo de Paz de Lusaka contou com o apoio da SADC.

Ao contrário do esperado, no entanto, Kabila não se manteve como um representante dos interesses externos, passando a apresentar uma política nacionalista. Essa inflexão levou a uma nova invasão dos países vizinhos, impasse que levou à Segunda Guerra do Congo (CASTELLANO, 2011). Este conflito é conhecido também como a Guerra Mundial Africana, o que possibilita imaginar sua dimensão. Além da intensificação da extração ilegal de recursos naturais, a guerra deixou mais de 3,8 milhões de mortos (CASTELLANO, 2011). Ainda que o país esteja mais inserido no contexto geopolítico da África Central, fica claro pela dimensão do confronto como o mesmo impacta na SADC, em especial em Angola, Zâmbia e Tanzânia, países fronteiriços. Mesmo com o fim oficial do conflito, em 2003, Castellano (2011) aponta que se instaurou no país um “estado de violência”, exemplificado pelos mais de 200.000 casos de estupros e por 1,6 milhão de mortes. O autor lembra, outrossim, como os grupos beligerantes foram inseridos diretamente no poder estatal e político, e como outros grupos insurgentes continuam existindo no país, em parte por interesses externos na manutenção dos mesmos. Assim, fica claro que, mesmo que a guerra em si tenha terminado há mais de dez anos, a zona continua a ser um potencial foco de instabilidade para a SADC.

4.2.3 A Questão do Zimbábue – da Reforma Agrária ao Golpe (1998-)

A questão fundiária no Zimbábue apresentou-se como um fator de instabilidade regional e continua sendo uma pauta importante na política interna do país. O problema da divisão agrária teve início na década de 1930, quando houve a racialização da terra pelos colonos brancos e foi firmada a Lei de Distribuição de Terras (*Land Apportionment Act*) segundo a qual metade das terras agricultáveis do país iria para os europeus⁵⁰. No final da Segunda Guerra, da mesma forma, diversos veteranos europeus “ganharam” terras no Zimbábue, promovendo a expulsão em massa da população negra

⁵⁰ É válido lembrar que a população branca nessa época correspondia a certa de 5% do total.

de suas terras. Estima-se que entre 1945 e 1955 mais de 100 mil zimbabuanos foram destituídos de suas propriedades (HANLON, MANJENGWA & SMART, 2012).

A luta por independência começou a ser travada por uma população que tinha suas origens no campo (diferente da África do Sul e de Moçambique, onde houve a predominância de grupos urbanos) e que haviam visto suas famílias serem expulsas das terras pelos brancos, o que auferiu caráter prioritário para a questão da reforma agrária. Em 1998, os veteranos que lutaram para colocar fim ao regime segregacionista entraram em ação e organizaram um movimento para reivindicar a mudança na estrutura fundiária do país. Os antigos guerrilheiros colocaram-se na dianteira das expropriações por meio das invasões de terras, chamadas de *jambanja*. No começo, o governo da ZANU se mostrou contra as ocupações forçadas, mas devido à pressão criada, reverteu o quadro, legalizou a reforma agrária e tentou tomar crédito por ela, em um esforço para conservar o poder. Iniciou-se, então, o segundo processo de reforma agrária em 2000⁵¹. Tal medida levou a uma grande contestação internacional e local, em especial por parte do Movimento pela Mudança Democrática (MDC) e de ONGs localizadas no país, fazendo com que o processo se tornasse fonte de instabilidade para a região. Os países da SADC também divergiram quanto à posição a ser tomada sobre o assunto.

Outro foco de vulnerabilidade envolvendo o Zimbábue durante o período de vigência da SADC foi a instabilidade política ocasionada por acusações de fraudes eleitorais. O Zimbábue teve a transição para um governo de maioria em 1980, quando a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) assumiu o poder, sob o comando de Robert Mugabe. A instabilidade no país teve início na década de 1990, quando o governo se mostrou incapaz de administrar pressões internas e externas, situação acentuada pela crise econômica que se instaurou no país devido aos impactos do Programa de Ajuste Estrutural (PAE). Começaram protestos e greves, oportunizando a criação do novo partido de oposição, o MDC. Em 2000, houve um referendo no qual as propostas presidenciais perderam, devido a menor aprovação do governo neste momento de crise, marcando o início do desgaste político que levaria ao estabelecimento do Governo de União Nacional (GUN).

⁵¹ As terras foram divididas em dois modelos: no A1, as antigas fazendas eram divididas em 40 pequenas propriedades e no A2, eram divididas em seis. O modelo de terras A1 foi primeiro distribuído entre aqueles que participaram do *jambanja* e depois a qualquer um que fizesse um requerimento. Já foram assentadas pelo modelo A1 146 mil famílias. Para ser aplicável ao modelo A2, era necessário capital inicial e experiência com agricultura, ainda assim, 23 mil famílias foram beneficiárias. Isso implica que, hoje, 245 mil famílias possuem 40% das terras agricultáveis, representado uma grande mudança em termos de concentração de terra em 17 anos do programa (HANLON, MANJENGWA & SMART, 2012).

Em 2009, então, foi firmado o GUN, em uma tentativa de amenizar a instabilidade política no país, que se constituiu em uma união entre o MDC e a ZANU após as conturbadas eleições de 2008, quando órgãos ocidentais e Tsvangirai, líder do MDC, declaram as eleições fraudulentas, apesar dos Estados africanos as legitimarem. Essa situação ocasionou conflitos e manifestações no país, o que fez com que a SADC mediasse as negociações para a construção de um governo de coalização, com papel ativo da África do Sul. Durante esse período Robert Mugabe estabeleceu-se na presidência e a Tsvangirai foi auferido o cargo de primeiro-ministro. O GUN trouxe, entretanto, um problema de governabilidade, uma vez que os ministérios controlados pelo MDC buscaram boicotar as políticas governistas.

O GUN foi terminado em julho de 2013, quando foram realizadas eleições no Zimbábue, as quais deram a vitória à situação, que também ganhou maioria nas eleições parlamentares, derrotando mais uma vez seu principal opositor, o MDC. Apesar da presença de observadores da União Africana e da SADC, que atestaram a legitimidade da votação, Tsvangirai contestou os resultados, apoiado por países da Europa e pelos Estados Unidos. Destaca-se, ainda, que mesmo antes do início das eleições Tsvangirai já anunciava a fraude por parte da ZANU-PF. A posição de Tsvangirai vai a encontro das ideias ocidentais para o Zimbábue, uma vez que hoje o MDC-T representa os interesses das elites brancas, das ONGs, de parte da população urbana e de alguns grupos empresariais, opondo-se principalmente a medidas políticas por parte da ZANU-PF, notadamente seu modelo de reforma agrária, e ao tratamento do governo a alguns representantes da sociedade civil e à elite branca (GUVAMATANGA, 2013).

Recentemente, em novembro de 2017, o Zimbábue foi palco de um golpe militar, que derrubou o presidente Robert Mugabe, então no poder a 37 anos. O golpe ocorreu após a destituição do vice-presidente Mnangagwa, vinculado à ala militar da ZANU-PF, que tem ligação direta com os veteranos de guerra. O ato foi visto como uma manobra política para favorecer Grace Mugabe, mulher do presidente e cotada para ser sua sucessora. Uma semana depois, os militares tomaram a capital Harare e destituíram Mugabe, nomeando Mnangagwa como novo presidente. Diferentemente de muitos golpes no continente, no entanto, este se desenrolou sem fatalidades, ao menos até o momento da finalização deste trabalho. Ainda que grande parte da mídia e dos países Ocidentais tenham comemorado o golpe como sendo a retirada de um ditador do poder, a transição inconstitucional não parece ser a resposta correta às adversidades do país; muito pelo contrário, o golpe se desenrolou em grande medida por uma

divergência sucessória dentro da ZANU-PF. Ademais, a deposição de um presidente eleito como solução para qualquer questão é, *per se*, problemática. Ainda assim, ressalta-se que aqui se relatam os eventos e análises feitas até o fim da redação deste trabalho, que se deu quase concomitantemente ao golpe. A SADC enviou Jacob Zuma, presidente da África do Sul, e João Lourenço, presidente de Angola, ao Zimbábue para avaliar a situação (MAHLASE, 2017). A SADC também emitiu nota prezando pela democracia no Zimbábue, reconhecendo o papel de Mugabe na história da região, mas endossou Mnangagwa como novo presidente (SADC, 2017a; DAILY NEWS, 2017).

4.2.4 Separatismo na Tanzânia (1995-)

Outro foco de instabilidade dos países do bloco está na Tanzânia, mais especificamente nas pretensões separatistas de Zanzibar, arquipélago ao leste do país e território semiautônomo. Após a transição democrática na Tanzânia, ocorreram em 1995 as primeiras eleições multipartidárias, momento em que houve suspeita de fraude na região de Zanzibar. As suspeitas repetiram-se nas eleições de 2000, quando houve manifestações violentas que ocasionaram a morte de mais de vinte pessoas. Nesta oportunidade o principal partido de oposição, a Frente Unida Cívica (CUF), não reconheceu o governo eleito (SCHUTZ, 2014). Ainda que em 2010 tenha se formado um governo de unidade nacional entre o Partido da Revolução (CCM) e a CUF, as pretensões separatistas de Zanzibar continuam vigentes. Nas últimas eleições, em 2016, houve mais uma vez suspeitas de fraude, quando a comissão eleitoral de Zanzibar suspendeu as eleições, provocando um novo processo eleitoral (BBC, 2017).

4.2.5 Suazilândia e a Questão Democrática (1973-)

Como mencionado no capítulo anterior, a Suazilândia é uma monarquia aos moldes tradicionais, ou seja, não há eleições para cargos majoritários no país. A ausência de eleições democráticas a torna uma exceção na região, causando complicações não só por contradizer um dos princípios básicos da SADC, mas também pela pressão interna para que um processo mais igualitário e transparente comece a ocorrer. Tais adversidades tiveram início em 1973, quando o rei Sobhuza II pôs fim às

eleições multipartidárias no país. Seu filho, o rei Mswati III, deu prosseguimento às políticas de centralização de poder, quando herdou o cargo em 1986⁵². Apesar disso, as demandas por democratização começaram a crescer e ganhar notoriedade, fazendo com que o rei iniciasse um processo de abertura. Neste ínterim, greves e manifestações foram duramente contidas pelas forças policiais. Em face a esta conjuntura, Mswati III criou o cargo de primeiro ministro e permitiu a realização de eleições para o parlamento. O rei, no entanto, continua tendo a prerrogativa de indicar alguns membros do Parlamento, assim como é ele quem escolhe o primeiro-ministro. As eleições parlamentares contaram com missões de observação da SADC em 2008 e 2013. Ainda assim, a transição democrática do país continua sendo uma grande questão para o bloco, uma vez que governo da Suazilândia não acatou as recomendações da SADC e da UA feitas durante tais missões (SCHUTZ, 2014) e o poder continua sobremaneira concentrado nas mãos do monarca.

4.2.6 Lesoto e a Operação Boleas (1998)

Ainda que o Lesoto não seja, nos dias atuais, mais um foco de instabilidade, mostra-se relevante relatar a situação que ocorreu no final da década de 1990 devido à discussão gerada pela mesma entre a validade da intervenção da SADC no país e os interesses sul-africanos. A crise começou com alegações de fraude nas eleições realizadas em 1998. Segundo Shutz (2014), a partir de tais acusações criou-se grande instabilidade política no país, após dissidentes da Força de Defesa do Lesoto iniciarem uma revolta, gerando uma possibilidade iminente de golpe. Neste contexto, o primeiro ministro, Pakalitha Mosisli, requisitou a intervenção das forças da SADC. Após tentativas de negociação, forças militares da África do Sul e de Botsuana intervieram, no que então ficou conhecido como Operação Boleas, possibilitando o retorno da estabilidade política no país.

Como lembra também Shutz (2014), apesar do aparente sucesso da operação, houve questionamentos se África do Sul estava agindo meramente por interesses próprios, além de causar certo descontentamento regional por ser a primeira intervenção sul-africana na região após o fim do Apartheid. Além disso, houve várias acusações de violência desnecessária e mal calculada por parte da Força Nacional de Defesa Sul-

⁵² Mswati III continua ocupando a posição de rei da Suazilândia até os dias atuais.

Africana. Ainda assim, ao que tudo indica, a operação foi respaldada pela SADC e requisitada pelo líder do país, contrariando os argumentos de que haveria sido uma afronta à soberania do Lesoto. Vale lembrar, outrossim, que tal intervenção ocorreu antes da reforma da SADC, o que pode refletir certa inadequação da estrutura anterior (SHUTZ, 2014).

4.2.7 Xenofobia

Em contraposição aos sentimentos de unidade africana continental e regional que surgiram desde as independências, como já expresso no presente trabalho, a questão da xenofobia tem se apresentado como um dos grandes problemas enfrentados na região englobando os países da SADC, manifestando-se especialmente na África do Sul, mas também significativamente em Botsuana e na Namíbia, polos de atração de imigrantes de toda a região. Estes três países destacam-se por serem economias em crescimento e por serem contíguos a países que experimentaram crises severas nas últimas décadas- como Moçambique e Zimbábue- o que gerou o grande fluxo migratório (NEOCOSMOS, 2010). A xenofobia nos países africanos apresenta-se de várias formas, desde exclusão social até formas de violência mais concretas.

Um dos episódios mister para compreender a extensão de tal problema foram os acontecimentos da África do Sul em 2008. Nessa circunstância, houve um verdadeiro massacre de imigrantes nas regiões dos bantustões e subúrbios de Alexandra, perto de Joanesburgo, mas que logo se espalhou pelo país, chegando a Durban e à Cidade do Cabo. Durante o período de caos, 62 pessoas foram mortas e entre 80 e 200 mil foram desalojadas, além de pilhagens e destruição de estabelecimentos que pertenciam aos imigrantes. O governo de Moçambique estima que, como decorrência desses acontecimentos, cerca de 40 mil moçambicanos retornaram ao país (NEOCOSMO, 2010). O surto de violência em Alexandra foi, em grande medida, estimulado pelo Inkatha Freedom Party, partido sul-africano vinculado ao povo zulu e conhecido por pregar sua superioridade, ainda que em outras localidades uma diversidade de líderes locais acabou por capitalizar os sentimentos de insatisfação e os direcionar para os imigrantes.

A raiz desse fenômeno, como lembra Neocosmos (2010), pode ser identificada em um discurso, reiterado pela mídia e muitas vezes por figuras de autoridade, a

exemplo do partido zulu na África do Sul, de que os imigrantes são ligados a atividades criminosas e que estariam tirando os empregos dos cidadãos⁵³, havendo uma tentativa de desumanização dessas pessoas. Estas, já estando em situação de vulnerabilidade, acabam se tornando ‘alvos’ fáceis de tais discursos.

Na África do Sul, esse tipo de manifestação se torna mais forte por dois motivos: a imagem de excepcionalidade do país dentro do continente- uma das bases do nacionalismo sul-africano- e o reforço à noção de direitos individuais como ideal supremo- em grande parte para contrapor as políticas do Apartheid em que alguns grupos tinham mais direitos do que outros (NEOCOSMOS, 2010). Além disso, há uma contradição entre os ideais de democracia advindos com o novo regime e o sentimento de insatisfação de grande parte da população, notadamente negra e pobre, uma vez que, mesmo após o fim do Apartheid, não houve a transição econômica prometida pelos movimentos de libertação.

Para Fanon (apud NEOCOSMOS, 2010), a xenofobia também está ligada a uma lógica pós-colonial, em que as elites⁵⁴ que conseguiram tomar o poder estão mais preocupadas nos seus ganhos próprios do que na construção de um projeto nacional. Isso, para o autor, teria modificado a noção de cidadania nos países da região, passando de uma concepção unificadora para ter bases em movimentos indigenistas e, assim, exclusivistas. Pode-se notar, portanto, como o fenômeno da xenofobia é complexo e engloba vários condicionantes, incluindo questões da formação de identidade em sociedades pós-coloniais, o que a torna um verdadeiro desafio para a SADC.

4.2.8 Compêndio acerca da Estabilidade Política

Como foi possível notar por meio desta breve análise de casos, ainda que a região da África Austral seja uma das mais estáveis do continente, alguns focos de vulnerabilidade surgiram durante o período de vigência da SADC. Alguns deles já

⁵³ No caso da África do Sul, em especial, esse discurso de retirada de empregos toma uma proporção muito grande, uma vez que os níveis de desemprego no país são altíssimos, em especial entre a população negra.

⁵⁴ Aqui se destaca que, na África do Sul, as elites brancas continuam sobremaneira no domínio da economia do país. Isso se deve, em grande medida, à política de transição pactuada que ocorreu no país após o Apartheid, que possibilitou a transição de poder político para as mãos de uma elite negra, mas que engessou uma parte significativa do poder econômico nas mãos das elites vinculadas ao regime anterior.

foram superados, como a guerra civil em Angola, as guerras do Congo⁵⁵ e a instabilidade surgida no Lesoto. Os outros, no entanto, continuam se apresentando como questões-chave para o desenvolvimento do bloco. Destaca-se, em especial, dois temas de extrema importância: o golpe de 2017 no Zimbábue e a xenofobia. O golpe, por ser extremamente recente, ainda pode ter novos desdobramentos para a política regional. A xenofobia, por sua vez, é talvez a adversidade mais premente que envolve todos os países da região, influenciando nos fluxos migratórios e, conseqüentemente, na própria relação interestatal entre os países da SADC.

4.3 EXERCÍCIOS MILITARES

De acordo com Muntschick (2017), o primeiro exercício militar conjunto da SADC deu-se no Zimbábue no ano de 1997 e foi chamado de Blue Hungwe. Este exercício foi um marco para a cooperação na área de defesa dos países da região, envolvendo 10 países-membros. O exercício seguinte, denominado Blue Crane, ocorreu em 1999 na África do Sul e envolveu exército e marinha. Em ambos os casos os grandes financiadores dos exercícios foram os países que os sediaram, havendo contribuições extra-regionais de pouca magnitude⁵⁶. Estas ações militares foram o pontapé inicial para uma série de exercícios similares de cooperação entre os países-membros do bloco, podendo citar a Operação Tanzanite (2002 na Tanzânia), a operação Blue Angel (2003 na Zâmbia), a operação Thokgano (2005 em Botsuana), a operação Blue Ruvuma (2006 na Tanzânia), a operação Golfinho (2009 fases na África do Sul, em Moçambique e em Angola), a operação Blue Cluster (2011 na África do Sul), Operação Zambeze Azul (2013 na Zâmbia), operação Welwitchia (2013 na Namíbia) e operação Blue Kunene (2017 na Namíbia) (MUNTSCHICK, 2017; SAAF, 2009; NAMIBIA, 2017).

O denominador comum de todos os exercícios militares realizados pela SADC é, ao contrário do que ocorria outrora, a ideia de cooperação em defesa buscando aumentar cooperação, habilidades e interoperabilidade das forças armadas, e não mais a ideia de proteção de um inimigo comum. Dessa forma, o conceito de coordenação de práticas e procedimentos passou a imperar, assim como a ideia de construção de autoconfiança

⁵⁵ Aqui indica-se que tais conceitos foram superados no seu cerne, não negligenciando as heranças que os mesmos deixaram para tais países e para a região, cujos impactos ainda perduram.

⁵⁶ No Blue Hungwe houve envio de dinheiro da Grã-Bretanha e no Blue Crane de Canadá e Alemanha (MUNTSCHICK, 2017).

das forças (MUNTSCHICK, 2017). Ainda segundo Muntschick, os exercícios auxiliaram na transparência entre os países e na projeção da SADC como um ator internacional capaz e coordenado. Os exercícios militares e sua importância mostram mais uma vez o valor da África do Sul como líder regional, uma vez que em grande parte houve financiamento e coordenação do país para sua realização.

A realização destes exercícios militares mostra a aspiração do bloco de implementar uma agenda de segurança comum, determinante para a manutenção da soberania regional, em especial no caso de países periféricos. Como mencionado no primeiro capítulo do presente trabalho, tais exercícios são um indicador do nível de coesão do bloco e apontam para uma postura comum na resolução de questões securitárias. Assim, tais práticas na área de defesa e segurança permitem uma maior sincronia na região, que se mostra para o mundo como um espaço coeso, o que é de extrema relevância, em especial quando se considera a possibilidade de interferência de potências externas.

4.4 INDUSTRIALIZAÇÃO

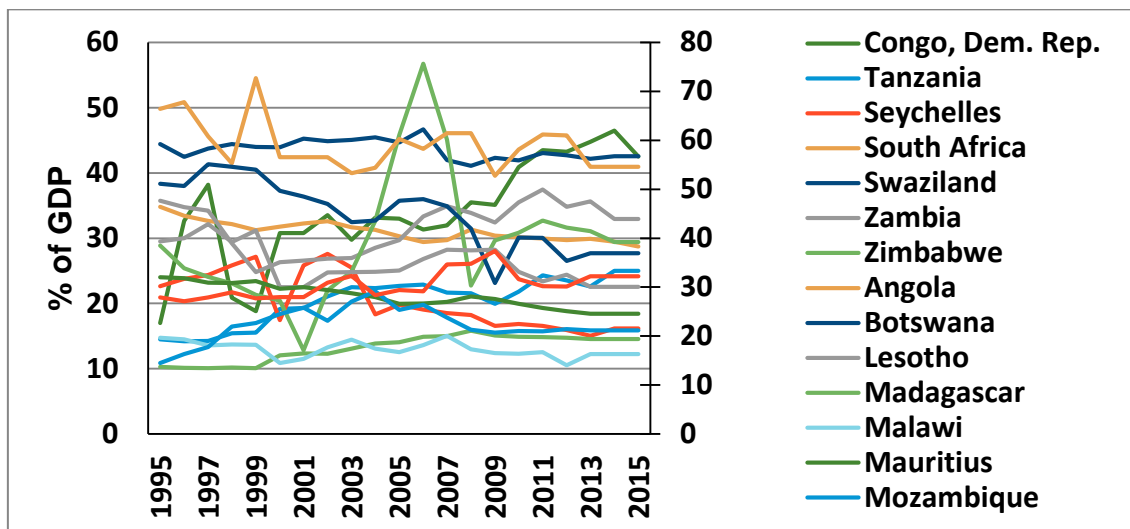
Como discutido no primeiro capítulo deste trabalho, o grau de industrialização é uma variável-chave para medir o desenvolvimento dos países, em especial daqueles que se encontram marginalizados no Sistema Internacional. Como lembra Padula (2010), as atividades industriais têm capacidade de irradiação para toda a economia. Além disso, são propensas a estimular a inovação, demandam mão-de-obra qualificada e aumentam a possibilidade de investimentos. Assim, é possível diminuir a vulnerabilidade externa e diversificar a pauta exportadora. Pela importância da indústria para que se possa romper a barreira do subdesenvolvimento, então, selecionou-se esta variável, tendo em vista avaliar o seu andamento nos países-membros e na SADC enquanto bloco.

Considerando-se o valor adicionado da indústria sobre o PIB⁵⁷, o que se nota ao analisarmos os países-membros (gráfico 2) é que há grande discrepância entre eles, assim como há bastante disparidade nos números ao longo dos anos no mesmo país. Percebe-se, portanto, que alguns Estados mantêm mais uniforme a porcentagem de valor adicionado pela indústria, como é o caso de Suazilândia, Tanzânia e Madagascar,

⁵⁷ Considera-se o valor adicionado da indústria sobre o PIB compreendendo as atividades de mineração e extração, manufaturas, construção, eletricidade, gás e água.

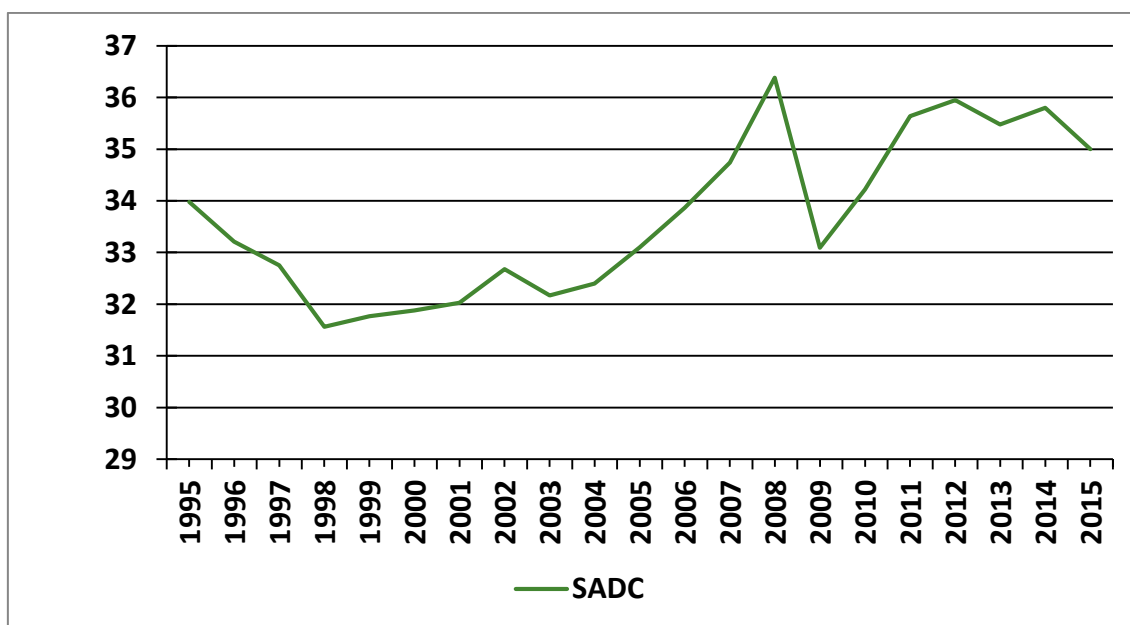
enquanto em outros essa porcentagem é mais inconstante, como nos casos de Zimbábue e da RD Congo. No agregado, no entanto, a SADC apresenta uma trajetória ascendente de participação da indústria no PIB (gráfico 3).

Gráfico 2: Indústria, Valor Adicionado por porcentagem do PIB (%) por país



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Gráfico 3: Indústria, valor adicionado por porcentagem do PIB (%) SADC



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Assim, pode-se atestar que, de modo geral, a SADC está ao longo dos anos conseguindo manter a participação do setor industrial no PIB de forma progressiva, indo ao encontro de seus objetivos de incremento da capacidade industrial. Ainda assim, o estímulo não parece ser o mesmo a todos os Estados-membros, o que se explica também pela situação da economia nacional dos países nos diferentes períodos.

Além disso, de acordo com o diagnóstico apresentado pelo *SADC Industrialization Strategy and Roadmap*, um processo de industrialização mais acelerado está sendo prejudicado por três restrições principais, sendo elas: infraestrutura inadequada e de baixa qualidade, um déficit severo das habilidades requeridas para o desenvolvimento industrial e insuficiência financeira (SADC, 2015, p. 9). O relatório também aponta a necessidade de uma parceria próxima entre os setores público e privado, assim como o incremento das cadeias de valor regional para, então, expandir-se para o cenário global. Deve-se lembrar, outrossim, a grande importância que as *commodities* continuam tendo para muitas das economias nacionais que integram o bloco, diversas vezes não acompanhado de investimentos de mesmo porte nos setores industriais. O foco nas *commodities* explica-se tanto pela sua abundância em alguns países na região, quanto pela própria dificuldade de fazer a transição para uma economia com foco na indústria, a qual muitos países subdesenvolvidos estruturalmente enfrentam.

Dessa forma, é indispensável ressaltar o progresso da SADC enquanto bloco, que vem adicionando sucessivamente valor à indústria. A trajetória de crescimento vai ao encontro dos tanto dos objetivos do bloco quanto da tentativa de ultrapassar a situação periférica em que muitos destes países se encontram. Contudo, muitos desafios ainda se apresentam para que estes países entrem no curso de industrialização que possa levar à superação do subdesenvolvimento.

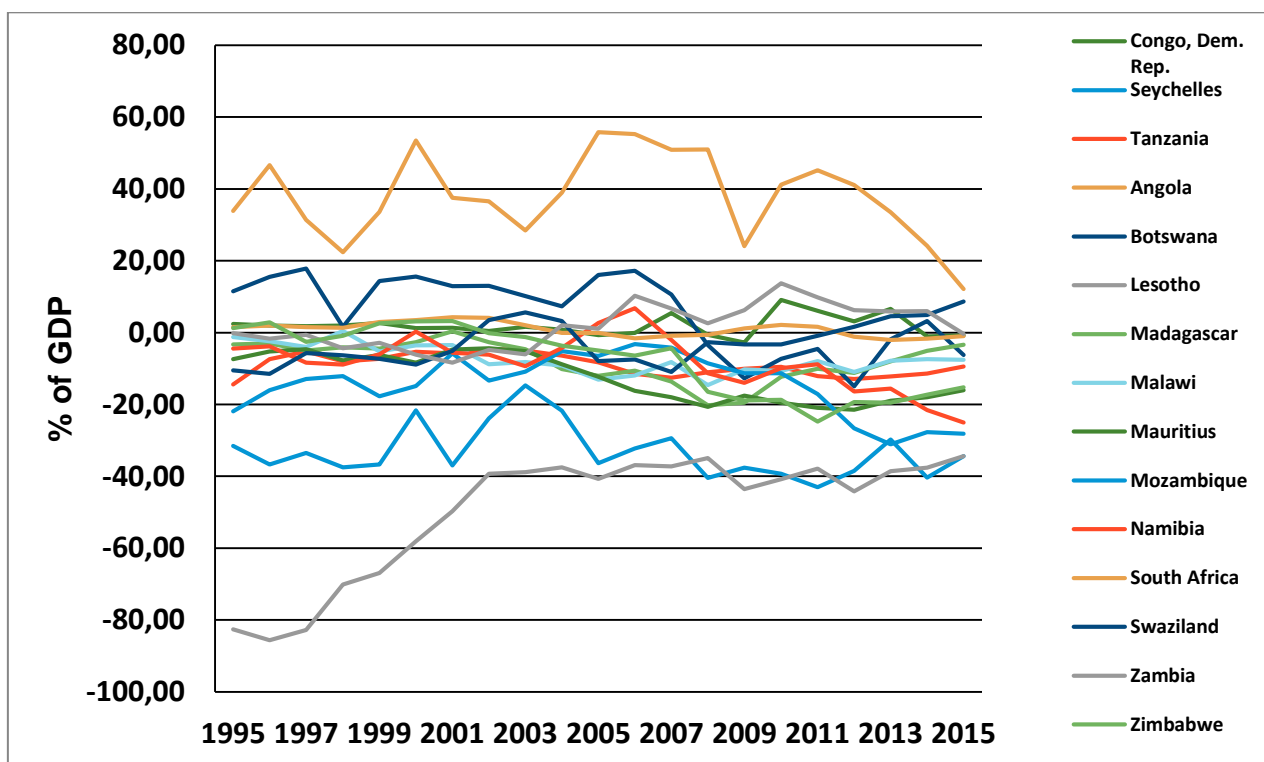
4. 5 TÓPICOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

O próximo critério a ser analisado abrange alguns tópicos de comércio exterior da SADC, em especial sua balança comercial, tendo em vista verificar se os países do bloco exportam mais do que importam, ou seja, se a balança é favorável. Como mencionado, a pauta de exportações é extremamente importante para países em busca de desenvolvimento, assim como a diversificação e o aumento do valor agregado das

mesmas. O que se nota no gráfico a seguir (gráfico 4), é que a saldo balança comercial é o índice em que há maior discrepância entre os diferentes países do bloco. Ainda que alguns países sejam superavitários, há países que apresentam grandes déficits neste quesito. Isso se deve, em grande medida, às diferentes economias nacionais.

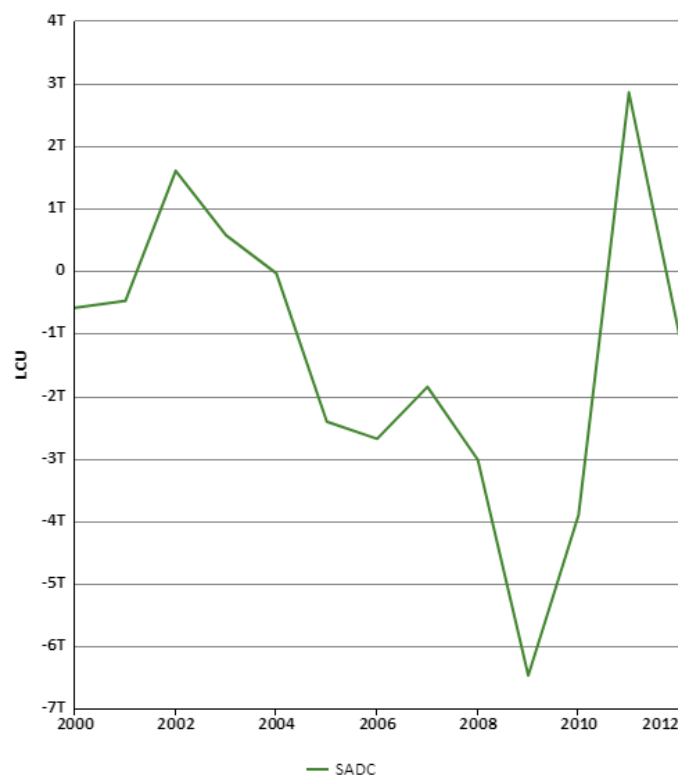
Os extremos do gráfico 4, por exemplo, representados por Angola e Lesoto, demonstram a diferença de uma economia exportadora de *commodities* muito valorizadas (como é o caso de Angola e de suas reservas de petróleo) e de um pequeno país que tem pouca produção interna, havendo grande necessidade de importações (como é o caso do Lesoto). A própria SADC apresentou grandes variações ao longo do período analisado (compreendido entre 2000 e 2012 no gráfico 5), apresentando déficits recorrentes até 2015, o que pode ser explicado pela diminuição dos superávits angolanos, dentre outros fatores (SADC, 2016c).

Gráfico 4: Saldo da Balança Comercial por País (% PIB)



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

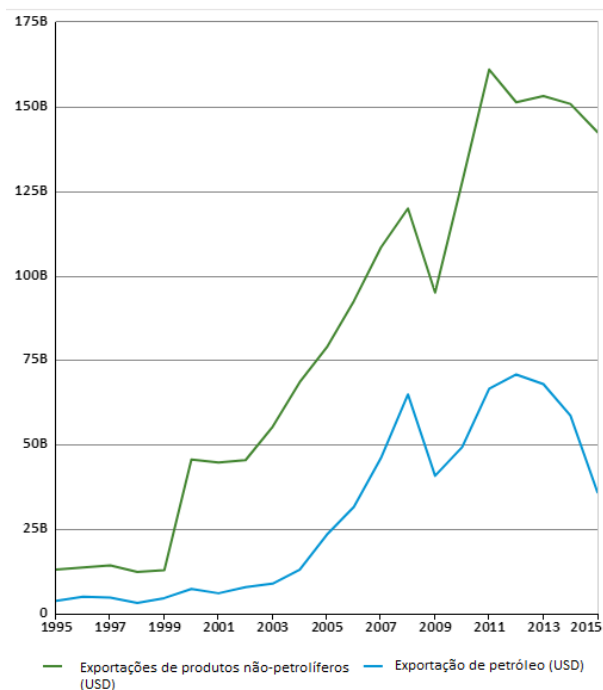
Gráfico 5: Saldo da Balança Comercial SADC (% do PIB)



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

A questão do componente de exportações pode ser melhor analisada no gráfico 6. Como podemos perceber cerca de 1/5 do valor total das exportações da SADC em 2015 advinham das rendas do petróleo, com contribuição muito importante de Angola. Há indicação, portanto, que a pauta de exportações do bloco não é muito diversificada, sendo muito dependente de *commodities*, ainda que alguns países desponham como expoentes industriais no continente, como é o caso da África do Sul. A mineração continua a ter um peso muito acentuado em grande parte dos países, o que reflete na pauta de exportações. Importa ressaltar, por outro lado, que as exportações intra-SADC passaram para 24,9% do total de exportações do bloco em 2016, enquanto as importações atingiram 21,2%, mostrando um incremento importante do comércio intrabloco (SADC, 2016c).

Gráfico 6: Exportações de Produtos Não-Petrolíferos X Exportações de Petróleo- SADC



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

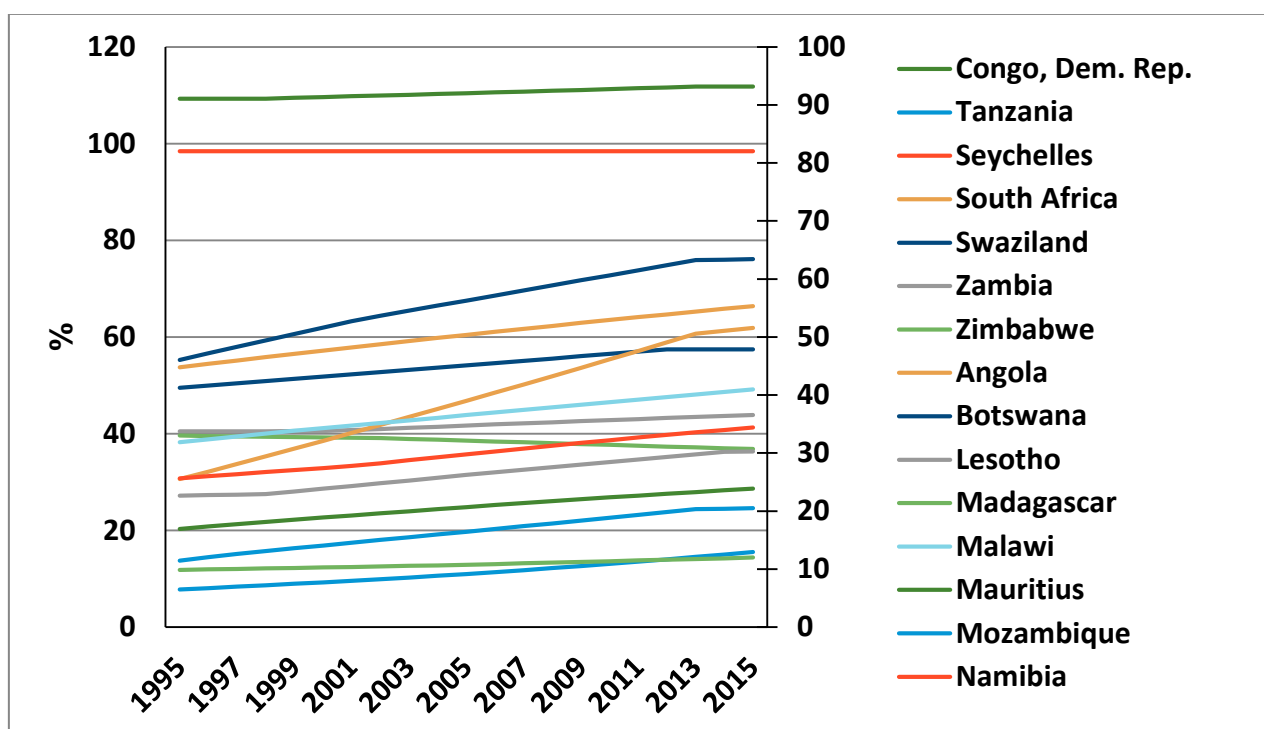
4.6 ÍNDICES DE QUALIDADE DE VIDA

Considerando a posição de subdesenvolvimento ou de países emergentes dos Estados-membros da SADC, considerou-se essencial, tendo em vista fazer uma análise mais abrangente de sua trajetória do desenvolvimento, apresentar alguns índices que impactam na qualidade de vida das populações em questão. Destaca-se, outrossim, a importância da melhora destes indicadores para o alívio da pobreza, mazela que aflige grande parte dos habitantes da região da SADC. Vale lembrar que o alívio da pobreza e a melhora da qualidade de vida são dois dos objetivos do tratado constitutivo da SADC. Além disso, alguns desses itens concernem também a construção de infraestrutura, que como já mencionado é essencial para a integração regional e para o desenvolvimento. Para a realização de tal análise, foram selecionadas as variáveis: melhora nas instalações de saneamento básico, mortes estimadas devido à AIDS, taxa

de mortalidade na infância, melhora no fornecimento de água e IDH. A opção pelas mesmas se deu pela compreensão de sua importância para a elevação dos padrões de vida.

Os gráficos 7 e 8 mostram a melhora nas instalações de saneamento básico⁵⁸ por país e da SADC enquanto bloco, respectivamente. Este é um indicador que todos os países, a exceção do Zimbábue, apresentaram melhoras desde que entraram no bloco, o que consequente faz com que a SADC quando analisada como um todo também demonstre este progresso. Ainda que a evolução neste quesito tenha sido observada de modo geral, é necessário apontar que maior aperfeiçoamento é impreterível, uma vez que, na média, apenas 35,2% da população da SADC tinha acesso a instalações adequadas de saneamento em 2015, número muito abaixo do desejado.

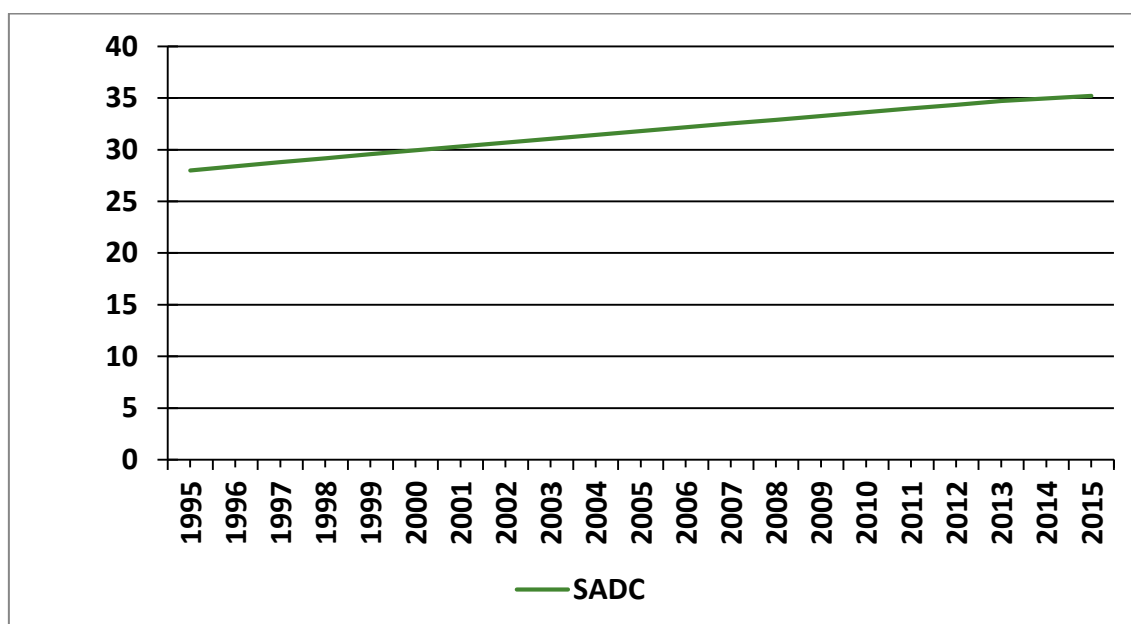
Gráfico 7: Melhora nas Instalações de Saneamento Básico por país (% de população com acesso)



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

⁵⁸ O avanço nas instalações de saneamento se refere à porcentagem total da população com acesso adequado à disposição de excrementos, prevenindo efetivamente o contato humano e animal com os mesmos. Para isso, as instalações devem ser corretamente construídas e ter a manutenção devida (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2017).

Gráfico 8: Melhora nas instalações de Saneamento Básico (% de população com acesso)- SADC

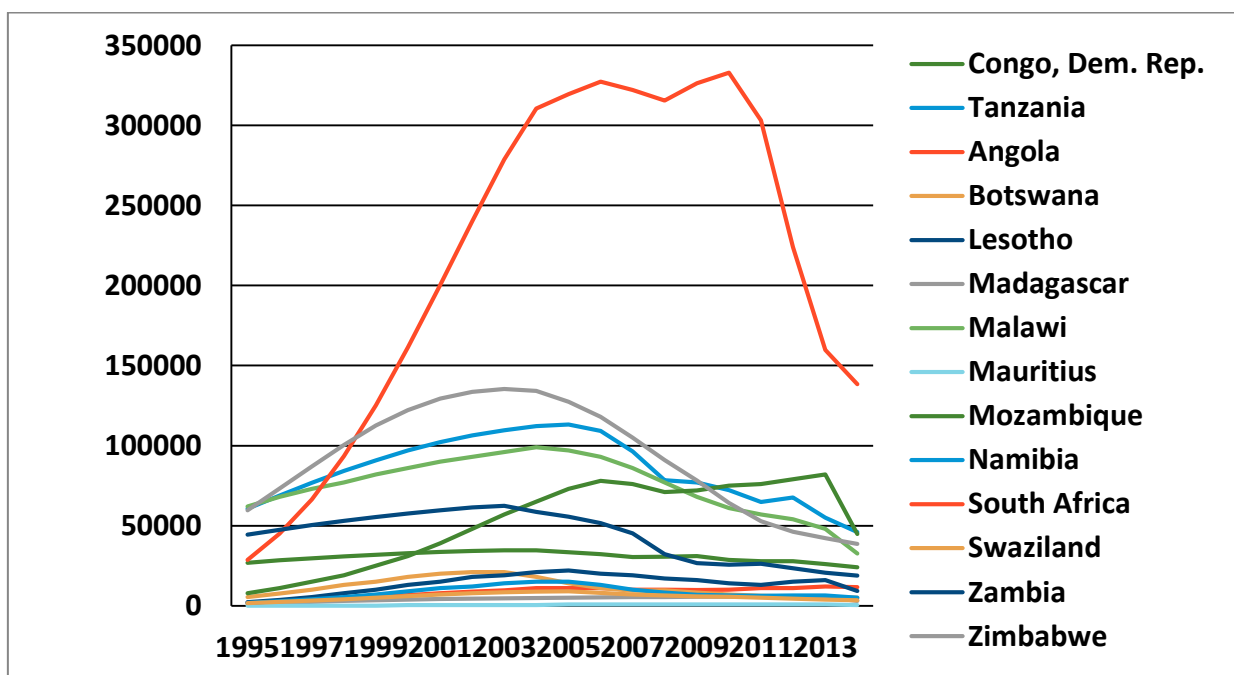


Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Os gráficos 9 e 10, por sua vez, mostram as mortes estimadas por AIDS⁵⁹. A AIDS é um problema muito grande na região austral da África, principalmente na África do Sul, país com maior número de infectados por HIV do mundo, sendo uma grande dificuldade em termos de saúde pública. Este indicador também mostra melhora na maioria dos países, ainda que dois casos chamem atenção. África do Sul e Moçambique, ainda que apresentem em 2015 trajetórias descendentes, tiveram nos anos 2000 um aumento significativo, e, apesar da diminuição atual, não chegaram aos números de 1995. A SADC também tem como um de seus objetivos a contenção da epidemia e a diminuição de casos de HIV/AIDS, havendo um ministro de saúde responsável especialmente pelo assunto e um fundo especial da SADC para HIV e AIDS para dar apoio a intervenções regionais para complementar as políticas de cada país.

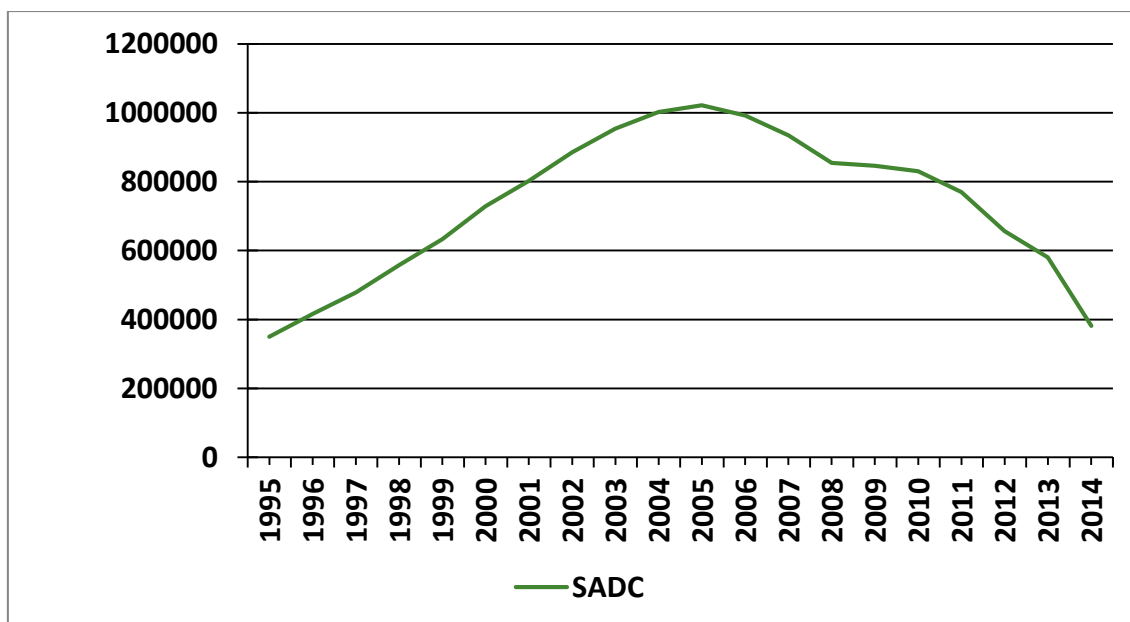
⁵⁹ Número estimado de adultos e crianças que morreram de AIDS (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2017).

Gráfico 9: Mortes estimadas devido à AIDS por país



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Gráfico 10: Mortes estimadas devido à AIDS- SADC

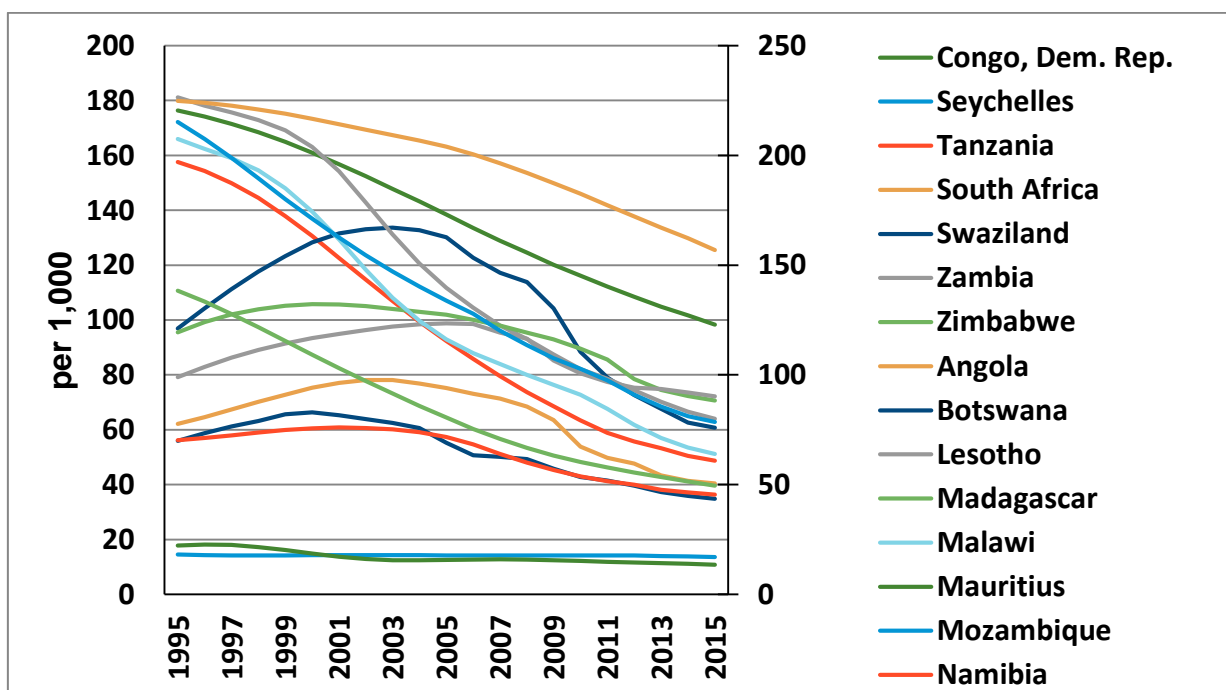


Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Os gráficos 11 e 12 mostram a taxa de mortalidade de crianças abaixo de 5 anos. Também neste ponto todos os países apresentaram melhora desde sua entrada no bloco,

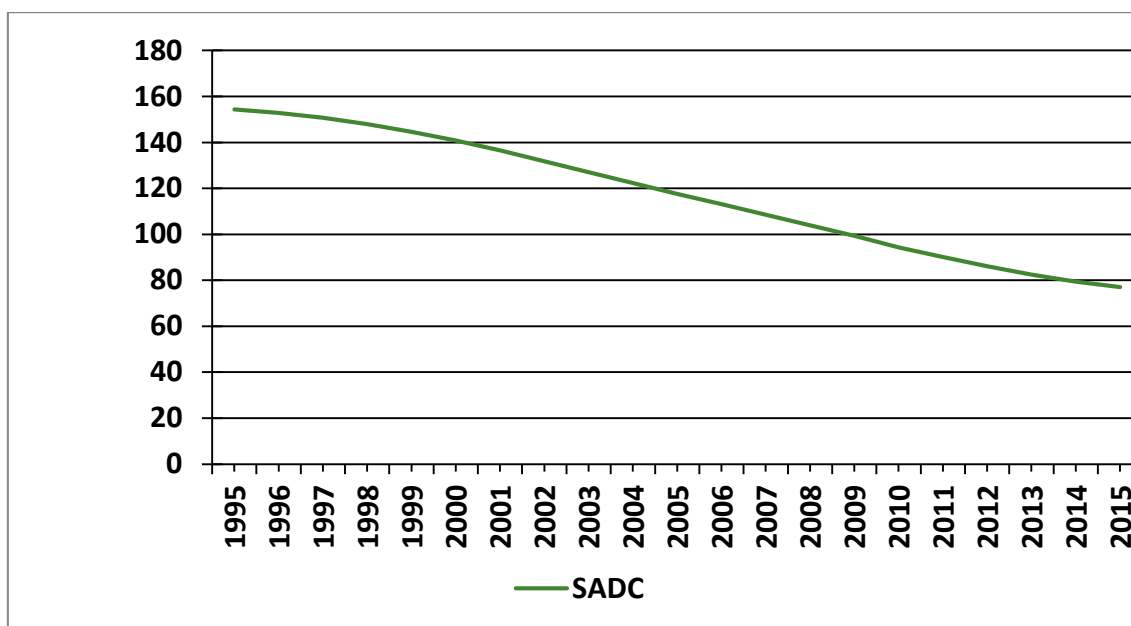
fazendo com que a SADC também apresentasse resultados positivos. Ainda assim, os dados de 2015 da SADC (77 mortes a cada 1000 crianças) mostram que muito deve ser feito para que estes números diminuam ainda mais, pois estão significativamente acima do desejado. A título de comparação, o mesmo dado quando medido no Brasil em 2014 foi quase 1/5 menor (16,7 mortes a cada 1000 crianças) (BRASIL, 2015).

Gráfico 11: Taxa de mortalidade, abaixo de 5 anos (por 1000 habitantes) por países



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Gráfico 12: Taxa de mortalidade, abaixo de 5 anos (por 1000 habitantes)- SADC

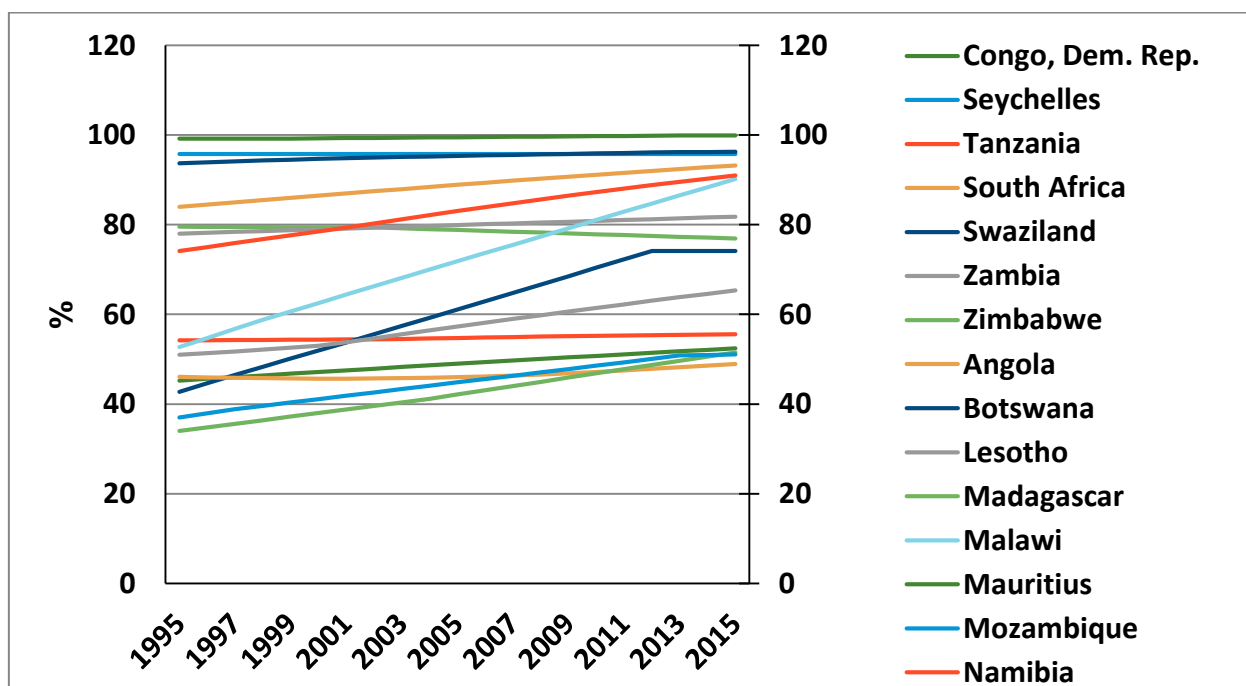


Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Nos gráficos seguintes, analisa-se a melhora no fornecimento de água de 1995 a 2015⁶⁰. Mais uma vez, neste quesito todos os países apresentaram melhora, representado um progresso na SADC como um todo. Tendo em vista a essencialidade da água para a vida diária, considerando-a um direito fundamental, aqui se ressalta novamente como, apesar das melhoras, os números seguem abaixo do ideal, uma vez que somente 64,35% dos habitantes da SADC tinham acesso a fontes adequadas e a uma quantidade indicada de água em 2015.

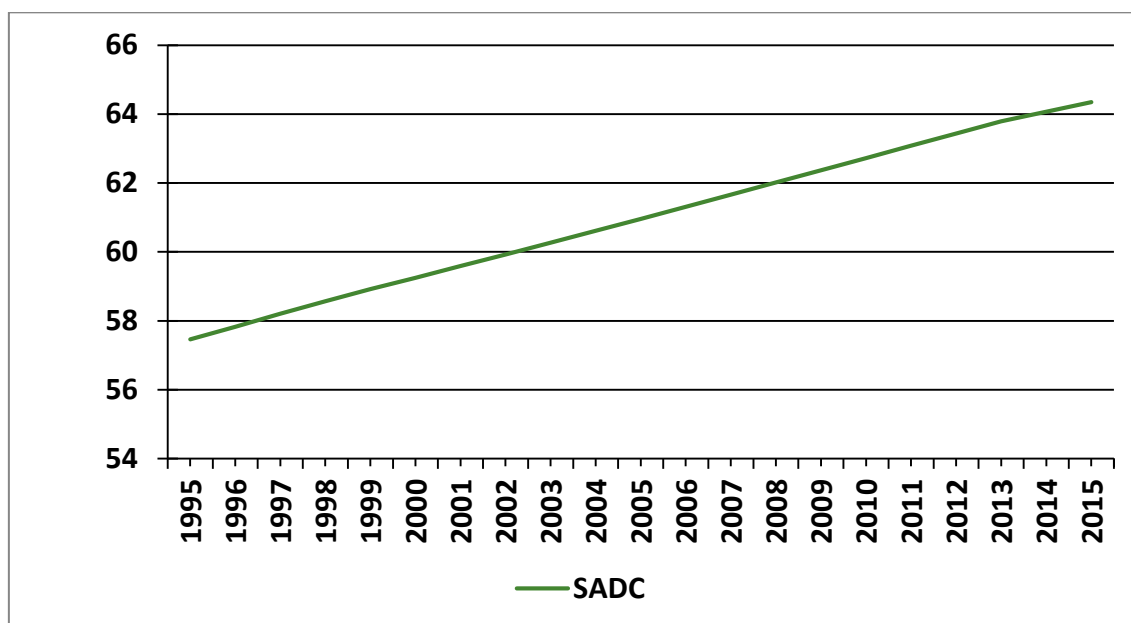
⁶⁰ A melhora no acesso ao fornecimento de água é avaliada por meio da possibilidade da população ter uma quantidade adequada de água diariamente (cerca de 20 litros) e do aperfeiçoamento das fontes, além da proximidade da fonte às residências, com no máximo 1km de distância (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2017).

Gráfico 13: Melhora no Fornecimento de Água (% da população com acesso) por país



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Gráfico 14: Melhora no Fornecimento de Água (% da população com acesso) SADC



Fonte: Africa Development Bank Group (2017)

Por fim, apresenta-se o índice de desenvolvimento humano (IDH)⁶¹. Tal indicador é uma medida comparativa que leva em consideração expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita, variando de 0 a 1, sendo 1 a nota ideal. Analisou-se três anos deste indicador- 1995, 2005 e 2015- para verificar a evolução dos países nos anos de vigência da SADC. Pode-se notar que, de maneira geral, todos os países progrediram aumentando suas notas, alguns de maneira significativa, como é o caso de Moçambique. O único país que apresentou uma queda quando comparados os anos de 1995 e 2015 foi a Suazilândia, ainda que não tenha sido uma mudança brusca. Não obstante, vale destacar a discrepância entre os países da região, podendo-se observar, por exemplo, Ilhas Maurício e Seicheles com um índice bastante alto, encontrando-se nas posições 63 e 64 mundialmente, enquanto outros países, como Moçambique e RD Congo ainda apresentam notas baixas, constando entre as piores do mundo⁶².

Tabela 4: IDH por país

País	1995	2005	2015
Angola	-	0.439	0.533
Botswana	0.580	0.610	0.698
RD Congo	0.331	0.364	0.435
Lesoto	0.483	0.437	0.497
Malauí	0.380	0.377	0.476
Madagascar	-	0.478	0.512
Ilhas Maurício	0.648	0.713	0.781
Moçambique	0.230	0.353	0.418
Namíbia	0.587	0.570	0.640
Seicheles	-	0.728	0.782
África do Sul	0.653	0.609	0.666
Suazilândia	0.543	0.502	0.541
Tanzânia	0.368	0.446	0.531
Zâmbia	0.405	0.479	0.579
Zimbábue	0.465	0.408	0.516

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PNUD (2015).

⁶¹ Não foi possível achar dados de Angola, Madagascar e Seicheles para o ano de 1995.

⁶² Vale lembrar que as notas baixas de Moçambique e RD Congo estão intrinsecamente ligadas a uma história recente de conflitos armados em seu território. Como mencionado, a trajetória desde então é bastante positiva, ainda que este índice ainda se mantenha abaixo do ideal.

4.7 CONCLUSÃO PRELIMINAR

A análise de variáveis feita neste capítulo torna possível dividir a trajetória da SADC desde 1995 em duas áreas, sendo que delas pode-se extrair conclusões divergentes, sendo elas: político-securitária e socioeconômica. Primeiramente, pode-se notar que há grandes avanços nos itens político-securitários aqui avaliados, havendo grande coordenação dos países do bloco nestas áreas. No que tange o histórico de votações da ONU, verificou-se que há grande articulação entre os países-membros em questões internacionais, sendo constatada convergência de votos em 82% das ocasiões entre 1995 e 2015.

Quanto à estabilidade política, foi possível observar que a região da África Austral é uma das mais estáveis do continente, tanto em aspectos internos aos Estados quanto no que tange conflitos interestatais. É inegável que a região apresenta alguns focos que instabilidade, que foram descritos no presente capítulo, mas estes em sua grande maioria têm origem anterior à própria criação da SADC, sendo muitas vezes relacionados com a lógica colonial e de transição dos respectivos países. Quando há intervenção da SADC nos mesmos, de modo geral, estas parecem ser bem-recebidas e benéficas, contribuindo de alguma forma para a estabilidade regional. A análise dos exercícios militares, por sua vez, revela que a cooperação em defesa é significativa na região.

No que se refere aspectos socioeconômicos, no entanto, pode-se afirmar que as dificuldades do bloco são maiores. O primeiro indicador, de valor adicionado da indústria no PIB, aponta que, ainda que este se mostre progressivo na SADC ao longo dos anos, há disparidade entre os países-membros. Além disso, um processo de industrialização mais robusto apresenta grandes desafios, como é o caso da debilidade infraestrutural.

Ao observar alguns dados referentes ao comércio exterior, verifica-se que a SADC apresenta problemas na balança comercial, havendo déficits recorrentes nos últimos anos. Além disso, a posição dos países é muito discrepante e a pauta de exportações segue muito concentrada em *commodities*. Por outro lado, o comércio intrabloco aumentou progressivamente. Por fim, os índices de qualidade de vida selecionados parecem indicar que a SADC está paulatinamente conseguindo aprimorar o bem-estar de seus cidadãos. Apesar da melhora, deve-se frisar que os números totais

seguem longe dos ideais, ainda que este incremento gradativo seja essencial para que se possa chegar a uma situação mais próxima da aspirada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs-se a apresentar uma atualização do estudo acerca da integração regional aplicando-o para regiões periféricas que, como mencionado, se enquadram em uma lógica singular. Para tal, a SADC foi escolhida como estudo de caso. Apontou-se, então, que a integração regional tem se mostrado um instrumento importante para modificar a inserção internacional desfavorável e promover desenvolvimento nestes países. A pesquisa aqui realizada permitiu observar como, tanto em aspectos teóricos quanto práticos, a aplicação de uma agenda de integração de caráter político-estratégico pode ser determinante para a mudança de padrões estruturais impostos.

Com a realização da pesquisa teórica foi possível verificar as vantagens da adoção de um projeto de integração multifacetário nos países periféricos, englobando questões políticas, sociais, securitárias e econômicas, com especial foco no desenvolvimento conjunto que pode ser propiciado. Neste aspecto, os pontos mais relevantes a serem ressaltados são o comércio estratégico, a melhora na inserção internacional e o ganho de poder de barganha. Desta forma, a visão aqui apresentada buscou afastar-se das interpretações liberais do tema.

Pretendeu-se mostrar, outrossim, a relevância do papel do Estado para a formação de um processo nestes moldes, a maneira que o bloco se formou e as instituições nele atuantes. O Estado teria um importante papel de alocação, de financiamento e de impulsionamento do desenvolvimento conjunto, sendo ele o lócus do processo de integração. O caráter do bloco também se mostra um elemento indispensável para sua compreensão, em especial se o processo de integração tem viés mais associado a incentivos ao mercado, ou se está inserido em um plano mais voltado ao desenvolvimento conjunto. Também se destacou o papel da liderança regional, que idealmente deve assumir uma postura cooperativa com os demais países, interrompendo a tendência de concentração de investimentos nas zonas mais desenvolvidas e permitindo a diminuição da assimetria entre membros do bloco.

A efetivação de um projeto de integração regional aqui destacada como de caráter político-estratégico perpassaria pela definição de alguns objetivos e de instrumentos específicos para ser bem-sucedido. Estes, de acordo com a perspectiva teórica selecionada, apresentam-se como de suma importância para a consumação de um projeto de desenvolvimento conjunto. Notadamente, a industrialização, a integração

física, fatores geopolíticos e a atuação política conjunta foram vistos como centrais para o progresso do bloco. Todos estes, além de relacionarem-se ao êxito do projeto, também se vinculam diretamente à cessão da inserção periférica destes países.

Sobre aspectos de contextualização e evolução da SADC, pôde-se depreender que o bloco compreende países bastante heterogêneos, um grande território e particularidades históricas que tornam o seu estudo único e intrincado. Como mencionado, no entanto, ainda que a composição de países seja bastante diversa, existe uma identidade regional importante entre os países que compõe a África Austral. Um dos fatores mais relevantes da conformação dessa identidade e que se mostra como elemento fundador do bloco é sua origem histórica. A ideia de uma causa comum contra os governos racistas da região no período da conformação dos Estados da Linha de Frente e a tentativa de se desvincular do gigantismo econômico da África do Sul foram as pedras angulares da SADC. No momento atual, o bloco tem como objetivo explícito o desenvolvimento conjunto de seus membros, aplicando projetos e estratégias na sua busca. Destacou-se alguns dos mecanismos mais relevantes para a promoção destes objetivos, em especial o RISDP e o SIPO, assim como diversas iniciativas de construção de infraestrutura, como o *Regional Infrastructure Development Master Plan*, e de industrialização, como o *SADC Industrialization Strategy and Roadmap*.

O último elemento apresentado no trabalho, a análise de variáveis, permitiu, por sua vez, verificar a evolução da SADC em duas grandes áreas: político-securitária e socioeconômica. No primeiro quesito- que englobou histórico de votações na ONU, estabilidade política e exercícios militares conjuntos- averiguou-se que há grande articulação entre os membros do bloco nestas áreas. No que tange o histórico de votações, verificou-se, ao se analisar 21 sessões da Assembleia Geral da ONU, a convergência em 82% dos temas entre os países da SADC, o que aponta para um padrão de harmonia significativo. Em termos de estabilidade política, a região ainda se apresenta como uma das mais estáveis do continente e as intervenções da SADC, via de regra, foram bem-sucedidas, ainda que alguns focos de vulnerabilidade não possam ser desconsiderados. A realização de exercícios militares conjuntos e assíduos, por sua vez, mostra a aspiração de implementar uma agenda de segurança comum que preze pela manutenção da soberania regional.

Nas questões socioeconômicas, no entanto, puderam-se notar maiores dificuldades na trajetória da SADC, em especial uma grande disparidade entre os resultados dos diferentes países-membros. Ainda que isso possa apontar que, em termos

socioeconômicos, haja menos sincronia entre as diferentes economias nacionais e alguns índices que não correspondem aos padrões mais próximos dos ideais, é imprescindível apontar que, na grande maioria das variáveis analisadas, houve melhora. Isso implica que as condições econômicas e de qualidade de vida estão em um processo ascendente, portanto, estes países estão traçando paulatinamente suas trajetórias de desenvolvimento.

A primeira variável analisada, o valor adicionado da indústria no PIB, mostrou que os países da SADC têm, de modo geral, mantido a participação progressiva da indústria, indo ao encontro dos objetivos do bloco de incremento da capacidade industrial. Como ressaltado ao longo do trabalho, entretanto, a industrialização em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento é sempre uma pauta delicada e que deve ter constantes estímulos para que os mesmos possam mudar a sua posição no cenário internacional e promover crescimento econômico. No que tange questões de comércio exterior, contudo, a balança comercial da SADC apresentou-se instável e, muitas vezes, deficitária, demonstrando uma fragilidade considerável neste quesito. Além disso, a pauta de exportação ainda é muito centrada em *commodities* e bens-primários, outra barreira difícil de ser superada por países periféricos. O comércio intraregional, por sua vez, mostrou tendência de incremento.

Os índices de qualidade de vida selecionados- que incluíram melhora nas instalações de saneamento básico, mortes estimadas devido à AIDS, taxa de mortalidade na infância, melhora no fornecimento de água e IDH- apontam que SADC está gradativamente conseguindo aprimorar o bem-estar de seus cidadãos, apresentando avanço em todos os indicadores selecionados. No entanto, como foi frisado, mesmo que tenha havido melhora e que isto seja um ponto positivo na trajetória da SADC enquanto bloco, estes índices ainda se encontram distantes dos aspirados.

Assim, a hipótese principal deste trabalho foi comprovada, uma vez que se ratificou que processos de integração regional no contexto de regiões periféricas podem ser mecanismos de promoção de desenvolvimento conjunto. As hipóteses secundárias, de que o desenvolvimento possibilitado pelo processo de integração regional e a própria iniciativa integracionista pode alterar a inserção internacional dos países envolvidos e de que os países-membros da SADC têm se beneficiado das iniciativas do bloco, apresentando ganhos referentes ao desenvolvimento econômico, e melhora na sua inserção internacional, também foram validadas.

É necessário, portanto, o prosseguimento da promoção e da implementação de projetos de integração de caráter político-estratégicos, que são um elemento de extrema relevância para a mudança na inserção internacional e no estímulo ao desenvolvimento em países que sempre foram submetidos a uma lógica desigual no Sistema Internacional, que acabou por resultar em sua posição periférica. O exemplo da SADC permite refletir como a execução de políticas econômicas, de caráter infraestrutural, de articulação política, sociais e securitárias podem ser chave para a efetivação de um projeto amplo e multifacetário de transformações. Em especial, quando verificamos na atualidade a intensificação em todo o mundo de pautas liberalizantes, que desdenham o papel estatal e a necessidade de um projeto de desenvolvimento, o estudo ações alternativas que podem ser implementadas nos países periféricos mostra-se um esforço necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **AFDB Socio Economic Database, 1960-2016**. 2017. Disponível em:

<<http://dataportal.opendataforafrica.org/xedzxdg/afdb-socio-economic-database-1960-2016>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

AMIN, Samir. **El Desarrollo Desigual: Ensayo sobre las Formaciones Sociales del Capitalismo Periferico**. Barcelona: Fontanella, 1975.

AMOS, Saurombe. The role of South Africa in SADC regional integration: the making or braking of the organization. **Journal Of International Commercial Law And Technology**, Pretoria, v. 5, n. 3, p.124-131, 2010.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Classica Editora, 1982.

BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D. **Politics in Southern Africa: Transition and Transformation**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2011.

BBC. **Zanzibar profile**. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-14115176>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL. **Mortalidade infantil cai 90,2% de 1940 a 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/mortalidade-infantil-cai-90-2-de-1940-a-2014>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

CASTELLANO, Igor; BRANCHER, Pedro Txai Leal. O Futuro da África Austral: consequências da expansão das fronteiras regionais e da bipolaridade. **Coleç. Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 34, p.21-37, jan. 2015

CASTELLANO, Igor. **Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: A Definição Militar do Conflito como Pré-Condição para a Paz**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

_____. **Política Externa na África Austral: Causas das mudanças nos Padrões de Cooperação-Conflito (1975-2010)**. 2015. 404 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2015.

CHANG, Há-Joon, “Understanding the Relationship between Institutions and Economic Development some key theoretical issues” in Ha Joon Chang, **Institutional Change and Economic Development**. Anthem Press, 2007.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

COUTO, Leandro. **Desenvolvimento, Integração e Assimetrias: Caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2013.

DAILY NEWS. **SADC embraces Mnangagwa, vows to support new Zim.** 2017. Disponível em: <<http://www.dailynews.co.tz/final/index.php/home-news/54452-sadc-embraces-mnangagwa-vows-to-support-new-zim>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

DIALLO, Alfa Oumar. RENASCIMENTO AFRICANO E DESENVOLVIMENTO. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p.92-120, jun. 2011

DICKOVICK, J. Tyler. Africa. The World Today Series – 2013. Lanha/MDm: Stryker-Post, 2013.

FIORI, José Luís. De Volta a Questão da Riqueza de Algumas Nações. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas: no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 11-46.

_____. O Sistema Interestatal Capitalista no início do Século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

FONSECA, Pedro. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1971

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. *et al.* **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Campus e Elsevier, 2004.

GUDYNAS, Eduardo & BUONOMO, Maristela. **Integración y Comercio: Diccionario Latinoamericano de Términos y Conceptos**. Montevideo: Coscoroba, 2007.

GUVAMATANGA, Golden. **EU sanctions: An exposure of West's arrogance**. 2013. Disponível em: <<http://www.thepatriot.co.zw/?p=299>>. Acesso em: 27 set. 2013.

HABIB, Adam. **South Africa's Suspended Revolution: Hopes and Prospects**. Joanesburgo: Wits University Press, 2013.

HAMILTON, Alexander (1791). **Relatório sobre as Manufaturas**. Rio de Janeiro: MSIA, 2000.

HANLON, Joseph; MANJENGWA, Jeanette; SMART, Teresa. **Zimbabwe takes back its land**. Londres: Kumarian Press, 2012.

HOBSBWAM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.23-59, jan. 1995.

KOHLI, A. **State-Directed Development, Political Power and Industrialization in the Global Periphery**, Cambridge, 2004.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o Mundo do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIST, Friedrich (1841). **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAHLASE, Mahlatse. **Zuma, Angolan president head to Zimbabwe on behalf of SADC**. 2017. Disponível em: <<https://mg.co.za/article/2017-11-21-zuma-angolan-president-head-to-zimbabwe-on-behalf-of-sadc>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

MAYAKI, Ibrahim Assane. **Let's Move Africa**. 2016. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/ibrahim-assane-mayaki/lets-move-africa_b_9924256.html>. Acesso em: 27 set. 2016.

MAZRUI, Ali (Ed.). **História Geral da África VIII: África a partir de 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**. Salvador: Edufba, 2011.

MEDEIROS, Carlos A. Os Dilemas da Integração Sul-Americana. In: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Org.), **Cadernos do Desenvolvimento**. 5 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2008, p. 213-254.

MILWARD, Alan S. **The European Rescue of the Nation-State**. Los Angeles: University of California Press, 2000.

MKANDAWIRE, Thandika. From Maladjusted states to democratic developmental states in Africa. In: EDIGHEJI, Omano. **Constructing a Developmental State in South Africa**. Cidade do Cabo: Hsrc Press, 2010. p. 59-81.

MUNTSCHICK, Johannes. **The Southern African Development Community (SADC) and the European Union (EU): Regionalism and External Influence**. [s.l.]: Springer, 2017.

NEOCOSMOS, Michael. **From Foreign Natives to Native Foreigners: Explaining Xenophobia in Post-Apartheid South Africa**. Dakar: Codesria, 2010.

NEPAD. **Regional Integration Brief**. 2013. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Regional_Integr

ation_Brief_-_Developing_Economic_Corridors_in_Africa_-_Rationale_for_the_Participation_of_the_AfDB.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

ONU. **General Assembly Resolutions**. 2017a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/documents/general-assembly-resolutions/index.html>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. **Voting Records**. 2017b. Disponível em: <<https://www.un.org/en/ga/documents/voting.asp>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

PADULA, Raphael. **Integração Regional de Infra-estrutura e Comércio na América do Sul nos anos 2000: Uma análise político-estratégica**. 2010. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Engenharia de Produção, Ufrj, Rio de Janeiro, 2010.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The Making Of Global Capitalism**. Nova Iorque: Verso, 2012.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Revolução Sul-Africana**. São Paulo: Unesp, 2012.

PEREIRA, Analúcia; VISENTINI, Paulo (Orgs.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: da Conferência da Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 7, n. 4, p.119-138, jan. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/56965/35246>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PETTY, William. **Aritmética Política**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

PNUD. **Human Development Data (1990-2015)**. 2015. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. p. 69-136.

_____. Problemas Teóricos e Práticos do Desenvolvimento Econômico. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000b. p. 179-216.

RIBEIRO, José (Ed.). **A SADC e a Industrialização**. 2015. *Jornal de Angola*. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/editorial/a_sadc_e_a_industrializacao>. Acesso em: 16 ago. 2015.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier. **Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração.** 2014. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SHIPWAY, Martin. **Descolonization and its Impacts.** Malden: Blackwell Publishing, 2008.

Southern African Development Community (SADC). **Member States.** 2016a. Disponível em: <<http://www.sadc.int/member-states>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. **Regional Indicative Strategic Development Plan (RISDP).** 2016b. Disponível em: <<http://www.sadc.int/about-sadc/overview/strategic-pl/regional-indicative-strategic-development-plan/>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. **SADC SELECTED ECONOMIC AND SOCIAL INDICATORS, 2016.** 2016c. Disponível em: <http://www.sadc.int/files/7315/0996/2411/SADC_-_Selected_Indicators_2016.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. **Regional Infrastructure Development Master Plan.** 2012. Disponível em: <http://www.sadc.int/files/7513/5293/3530/Regional_Infrastructure_Development_Master_Plan_Executive_Summary.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **SADC Industrialization Strategy and Roadmap.** Harare: SADC, 2015a.

_____. **SADC Objectives.** 2016c. Disponível em: <<http://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-objectiv/>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. **Statement by the Executive Secretary of SADC Following the Resignation of President Robert Mugabe.** 2017a. Disponível em: <<http://www.sadc.int/news-events/news/statement-executive-secretary-sadc-following-resignation-president-robert-mugabe>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. **SADC Statistical Yearbook 2015.** 2015b. Disponível em: <http://www.sadc.int/files/6314/9727/7686/SADC_SYB_2015_Print_Version_final.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. **Transfrontier Conservation Area.** 2017b. Disponível em: <<http://www.sadc.int/themes/natural-resources/transfrontier-conservation-areas/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. **WATER.** 2017c. Disponível em: <<http://www.sadc.int/themes/natural-resources/water/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

SOKO, Mills. **The Political Economy of Regional Integration in Southern Africa.** 2007. Disponível em: <<http://www.notre-europe.eu/media/etud63-regionalintegrationsouthernafrika-en.pdf?pdf=ok>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil**. In: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p. 29-58.

UNITED NATIONS HABITAT (UN-HABITAT). **The State of African Cities 2010: Governance, Inequality and Urban Land Markets**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDcQFjAD&url=http://unhabitat.org/?wpdmact=process&did=MTE2MS5ob3RsaW5r&ei=sc5kVdmsBJOGNuyPgfgP&usg=AFQjCNG3UMHxYHgTg8n0aRnucgA7uXWfPw&sig2=ewB5ST6nkdxRTYwV-XiQkA&bvm=bv.93990622,d.eXY>>. Acesso em: 25 maio 2015.

VISENTINI, Paulo. **O Descompasso entre as Nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A África Moderna: um Continente em Mudança (1960-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010a.

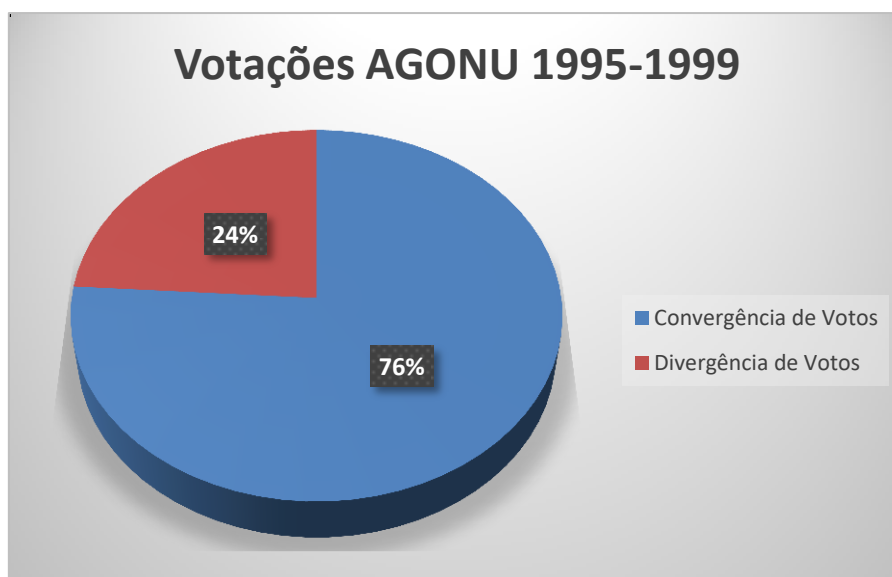
_____. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Jurubá, 2010b.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. “A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010)”. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Funag/cesul, 2010. p. 65-96.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Londres: Duke University Press, 2007.

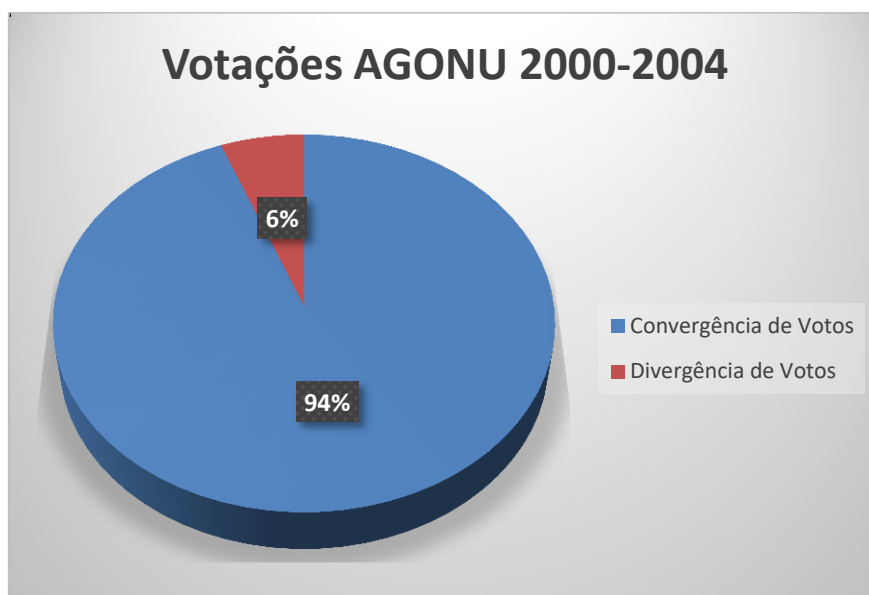
APÊNDICE A- GRÁFICOS DO HISTÓRICO DE VOTAÇÕES DA SADC NA AGONU POR QUINQUÊNIO

Gráfico A: Votações da ONU 1995-1999



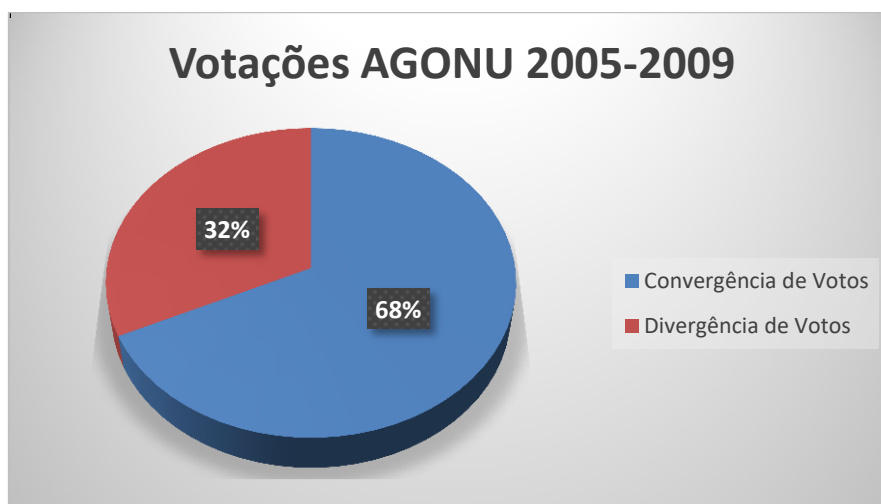
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ONU (2017a, 2017b).

Gráfico B: Votações da ONU 2000-2004



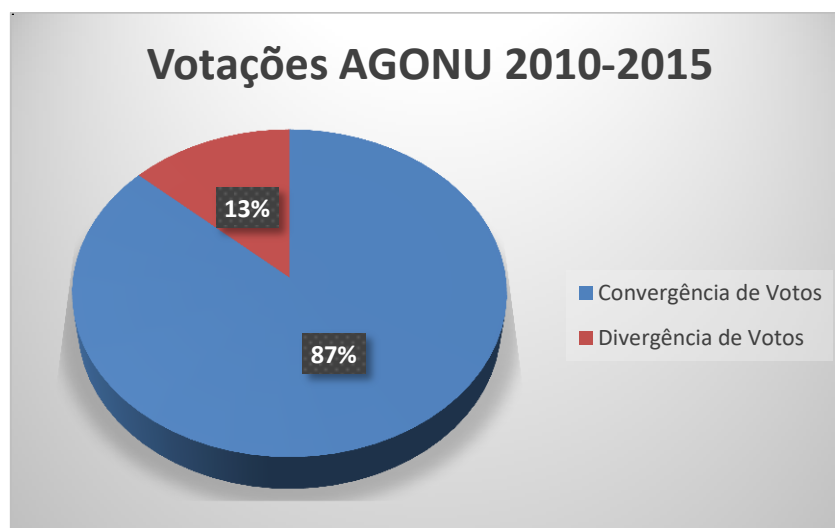
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ONU (2017a, 2017b).

Gráfico C: Votações na ONU 2005- 2009



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ONU (2017a, 2017b).

Gráfico D: Votações na ONU 2010-2015



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ONU (2017a, 2017b).

APÊNDICE B- TABELA DO HISTÓRICO DE VOTAÇÕES NA AGONU DOS PAÍSES DA SADC

Sessão	Resolução/ Assunto	Votos
50 ^a Ano de início da sessão: 1995	R= <u>A/RES/50/199</u> Situação de direitos humanos na Nigéria	S: Botsuana, Malauí, Ilhas Maurício, África do Sul, Zâmbia, Zimbábue, Lesoto. N: 0 A: Tanzânia, Angola, Moçambique, Namíbia, Suazilândia. NV: 0
50 ^a	R= <u>A/RES/50/198</u> Situação de Direitos Humanos em Cuba	S: 0 N: Namíbia, Lesoto, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue. A: Botsuana, Malauí, Moçambique, Suazilândia, Ilhas Maurício. NV: Angola.
50 ^a	R= <u>A/RES/50/197</u> Situação de Direitos Humanos no Sudão	S: Botsuana, Ilhas Maurício, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Suazilândia, Lesoto, Angola. NV: Moçambique, Malauí.
50 ^a	R= <u>A/RES/50/172</u> Respeitos aos princípios de soberania nacional e não-interferência em assuntos internos dos Estados em seus processos eleitorais	S: Angola, Botsuana, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia e Zimbábue. N: 0 A: Lesoto, Zâmbia. NV: Malauí.
50 ^a	R= <u>A/RES/50/96</u> Medidas econômicas como meio de coerção política e econômica contra países em desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, , Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0. NV: Tanzânia.
51 ^a Ano de início da sessão: 1996	R= <u>A/RES/51/134</u> Práticas de Israel que afetam os direitos humanos do povo palestino no território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém	S: Angola, Botsuana, Malauí, Ilhas Maurício, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Suazilândia. NV: Lesoto, Moçambique, Namíbia.
51 ^a	R= <u>A/RES/51/83</u> Uso de mercenários como meio de violação dos direitos humanos e impedindo o	S: Angola, Botsuana, , Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia,

	exercício do direito dos povos à autodeterminação	Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV:0
51 ^a	R= <u>A/RES/51/45A</u> Tratado de não-proliferação de armas nucleares	S: Angola, Botsuana, , Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV:0
51 ^a	R= <u>A/RES/51/19</u> Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	S: Angola, Botsuana, Malauí, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: Lesoto, Ilhas Maurício, Suazilândia, Zimbábue.
51 ^a	R= <u>A/RES/51/106</u> Situação de Direitos Humanos no Iraque	S: Angola, Botsuana, , Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia. N: 0 A: Tanzânia, Zimbábue, Namíbia NV: Lesoto
52 ^a Ano de início da sessão: 1997	R= <u>A/RES/52/169</u> Assistência ao Sudão	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: Lesoto, Malauí, Zimbábue
52 ^a	R= <u>A/RES/52/144</u> Situação de Direitos Humanos na Nigéria	S: Malauí, Ilhas Maurício, África do Sul, Zimbábue N: Suazilândia A: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia. NV: Lesoto
52 ^a	R= <u>A/RES/52/136</u> Direito do Desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
52 ^a	R= <u>A/RES/52/133</u> Direitos Humanos e Terrorismo	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Malauí

		NV: 0
52 ^a	R= <u>A/RES/52/131</u> Promoção por meio da ONU de direitos humanos através de cooperação internacional e a importância da não-seletividade, imparcialidade e objetividade	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
53 ^a Ano de início da sessão: 1998	R= <u>A/RES/53/227</u> Financiamento da UNIFIL (Missão no Líbano)	S: Botsuana, República Democrática do Congo, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Angola, Lesoto, Suazilândia, Zâmbia
53 ^a	R= <u>A/RES/53/158</u> Direitos Humanos na República Islâmica do Irã	S: Lesoto, Ilhas Maurício N: RD Congo, Zimbábue A: Angola, Botsuana, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia. NV: Malauí, Seicheles
53 ^a	R= <u>A/RES/53/143</u> Liberdade de viajar e reunificação familiar	S: Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Ilhas Maurício, Namíbia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: Angola A: Malauí, Moçambique, África do Sul NV: 0
53 ^a	R= <u>A/RES/53/141</u> Direitos humanos e medidas coercitivas unilaterais	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
53 ^a	R= <u>A/RES/53/4</u> Embargo contra Cuba	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
54 ^a Ano de início da sessão: 1999	R= <u>A/RES/54/200</u> Medidas econômicas unilaterais como meio de	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia,

	coerção política e econômica contra países em desenvolvimento	Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Malauí
54 ^a	R= <u>A/RES/54/197</u> A caminho de um sistema financeiro internacional estável, responsivo aos desafios do desenvolvimento, em especial em países em desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Malauí
54 ^a	R= <u>A/RES/54/179</u> Situação de Direitos humanos na República Democrática do Congo	S: Ilhas Maurício, África do Sul N: Zimbábue, Angola, RD Congo A: Botsuana, Malauí, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia NV: Lesoto, Seicheles
54 ^a	R= <u>A/RES/54/31</u> Oceanos e lei dos mares	S: Angola, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: Botsuana, RD Congo, Lesoto, Suazilândia, Zimbábue
54 ^a	R= <u>A/RES/54/47</u> Implementação da declaração da Zona de Paz do Oceano Índico	S: Angola, Botsuana, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Lesoto, Malauí
55 ^a Ano de início da sessão: 2000	R= <u>A/RES/55/147</u> Implementação da declaração sobre a concessão de independência a países e povos colonizados	S: Botsuana, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Angola, RD Congo, Lesoto, Malauí
55 ^a	R= <u>A/RES/55/134</u> A ocupação do Golã sírio	S: Botsuana, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Angola, RD Congo, Lesoto, Malauí
55 ^a	R= <u>A/RES/55/133</u> Práticas israelenses que afetam os direitos humanos do povo palestino no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém	S: Botsuana, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0

		NV: Angola, RD Congo, Lesoto, Malauí
55 ^a	R= <u>A/RES/55/107</u> Promoção de uma ordem internacional democrático e equitativa	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: África do Sul A: 0 NV: 0
55 ^a	R= <u>A/RES/55/33U</u> Transparência em armamentos	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo
56 ^a Ano de início da sessão: 2001	R= <u>A/RES/56/175</u> Situação de direitos humanos no Sudão	S: Botsuana, Ilhas Maurício, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia N: 0 A: 0 NV: Angola, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia e Zimbábue.
56 ^a	R= <u>A/RES/56/173</u> Situação de direitos humanos na República Democrática do Congo	S: Ilhas Maurício N: 0 A: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Malauí, Moçambique, Namíbia, , África do Sul, Tanzânia, Zâmbia. NV: Lesoto, Seicheles, Zimbábue, Suazilândia.
56 ^a	R= <u>A/RES/56/165</u> Globalização e seus impactos no pleno gozo dos direito humanos	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: Lesoto, Suazilândia, Zimbábue.
56 ^a	R= <u>A/RES/56/155</u> O Direito à Comida	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: Lesoto, Suazilândia, Zimbábue.
56 ^a	R= <u>A/RES/56/24M</u> Implementação da Convenção sobre a Proibição de Uso, Armazenamento, Produção e	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

	Transferência de Minas Antipessoais e sobre a Sua Destruição	N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Malauí.
57 ^a Ano de início da sessão: 2002	R= <u>A/RES/57/214</u> Execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: República Democrática do Congo NV: 0
57 ^a	R= <u>A/RES/57/213</u> Promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
57 ^a	R= <u>A/RES/57/139</u> Disseminação de informações sobre descolonização	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
57 ^a	R= <u>A/RES/57/65</u> Relação entre desarmamento e desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Moçambique, Namíbia, Zimbábue.
57 ^a	R= <u>A/RES/57/196</u> Uso de mercenários como meio de violação dos direitos humanos e de impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
58 ^a Ano de início da sessão: 2003	R= <u>A/RES/58/307</u> Financiamento da Força Provisória das Nações Unidas no Líbano	S: Lesoto, Ilhas Maurício, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Malauí, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Suazilândia.

58 ^a	R= <u>A/RES/58/196</u> Situação dos direitos humanos na República Democrática do Congo	S: 0 N: 0 A: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. NV: Seicheles, Suazilândia.
58 ^a	R= <u>A/RES/58/192</u> Promoção da paz como requisito vital para o pleno gozo de todos os direitos humanos por todos	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Suazilândia.
58 ^a	R= <u>A/RES/58/189</u> O respeito pelos princípios da soberania nacional e da diversidade dos sistemas democráticos nos processos eleitorais como elemento importante para a promoção e proteção dos direitos humanos	S: Angola, RD Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Botsuana. NV: Suazilândia
58 ^a	R= <u>A/RES/58/186</u> O Direito à Comida	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Suazilândia.
59 ^a Ano de início da sessão: 2004	R= <u>A/RES/59/221</u> Comércio internacional e desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Malauí, Seicheles, Suazilândia.
59 ^a	R= <u>A/RES/59/204</u> O respeito pelos propósitos e princípios contidos na Carta das Nações Unidas para alcançar a cooperação internacional na promoção e incentivo ao respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais e na resolução de problemas internacionais de caráter humanitário	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles.
59 ^a	R= <u>A/RES/59/206</u>	S: Malauí. N: Zimbábue.

	Situação dos direitos humanos no Turquemenistão	A: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia. NV: Seicheles.
59 ^a	R= <u>A/RES/59/201</u> Reforçando o papel das organizações regionais e sub-regionais e de outras organizações e mecanismos para promover e consolidar a democracia.	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: Zimbábue. NV: 0
59 ^a	R= <u>A/RES/59/197</u> Execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia. N: 0 A: Tanzânia, Zimbábue. NV: 0
60 ^a Ano de início da sessão: 2005	R= <u>A/RES/60/260</u> Investir nas Nações Unidas: para uma Organização mais forte em todo o mundo	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
60 ^a	R= <u>A/RES/60/251</u> Conselho de Direitos Humanos	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles.
60 ^a	R= <u>A/RES/60/230</u> Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	S: Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Madagascar, Moçambique, Seicheles, Suazilândia.
60 ^a	R= <u>A/RES/60/173</u> Situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia	S: 0 N: Zimbábue. A: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia.

60 ^a	R= <u>A/RES/60/144</u> Esforços globais para a eliminação total do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, bem como a implementação abrangente e acompanhamento da Declaração e Programa de Ação de Durban	NV: Madagascar, Malauí, Seicheles, Suazilândia. S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles, Suazilândia.
61 ^a Ano de início da sessão: 2006	R= <u>A/RES/61/295</u> Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles.
61 ^a	R= <u>A/RES/61/201</u> Proteção do clima global para as gerações presentes e futuras da humanidade	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles
61 ^a	R= <u>A/RES/61/166</u> Promoção de um diálogo equitativo e mutuamente respeitoso sobre os direitos humanos	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Tanzânia. NV: Seicheles.
61 ^a	R= <u>A/RES/61/147</u> Inadmissibilidade de certas práticas que contribuem para alimentar formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Tanzânia. NV: Seicheles.
61 ^a	R= <u>A/RES/61/125</u> A Questão do Saara Ocidental	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: RD Congo, Madagascar, Suazilândia. NV: Seicheles.
62 ^a Ano de início da sessão: 2007	R= <u>A/RES/62/270</u>	S: Angola, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício,

	Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento	Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Namíbia NV: Botsuana, RD Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia.
62 ^a	R= A/RES/62/222 Situação dos direitos humanos em Mianmar	S: Madagascar, Ilhas Maurício. N: Zimbábue. A: Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia. NV: Angola, RD Congo, Seicheles.
62 ^a	R= A/RES/62/216 Centro Regional das Nações Unidas para a Paz e o Desarmamento na África	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Seicheles.
62 ^a	R= A/RES/62/190 Tecnologia agrícola para o desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Tanzânia. N: 0 A: Lesoto, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue. NV: Seicheles.
62 ^a	R= A/RES/62/149 Moratória sobre o uso da pena de morte	S: Angola, Madagascar, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul. N: Botsuana, Zimbábue. A: RD Congo, Lesoto, Malauí, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia. NV: Seicheles.
63 ^a Ano de início da sessão: 2008	R= A/RES/63/240 Rumo a um tratado de comércio de armas: estabelecendo normas internacionais comuns para importação, exportação e transferência de armas convencionais	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Seicheles.
63 ^a	R= A/RES/63/224 Rumo a uma nova ordem econômica internacional	S: Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Angola. NV: Botsuana, RD Congo, Lesoto, Seicheles.
63 ^a	R= A/RES/63/165 O direito do povo palestino à autodeterminação	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia,

		Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Seicheles.
63 ^a	R= <u>A/RES/63/110</u> Implementação da Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos colonizados	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Seicheles.
63 ^a	R= <u>A/RES/63/31</u> O Golã Sírio	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Madagascar, Malauí, Seicheles, Tanzânia.
64 ^a Ano de início da sessão: 2009	R= <u>A/RES/64/292</u> O direito humano à água e ao saneamento	S: Angola, República Democrática do Congo, Madagascar, Ilhas Maurício, Seicheles, África do Sul e Zimbábue. N: 0 A: Botsuana, Lesoto, Tanzânia, Zâmbia. NV: Malauí, Moçambique, Namíbia, Suazilândia.
64 ^a	R= <u>A/RES/64/197</u> Tecnologia agrícola para o desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: Namíbia, África do Sul, Suazilândia. NV: RD Congo, Seicheles, Tanzânia.
64 ^a	R= <u>A/RES/64/174</u> Direitos humanos e diversidade cultural	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles.
64 ^a	R= <u>A/RES/64/156</u> Combate à difamação de religiões	S: Angola, República Democrática do Congo, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia e Zimbábue. N: 0 A: Botsuana, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Tanzânia, Zâmbia. NV: Madagascar, Seicheles.
64 ^a	R= <u>A/RES/64/98</u> Atividades econômicas e	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, África

	outras que afetam os interesses dos povos dos territórios não autônomos	do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Namíbia, Seicheles.
65 ^a Ano de início da sessão: 2010	R= <u>A/RES/65/48</u> Implementação da Convenção sobre a Proibição de Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sobre a Sua Destruição	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Moçambique, Namíbia.
65 ^a	R= <u>A/RES/65/46</u> Controle convencional de armas nos níveis regional e sub-regional	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Moçambique, Namíbia.
65 ^a	R= <u>A/RES/65/16</u> Solução pacífica da questão da Palestina	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Seicheles.
65 ^a	R= <u>A/RES/65/37 A</u> Oceanos e direito marítimo	S: Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Seicheles, África do Sul, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia e Zimbábue.
65 ^a	R= <u>A/RES/65/43</u> Conclusão de acordos internacionais eficazes para garantir aos Estados sem armas nucleares contra o uso ou ameaça de uso de armas nucleares	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: África do Sul. NV: Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zimbábue.
66 ^a Ano de início da sessão: 2011	R= <u>A/RES/66/253 B</u> A situação na República Árabe da Síria	S: Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Seicheles, África do Sul, Zâmbia. N: Zimbábue A: Angola, Namíbia, Tanzânia NV: Madagascar, Suazilândia
66 ^a	R= <u>A/RES/66/186</u>	S: Angola, Botsuana, Lesoto,

	Medidas econômicas unilaterais como meio de coerção política e econômica contra países em desenvolvimento	Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Seicheles
66 ^a	R= <u>A/RES/66/159</u> Promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV:0
66 ^a	R= <u>A/RES/66/153</u> Promoção da distribuição geográfica equitativa na composição dos órgãos de tratados de direitos humanos	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
66 ^a	R= <u>A/RES/66/147</u> Uso de mercenários como meio de violação dos direitos humanos e impedindo o exercício do direito dos povos à autodeterminação	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
67 ^a Ano de início da sessão: 2012	R= <u>A/RES/67/234 A</u> O tratado de comércio de armas	S: Botsuana, Lesoto, Madagascar, Ilhas Maurício, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: 0 NV: Angola, RD Congo, Malauí, Moçambique, Seicheles, Suazilândia, Zimbábue
67 ^a	R= <u>A/RES/67/219</u> Migração internacional e desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Madagascar, Seicheles
67 ^a	R= <u>A/RES/67/217</u> Rumo a uma nova ordem econômica internacional	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e

		Zimbábue. todos N: 0 A: 0 NV: 0
67 ^a	R= <u>A/RES/67/202</u> Empreendedorismo para o desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Moçambique, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia. N: 0 A: Ilhas Maurício, Namíbia, África do Sul, Zimbábue NV: Suazilândia
67 ^a	R= <u>A/RES/67/62</u> Controle convencional de armas nos níveis regional e sub-regional	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles
68 ^a Ano de início da sessão: 2013	R= <u>A/RES/68/24</u> Implementação da Declaração do Oceano Índico como Zona de Paz	S: Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Angola, Madagascar
68 ^a	R= <u>A/RES/68/38</u> Promoção do multilateralismo na área do desarmamento e da não proliferação	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
68 ^a	R= <u>A/RES/68/44</u> Legislação nacional sobre transferência de armas, equipamentos militares e bens e tecnologia de dupla utilização	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
68 ^a	R= <u>A/RES/68/76</u> Assistência aos refugiados da Palestina	S: Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Madagascar,

		Seicheles
68 ^a	R= <u>A/RES/68/144</u> Relatório do Conselho de Direitos Humanos	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
69 ^a Ano de início da sessão: 2014	R= <u>A/RES/69/319</u> Princípios básicos sobre processos de reestruturação da dívida soberana	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Suazilândia
69 ^a	R= <u>A/RES/69/239</u> Cooperação Sul-Sul	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles, Suazilândia
69 ^a	R= <u>A/RES/69/238</u> Atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles, Suazilândia
69 ^a	R= <u>A/RES/69/207</u> Sustentabilidade da dívida externa e desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Madagascar, Suazilândia
69 ^a	R= <u>A/RES/69/61</u> Mulheres, desarmamento, não proliferação e controle de armas	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: 0
70 ^a Ano de início da sessão: 2015	R= <u>A/RES/70/231</u> Implementação da Declaração	S: Angola, Botsuana, Madagascar, Ilhas Maurício, Moçambique, África do Sul,

	sobre a concessão da independência aos países e povos colonizados	Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: RD Congo, Lesoto, Malauí, Namíbia, Seicheles, Suazilândia
70 ^a	R= <u>A/RES/70/225</u> A soberania permanente do povo palestino no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e da população árabe no Golã sírio ocupado sobre seus recursos naturais	S: Angola, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Botsuana, RD Congo, Seicheles, Suazilândia
70 ^a	R= <u>A/RES/70/185</u> Medidas econômicas unilaterais como meio de coerção política e econômica contra países em desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles
70 ^a	R= <u>A/RES/70/168</u> Reforçar o papel das Nações Unidas no reforço de eleições periódicas e genuínas e na promoção da democratização	S: Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia. N: 0 A: Angola, Namíbia, Zimbábue NV: Seicheles, Tanzânia
70 ^a	R= <u>A/RES/70/155</u> O direito ao desenvolvimento	S: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. N: 0 A: 0 NV: Seicheles

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ONU (2017a, 2017b).

* Legenda: R= Resolução; S= Sim; N= Não; A= Abstenção; NV= Não Votou